



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**ROTAS CRÍTICAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA POR
PARCEIRO ÍNTIMO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DAS
PERSPECTIVAS DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO ATENDIMENTO
E DAS MULHERES**

Tiago Ferreira de Assis

**Rio de Janeiro
Agosto de 2018**



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**ROTAS CRÍTICAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA POR
PARCEIRO ÍNTIMO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DAS
PERSPECTIVAS DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO ATENDIMENTO
E DAS MULHERES**

Tiago Ferreira de Assis

**Rio de Janeiro
Agosto de 2018**



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**ROTAS CRÍTICAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA POR
PARCEIRO ÍNTIMO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DAS
PERSPECTIVAS DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO ATENDIMENTO
E DAS MULHERES**

Tiago Ferreira de Assis

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suely Ferreira Deslandes

**Rio de Janeiro
Agosto de 2018**

CIP - Catalogação na Publicação

Assis, Tiago Ferreira de.

Rotas críticas de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo no município do Rio de Janeiro a partir das perspectivas dos profissionais envolvidos no atendimento e das mulheres / Tiago Ferreira de Assis. - Rio de Janeiro, 2018.

224 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro - RJ, 2018.

Orientadora: Suely Ferreira Deslandes.

Bibliografia: f. 205-219

1. Violência de gênero. 2. Violência por parceiro íntimo. 3. Mulheres. 4. Rota crítica. I. Título.

Às grandes mulheres-amigas que, dia após dia, estão comigo, me fazem bem e provocam o meu melhor!
Meu muito obrigado à 'Karen', à 'Stela', à 'Montserrat', à 'Suely' e à 'Adriana'.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por dar-me forças nos momentos mais difíceis, permitindo a conclusão desta jornada.

À minha orientadora, professora Suely Deslandes, por me impulsionar a ser pesquisador. Obrigado pela paciência, pelo carinho e pelos conselhos, e por inspirar-me nesta caminhada.

À minha mãe, Norma, por todo apoio, amor e carinho dedicados à mim, fundamentais em todas as etapas de minha vida.

Aos amigos: Camila de Oliveira Santos, pelo apoio e incentivo fundamentais para o início de minha caminhada profissional e acadêmica; Ernesto Raúl Caffarena, por acreditar em minha capacidade, sempre me incentivando na busca pelo conhecimento; Roberta Matassoli Duran Flach, pelo companheirismo e apoio fundamentais para a realização desta pesquisa; Maria Amélia Saad Pedro, por compartilhar leituras, inquietações, confidências e muitos cafés; à minha turma de mestrado (turma 2016), por todos os momentos que compartilhamos durante o curso, sem vocês este caminho não seria o mesmo.

Ao professor Marcos Antonio Ferreira do Nascimento, pelo apoio, pelos livros emprestados, pelas sugestões de leitura e pelas contribuições em sala de aula e conversas informais; à professora Ivia Maksud, pelo incentivo e por compartilhar o “saber”, vitais durante o “trabalho de campo”; à professora Ludmila Fontenele Cavalcanti, por suas valiosas contribuições para esta dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira, pelo incentivo, encorajamento e pelos momentos de reflexão oferecidos durante esta caminhada.

À equipe da Secretaria Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira, por colaborarem com esta jornada.

À Fiocruz, por inspirar e fomentar este percurso.

"No dia que for possível à mulher amar em sua força e não em sua fraqueza, não para fugir de si mesma, mas para se encontrar, não para se renunciar, mas para se afirmar, nesse dia o amor tornar-se-á para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal".

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

A Violência por Parceiro Íntimo (VPI) é uma das formas de Violência contra a mulher e pode estar presente em todos os momentos da vida da mulher, às vezes, já nas relações de “namoro”, sendo mais frequente no âmbito do casamento ou coabitação, e inclui o abuso físico, sexual, emocional e comportamento controlador. Mulheres que vivenciam situações de violência em suas relações íntimas adotam diferentes estratégias para lidar com essa situação. A “reação” da mulher à violência é frequentemente limitada pelas opções a sua disposição. A busca por ajuda é um caminho complexo, repleto de ações e decisões, avanços e retrocessos, um percurso que necessita da decisão da mulher em denunciar esta situação, uma verdadeira rota crítica. Compreendendo Rota Crítica como um processo não linear, constituído a partir de decisões e ações realizadas pelas mulheres em situação de violência e das respostas encontradas, bem como das dificuldades encontradas neste processo. O cenário em que a Rota Crítica se desenvolve possui diversos atores (familiares, amigos, comunidade, profissionais da Rede Especializada de Atendimento), que desempenham importantes papéis neste caminho cercado por “silêncios” e medo. O foco da presente dissertação é analisar a Rota Crítica seguida por mulheres, maiores de 18 anos, em situação de VPI no município do Rio de Janeiro, a partir das perspectivas das mulheres e dos profissionais envolvidos no atendimento, adotando a Análise de Discurso Crítica para decodificação dos sentidos atribuídos, pelas mulheres em situação de VPI e pelos profissionais, aos seus discursos.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Violência por Parceiro Íntimo; Mulheres; Rota Crítica.

ABSTRACT

The Intimate Partner Violence (IPV) is one of the forms of violence against women and can be present in all moments of a woman's life, sometimes in "dating" relationships, being more frequent in the context of marriage or cohabitation, and includes physical, sexual, emotional abuse and controlling behavior. Women who experience situations of violence in their intimate relationships adopt different strategies to deal with this situation. Women's "reaction" to violence is often limited by the options at their disposal. The search for help is a complex path, full of actions and decisions, advances and setbacks, a path that requires the woman's decision to denounce this situation, a true critical path. Understanding Critical Route as a non-linear process, constituted from decisions and actions taken by women in situations of violence and the answers found, as well as the difficulties encountered in this process. The scenario in which the Critical Route develops has several actors (family, friends, community, professionals of the Specialized Service Network), who play important roles in this path surrounded by "silences" and fear. The focus of this dissertation is to analyze the Critical Route followed by women, over 18 years of age, in an IPP situation in the city of Rio de Janeiro, based on the perspectives of women and professionals involved in care, adopting Critical Discourse Analysis for decoding of the meanings attributed, by women in the IPV situation and by the professionals, to their speeches.

Keywords: Gender Violence; Intimate Partner Violence; Women; Critical Route.

Siglas

ADC.....	Análise de Discurso Crítica
B.O.....	Boletim de Ocorrência
CAN.....	Correio Aéreo Nacional
CDC.....	Centers for Disease Control and Prevention (Centro de Controle e Prevenção de Doenças)
CEJUVIDA.....	Central Judiciária de Abrigamento Provisório da Mulher Vítima de Violência Doméstica
CIAM.....	Centro Integrado de Atendimento à Mulher
CRAS.....	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS.....	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRM.....	Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida
CRMM.....	Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa
DEAM.....	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
DST.....	Doença Sexualmente Transmissível
IFF.....	Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira
JVDFM.....	Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
NEPP-DH.....	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida
NUAM.....	Núcleos de Atendimento às Mulheres
NUDEM.....	Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher
OEA.....	Organização dos Estados Americanos
OMS.....	Organização Mundial da Saúde
ONG.....	Organização Não Governamental
ONU.....	Organização das Nações Unidas
OPAS.....	Organização Pan-Americana da Saúde
PNPM.....	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
R.O.....	Registro de Ocorrência

SIM.....	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SINAN.....	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SPM.....	Secretaria de Políticas para as Mulheres
UBS.....	Unidade Básica de Saúde
UFRGS.....	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ.....	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UPP.....	Unidade de Polícia Pacificadora
VPI.....	Violência por Parceiro Íntimo

Lista de Figuras

Figura 1..... 38
 Figura 2..... 44
 Figura 3..... 74
 Figura 4..... 163
 Figura 5..... 174
 Figura 6..... 183
 Figura 7..... 188
 Figura 8..... 196

Lista de Quadros

Quadro 1 74

Lista de Tabelas

Tabela 1 26

Sumário

1	Introdução.....	13
1.1	Objeto de Pesquisa.....	23
1.2	Perguntas de Investigação.....	24
1.3	Objetivos.....	24
1.3.1	Objetivos Específicos.....	24
2	Justificativa.....	25
3	Marco Teórico.....	27
3.1	Gênero.....	27
3.2	Violência de Gênero.....	33
3.3	Violência por Parceiro Íntimo.....	36
3.4	Rota Crítica.....	40
3.5	Políticas Públicas para Mulheres no Brasil – notas breves para a contextualização da rede especializada de atendimento.....	46
4	Metodologia.....	56
4.1	O Campo de Pesquisa: Rede Especializada de Atendimento à Mulher no município do Rio de Janeiro.....	57
4.2	Sujeitos da Pesquisa.....	66
4.3	Técnicas.....	69
4.4	Análise: a perspectiva da Análise de Discurso Crítica.....	72
4.5	Aspectos Éticos.....	76
5	Os agentes institucionais da Rota.....	77
5.1	Apresentação de Si: discutindo marcos identitários dos agentes.....	77
5.2	Identidade e a construção de identificação com o trabalho.....	87
6	A Rota segundo profissionais e mulheres.....	100
6.1	Rota Crítica: O que dizem os agentes.....	100
6.2	Percepção dos Agentes sobre a Rede de Atendimento.....	136
6.3	Rota Crítica: Caminho percorrido por cinco mulheres em busca de ajuda....	147
7	Conclusões.....	199
8	Referências.....	205
9	Anexos.....	220
9.1	Roteiro para Entrevista - Mulheres.....	220
9.2	Roteiro de Entrevista - Profissionais.....	220
9.3	TCLE - Mulheres.....	221
9.4	TCLE - Agentes.....	223

1 Introdução

A violência contra a mulher é umas das expressões das desigualdades e relações de dominação de gênero, partindo-se do entendimento de gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças entre sexos e como modo primordial das relações de poder. “Gênero” é um conceito vinculado à forma como a sociedade constrói, interpreta e reproduz as diferenças sexuais, atribuindo status diferente a homens e mulheres (KRONBAUER; MENEGHEL, 2005).

No âmbito das relações de intimidade entre ambos os sexos, ou entre parceiros do mesmo sexo, as mulheres têm sido as mais vitimizadas, particularmente nas sociedades em que as desigualdades entre homens e mulheres são mais marcantes (NJAÍNE et al., 2014).

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo que pode estar presente em todos os momentos da vida, ao longo do ciclo vital, podendo manifestar-se de diferentes formas e em inúmeras circunstâncias (LETTIERE; NAKANO; RODRIGUES, 2008).

Organismos internacionais começaram a se mobilizar contra este tipo de violência depois de 1975, ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou o primeiro Dia Internacional da Mulher. Mas, somente em 1993, na Reunião de Viena, a Comissão de Direitos Humanos da ONU incluiu um capítulo de denúncia e propôs medidas para coibir a violência de gênero (DA SILVA et al., 2013).

No Brasil, a violência contra a mulher ganhou maior visibilidade no final dos anos 1970 e o tema difundiu-se rapidamente em função das mobilizações feministas contra o assassinato de mulheres e a impunidade dos agressores, frequentemente os próprios maridos, comumente absolvidos. Nos anos 1980, tais mobilizações se estenderam para a denúncia dos espancamentos e maus tratos conjugais, formas muito comuns de violência contra a mulher (ARAÚJO, 2008).

Dentre as formas de violência contra a mulher, destaca-se a Violência entre Parceiros Íntimos¹ (VPI), que é definida como:

“Comportamento dentro uma relação íntima que causa dano físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2012).

A violência pelo parceiro íntimo ocorre principalmente a partir da adolescência e dos primeiros anos da vida adulta, às vezes já nas relações de “namoro”, mas muito frequentemente no âmbito do casamento ou coabitação, e inclui muitas vezes abuso físico, sexual e emocional, bem como comportamentos controladores (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE., 2012).

O significado individual sobre violência e/ou abuso, pode influenciar no reconhecimento das ações violentas/abusivas, tanto por parte de quem pratica como por parte de quem sofre com tais ações. O problema pode ser acentuado quando a violência é expressa sob a forma de abuso emocional (ameaças de terminar a relação, chantagem emocional, insultos, comportamento controlador e/ou ciúme excessivo). A “ausência” de violência física faz com que, por vezes, as mulheres não valorizem estas condutas. Tal situação pode levar a perpetuação e/ou naturalização do abuso nas relações e não reconhecimento da necessidade de apoio (VENTURA, 2014).

As crenças e atitudes tolerantes da violência contra as mulheres constituem um fator de risco para a ocorrência de abuso, nomeadamente a tendência de legitimar e reproduzir os modelos sexistas e violentos que possam ter presenciado/vivenciado durante a infância e adolescência e o desequilíbrio de poder existente entre homens e mulheres estando, muitas das crenças que legitimam/naturalizam a violência, relacionadas com a desigualdade de

¹ *Parceiro íntimo* é definido como namorado, companheiro ou ex-companheiro afetivo-sexual, independentemente de coabitação ou união formal. Essa definição cobre violência pelos cônjuges e parceiros atuais e passados (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE., 2012).

gênero (GONZÁLEZ-ORTEGA; ECHEBURÚA; CORRAL, 2008; AFONSO, 2010; VENTURA, 2014).

Krug et al. (2002), analisando dados de 48 pesquisas de base populacional, afirmam que de 10% a 69% das mulheres relatam ter sofrido algum episódio de violência física pelo parceiro durante a vida. Para muitas destas mulheres, a agressão física não foi um evento isolado, mas sim parte de um padrão contínuo de comportamento abusivo. A violência física nos relacionamentos íntimos normalmente é acompanhada por abuso psicológico e sexual. A maioria das mulheres que são alvo de agressão física geralmente passa por múltiplos atos de agressão no decorrer do tempo.

A violência perpetrada pelo parceiro íntimo pode ser fatal: entre os homicídios femininos, em todo o mundo, 40 a 70% são praticados por parceiros íntimos. No entanto, antes de serem assassinadas, é muito provável que as mulheres tenham sofrido violência durante grande parte de suas vidas, sem encontrar alternativas para encerrar este ciclo (KRUG et al., 2002; ROSA et al., 2013).

Em 2001, a Fundação Perseu Abramo investigou “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, entrevistando 2.502 brasileiras, com 15 anos de idade ou mais, sobre temas variados, dentre os quais: violência contra a mulher. Cerca de uma em cada cinco brasileiras (19%) declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem: 16 % relatam casos de violência física, 2% citam alguma violência psíquica e 1% lembra do assédio sexual. Porém, quando estimuladas pela citação de diferentes formas de agressão, o índice de violência ultrapassa o dobro, alcançando 43%. Um terço das mulheres admite já ter sido vítima, em algum momento de sua vida, de alguma forma de violência física (24% desde ameaças com armas ao cerceamento do direito de ir e vir; 22% de agressões propriamente ditas e 13% de estupro conjugal ou abuso); 27% sofreram

violências psíquicas e 11% afirmam já ter sofrido assédio sexual, 10% dos quais envolvendo abuso de poder, tipificado em lei² (VENTURI; RECAMÁN, 2004, p. 24).

Nesta mesma investigação, com relação às violências mais comuns destacam-se a agressão mais branda, sob forma de tapas e empurrões (sofrida ao menos uma vez por 20%), e a ameaça mediante coisas quebradas, roupas rasgadas, objetos atirados, etc. (15%); as violências psíquicas, como xingamentos e ofensas à conduta moral (18%), críticas sistemáticas à situação como mãe (18% entre as que têm ou tiveram filhos) e a desqualificação constante do seu trabalho, dentro ou fora de casa (12%); 12% declaram ter sofrido ameaça de espancamento a si próprias e aos filhos e 11% chegaram a sofrer espancamento, com cortes, marcas ou fraturas. 11% viveram relações sexuais forçadas (em sua maioria, estupro conjugal); 9% já ficaram alguma vez trancadas em casa, impedidas de passear ou trabalhar; 8% foram ameaçadas por armas de fogo e 6% sofreram abuso, forçadas a práticas sexuais que não lhes agradavam (VENTURI; RECAMÁN, 2004, p. 24–25).

A Central de Atendimento à Mulher-Ligue 180 registrou, entre os meses de janeiro a outubro de 2011, 530.542 ligações³. No período, foram registrados 58.512 relatos de violência. Desse total, 35.891 foram de violência física; 14.015 de violência psicológica; 6.369 de violência moral; 959 de violência patrimonial; 1.014 de violência sexual; 264 de cárcere privado; e 31 de tráfico de mulheres. As violências moral e psicológica, juntas, atingem o percentual de 34,9% dessas ligações. A maior parte das mulheres tem entre 20 e 40 anos (26.676); possui ensino fundamental completo ou incompleto (16.00); convive com o agressor por 10 anos ou mais; 40% e 82% das denúncias são feitas pela própria

² Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, que introduziu no Código Penal a seguinte redação: “*Assédio sexual – art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função*”.

³ Dados por Estado – Em números absolutos, o Estado de São Paulo é o líder do ranking nacional com 77.189 dos atendimentos, equivalente a um terço dos atendimentos; seguido pelo Estado da Bahia, com 53.850 atendimentos; em terceiro lugar está o Estado do Rio de Janeiro, com 44.435 atendimentos (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011a, p. 17).

vítima. Quanto à situação financeira, 44% das mulheres declararam não depender do agressor. E 74% dos crimes são cometidos por homens com quem as vítimas possuem vínculos afetivos/sexuais (companheiros, cônjuge ou namorado). Quanto aos filhos, 66% presenciam a violência e 20% sofrem violência junto com a mãe. Os dados apontam que 38% das mulheres sofrem violência desde o início da relação e 60% delas relatam que as ocorrências de violência são diárias (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011a, p. 17).

Com relação aos atendimentos por “*Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências*” no SUS, temos: em 2011, foram registrados 107.572 atendimentos, dos quais, 70.285 mulheres; em 2014⁴, foram registrados 223.796 atendimentos, destes, 147.691 mulheres. Ou seja, a cada dia de 2011, aproximadamente, 193 mulheres buscaram atendimento em uma unidade de saúde, por alguma violência sofrida; em 2014, 405 mulheres buscaram atendimento em uma unidade de saúde, por alguma violência sofrida. Neste período, observamos que o número de atendimentos às mulheres dobrou e, nos dois períodos, praticamente dois em cada três pessoas que procuraram atendimento nos serviços de saúde, por consequência da violência, foram mulheres (WAISELFISZ, 2012, p. 17, 2015, p. 42).

Analisando dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), Waiselfisz (2015) aponta que, entre 1980 e 2013, um total de 106.093 mulheres foram vítimas de feminicídio. O número de vítimas de feminicídio passou de 1.353, em 1980, para 4.762 mulheres, em 2013, um aumento de 252%. Em 1980, a taxa era de 2,3 feminicídios por 100 mil mulheres, passou para 4,8 feminicídios por 100 mil mulheres⁵, em 2013, o que representa um aumento de 111,1%. Entre os anos de 2003 e 2013, o número de vítimas do

⁴ Os dados mais recentes sobre “*Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências*”, no SINAN, são do ano de 2014.

⁵ Num grupo de 83 países, o Brasil ocupa a ingrata e pouco recomendável 5ª posição no “ranking de feminicídio”. Somente El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia apresentam taxas superiores às do Brasil (WAISELFISZ, 2015).

sexo feminino passou de 3.937 para 4.762. Em 2003, a taxa era de 4,4 feminicídios por 100 mil mulheres.

Embora presente em todas as classes sociais, a violência contra as mulheres incide de maneira diferente entre os segmentos mais fragilizados da população, nos quais se incluem as mulheres negras (GROSSI; AGUINSKY, 2001; OLIVEIRA; MENEGHEL; BERNARDES, 2009). Para as mulheres negras as desigualdades são potencializadas pelas discriminações que elas sofrem, restringindo-lhes as possibilidades de inclusão social (MENEGHEL; FARINA; RAMÃO, 2005). Carneiro (2003a, 2003b) aponta para a necessidade de introduzir o conceito de *violência racial* entre as práticas que produzem dano físico, psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação, ampliando, assim, o conceito de violência contra a mulher.

A violência racial faz referência às concepções históricas, políticas e culturais que perpetuam estereótipos sobre negras e negros, (re)produzindo “perfis raciais”⁶ e perpetuando desigualdades e discriminações (SILVA; CARNEIRO, 2009). A violência racial potencializa a vulnerabilidade e a vitimização de negras e negros⁷, gerando outras violências. Historicamente, mulheres negras (e indígenas) foram vítimas da violência sexual (violação/estupro colonial perpetrada pelos senhores brancos), contribuindo com as construções dos estereótipos e estruturando as hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade (CARNEIRO, 2003b). Dentre estes estereótipos está a figura da mulher negra sensual e ferosa, de corpo curvilíneo e encantador, objeto de desejo sexual.

⁶ Perfil racial diz respeito a prática comum entre agentes de segurança pública ou outros agentes responsáveis pelo cumprimento da lei de se basearem na raça, cor, descendência nacional ou origem étnica para sujeitar pessoas à ‘revistas’ e interrogatórios ou para determinar seu envolvimento em atividades criminosas (SILVA; CARNEIRO, 2009, p. 112). Esta prática se reproduz por toda a sociedade.

⁷ A violência racial potencializa a vulnerabilidade dos homens negros à violência urbana. “A presença majoritária de negros nas estatísticas de homicídios decorre da ação truculenta de agentes de repressão da violência, baseados no “perfil racial”, transformando homens negros em alvos permanentes da ação e da violência policial, refletida nos índices desproporcionais de abordagens, prisões e mortes” (SILVA; CARNEIRO, 2009, p. 111).

De acordo com Waiselfisz (2015), as mulheres negras são as vítimas prioritárias do feminicídio no País. Havendo uma tendência de redução das taxas de feminicídio de mulheres brancas, enquanto aumentam as taxas de feminicídio de mulheres negras. O número de feminicídios de mulheres brancas caiu de 1.747, em 2003, para 1.576, em 2013. Representando uma queda de 9,8% do total de feminicídios de mulheres brancas, neste período. Já os feminicídios de mulheres negras aumentaram 54,2% no mesmo período, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013.

Dados do Dossiê Mulher 2018, do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, apontam que, em 2017, foram registrados 381 homicídios dolosos de mulheres. Atingindo uma taxa de 4,4 por 100 mil mulheres. Mulheres negras (e pardas) representam a maioria das vítimas de homicídio doloso⁸, chegando a 60,6% (taxa de 5,7 por 100 mil mulheres negras⁹), quase o dobro do percentual de mulheres brancas, 30,8% (taxa de 2,9 por 100 mil mulheres brancas), evidenciando a vulnerabilidade de mulheres negras à violência letal (MORAES; MANSO, 2018).

A violência contra a mulher produz consequências na vida daquelas que sofrem ou sofreram violência, trazendo um grande impacto no cotidiano daquelas que sofrem tais agressões, como lesões, dores de cabeça, abuso de drogas e/ou álcool, asma, pânico, depressão, ansiedade, desvalorização pessoal, desespero, sensação de abandono, desordens de alimentação, desordens de personalidade e distúrbio de estresse pós-traumático (DA SILVA et al., 2013; CAVALCANTI, 2016). A violência contra a mulher causa morte e incapacidade com maior prevalência entre as mulheres em idade reprodutiva (DREZETT, 2003); “acontece nas diferentes etapas do ciclo da vida; anula autonomia da mulher e mina

⁸ Em 2017, no Estado do Rio de Janeiro, foram registrados 68 feminicídios e 187 tentativas de feminicídio. Esses dados representam que, do total de mulheres vítimas de homicídio doloso, 17,8% foram feminicídios e 27,4% tentativas de feminicídio. Em média, no ano de 2017, foram registrados 05 feminicídios e 15 tentativas de feminicídio por mês em todo o estado (MORAES; MANSO, 2018).

⁹ O homicídio doloso, entre mulheres pardas, neste mesmo período, apresentou taxa de 5,4 por 100 mil mulheres pardas (MORAES; MANSO, 2018).

seu potencial como pessoa e membro da sociedade. E, não menos importante, provoca repercussões intergeracionais” (CAVALCANTI, 2016, p. 35).

“...em relação à saúde sexual e reprodutiva, os efeitos da violência, capazes de produzir na mulher sequelas físicas e psicológicas, também tem se tornado visível com a publicização do fenômeno. As mulheres atingidas ficam mais vulneráveis a outros tipos de violência, à gravidez indesejada, à alta paridade, à gravidez de repetição rápida, às complicações obstétricas, ao sexo inseguro, ao abortamento às doenças ginecológicas, aos distúrbios sexuais, à depressão, ao suicídio e às doenças sexualmente transmissíveis (DST)” (CAVALCANTI, 2016, p. 35).

Drezett (2003, p. 08) afirma que *“mais da metade dos casos de violência sexual ocorre durante o período reprodutivo da vida da mulher”*. *“Dentre as consequências da violência sexual, a gravidez se destaca pela complexidade das reações psicológicas, sociais e médicas que desencadeia. Geralmente, é encarada como uma segunda violência, intolerável para a maiorias das mulheres”* (DREZETT, 2003, p. 10).

De acordo com Day et al. (2003), as mulheres reagem de diversas formas, algumas resistem, outras fogem e outras tentam “manter a paz”, submetendo-se às exigências de seu parceiro. A reação da mulher à violência é frequentemente limitada pelas opções à sua disposição. Segundo as autoras, os motivos mais alegados para continuar em um relacionamento abusivo são: medo de represália, perda do suporte financeiro, preocupação com os filhos, dependência emocional e financeira, ausência de apoio da família e dos amigos, “esperança de que ele vai mudar”.

Schraiber & D’Oliveira (2008) afirmam que, nos casos da VPI, a família, amigos e a comunidade constituem um apoio importante e ajuda muito procurada, mas pode se apresentar, ao negar apoios, como mais uma instância confirmatória daqueles sentimentos, da ideologia e desigualdades de gênero. Para estas autoras, **os silêncios** que cercam a violência contra a mulher são reforçados pela própria mulher que a vive, pelos

profissionais que eventualmente ela procura, por seus familiares, amigos e pela comunidade onde vive.

De acordo com Schraiber & D'Oliveira (2008), as mulheres não falam sobre a situação vivida por medo, sentimentos de vergonha ou culpa pelo ocorrido; os familiares e amigos, porque “valorizam” o individualismo e não acreditam que devam se solidarizar com a mulher ou acham que seria intromissão em assunto privado, ou ainda, por medo; e os profissionais, porque não sabem o que fazer ou não querem se “adiantar” à mulher e por não acreditarem na eficácia de sua ação.

Apesar das dificuldades, muitas mulheres abandonam o parceiro violento. As mulheres mais jovens são mais propensas a abandonar estes relacionamentos mais cedo. Nesse período, é comum o abandono e retorno ao relacionamento, antes de deixá-lo definitivamente. Porém, mesmo após o término da relação, a violência pode continuar e até aumentar. O maior risco de ser assassinada pelo parceiro/ex-parceiro ocorre após a separação (DAY et al., 2003).

Sagot (2000) afirma que a procura por um serviço de apoio é frequentemente o segundo passo dado pelas mulheres na busca por ajuda. Porém, muitas desconhecem a existência desses serviços e seus direitos. Para Silva et al. (2012), o enfrentamento à VPI envolve inúmeros sujeitos e ações interdisciplinares. Requer redes de atendimento de saúde, segurança pública, pessoal, jurídica e social. A busca pela ajuda institucionalizada é longa, com retrocessos e avanços.

No Brasil, até 2003, as Casas Abrigo e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) constituíram as principais respostas dos governos (Federal, estaduais e municipais) à questão da violência contra as mulheres (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011b). De acordo com Waiselfisz (2015), as Delegacias de Polícia gerais e especializadas foram os

destinos de encaminhamentos prioritários das mulheres, jovens e adultas, após o atendimento realizado nas unidades de saúde.

Com o intuito de mapear o caminho percorrido pelas mulheres em situação de violência intrafamiliar na busca por ajuda e compreender as dificuldades e apoios efetivamente recebidos, a **Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)** desenvolveu a proposta denominada “*Rota Crítica*”, estudo realizado na América Latina, na década de 1990 (MENEGHEL et al., 2011). Entende-se *Rota Crítica* como:

“Um processo constituído a partir da sequência de decisões e ações realizadas pelas mulheres em situação de violência e das respostas encontradas na sua busca de soluções” (SAGOT, 2007, p. 26).

De acordo com Sagot (2000, p. 89), o início da *rota crítica* pode ser considerado como **romper do silêncio**. Isto significa que as mulheres iniciam sua *rota crítica* quando decidem revelar sua situação de violência a uma pessoa fora do âmbito doméstico imediato, com o objetivo de procurar soluções. A *Rota Crítica* possibilita que conheçamos o percurso traçado pelas mulheres no enfrentamento as violências.

A *Rota Crítica*, em geral, constitui um processo não linear, longo, com avanços e retrocessos e, mesmo, a tomada de outras decisões da mulher (por ex., de desistir da busca de apoio e reconciliação com o parceiro). Trata-se de um percurso que necessita da decisão da mulher em denunciar esta situação, o que a expõe e aumenta sua vulnerabilidade, deixando-a sob o risco de novas agressões. A decisão de trazer a público as agressões sofridas, ainda expõe a mulher ao julgamento de familiares, amigos e da comunidade, bem como dos profissionais das instituições de apoio que ela venha a procurar.

O enfrentamento à violência contra a mulher não depende exclusivamente de decisões e ações das mulheres. O cenário em que a *Rota Crítica* se desenvolve possui diversos atores que são acionados em diferentes momentos. Dentre estes atores, os profissionais da Rede Especializada de Atendimento, no momento em que são acionados,

ocupam papel de destaque nestes percursos. Estes percursos podem ser estimulados ou dificultados pela qualidade do encontro (relação) entre estes dois atores – mulheres e profissionais/instituições (SCHRAIBER; D’OLIVEIRA, 2008).

Nesse sentido, independentemente da instituição em que atuem, é imprescindível que os profissionais estejam aptos para acolher as mulheres que buscam por ajuda, orientando-as e encaminhando-as aos demais serviços da rede. O Enfrentamento à Violência contra a Mulher requer que os profissionais compreendam a complexidade e reconheçam os tipos de violência contra a mulher. Contudo, vale ressaltar que, as demandas das mulheres extrapolam o poder de resolutividade de um único setor, demandando ações intersetoriais (MENEZES et al., 2014). As ações intersetoriais só fazem sentido quando fazem parte de uma rede que partilhe de fato, entre profissionais e serviços, o projeto em andamento e responsabilização por suas ações, respeitando a autonomia e a capacidade de escolha dos sujeitos (BELLENZANI; MALFITANO, 2006). Ou seja, se faz necessário que as instituições (e profissionais) que integram a Rede Especializada de Atendimento reconheçam e assumam a violência contra a mulher como objeto de ação e intervenção institucional.

Nesse sentido, o estudo da *rota crítica* é extremamente útil por permitir conhecer os múltiplos fatores e ações empreendidas pela mulher no enfrentamento às violências, os principais serviços e instituições de apoio que a mulher busca neste processo, bem como os resultados encontrados nesta busca.

1.1 Objeto de Pesquisa

Estudo das rotas críticas de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo, no Município do Rio de Janeiro, a partir das perspectivas dos profissionais envolvidos no atendimento e das mulheres.

1.2 Perguntas de Investigação

- Como os profissionais envolvidos na Rota Crítica percebem o trabalho que realizam e sua participação e envolvimento nesse percurso?
- Como os profissionais das instituições acionadas analisam o apoio oferecido e quais as suas representações acerca dos resultados/desfechos obtidos pelas mulheres na *rota crítica* empreendida?
- Qual a *Rota Crítica* seguida por mulheres, maiores de 18 anos, em situação de violência por parceiro íntimo, no Município do Rio de Janeiro? Quais seus “fatores impulsores”? Quais instituições/sujeitos foram acionados e como as mulheres analisam o apoio recebido?

1.3 Objetivos

Analisar a *Rota Crítica* seguida por mulheres, maiores de 18 anos, em situação de violência por parceiro íntimo, a partir das perspectivas dos profissionais envolvidos no atendimento e das mulheres.

1.3.1 Objetivos Específicos

- Analisar os fatores que influenciaram o início da *Rota Crítica*;
- Analisar as ações empreendidas pelas mulheres na busca por apoio;
- Analisar a eventual diferença entre a missão institucional e as expectativas das mulheres sobre esse atendimento, sob a ótica dos profissionais e das mulheres;
- Analisar a compreensão dos profissionais acerca da Violência por parceiro íntimo
- Analisar as concepções dos profissionais acerca de seu trabalho
- Analisar as representações dos profissionais e das mulheres acerca do apoio oferecido/recebido;

- Analisar as representações dos profissionais e das mulheres acerca dos resultados/desfechos obtidos na *rota crítica* empreendida.

2 Justificativa

Em minha prática profissional, como Bombeiro Militar na Cidade do Rio de Janeiro, percebi um aumento na quantidade dos atendimentos às mulheres vítimas de violência. As violências eram diversas e, em sua maioria, havia uma relação de intimidade entre a “vítima” e o “agressor” (marido, namorado, ex-marido). Durante o atendimento e encaminhamento destas mulheres às unidades de saúde, foi possível conhecer como se deu a violência e quantas vezes esta ocorreu. As razões eram diversas e, em sua maioria, não era o primeiro episódio.

Chegando às unidades de saúde, as mulheres recebiam o devido atendimento médico, curativos eram realizados, exames diagnósticos e de imagem, quando necessário. Porém, parecia não haver preocupação dos profissionais quanto ao encaminhamento e/ou orientação destas mulheres para os demais serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Nos casos em que havia esta orientação, algumas vezes, observei que as mulheres não desejam prestar queixa contra o agressor.

Estas trajetórias me fizeram pensar em *“qual seria o destino destas mulheres, após este episódio de violência? Voltariam aos seus lares, permanecendo “vítimas”, ou sairiam desta relação?”* Logo, comecei a perceber que compreender as causas da violência não seria o suficiente, deveria, então, compreender a dinâmica da violência e o papel de cada um dos sujeitos neste processo.

Nos casos de VPI, é a mulher quem, frequentemente, sofre as maiores consequências. As consequências da VPI são múltiplas. Afetam não somente aos sujeitos

diretamente envolvidos, como também familiares, vizinhos, comunidade e a sociedade. Além disso, a violência contra a mulher é uma grave violação dos Direitos Humanos.

Apesar do reconhecimento da violência da mulher como uma questão de interesse público, com políticas e estratégias que visam o enfrentamento e redução deste fenômeno, a violência contra a mulher ainda apresenta alta incidência e prevalência, razão pela qual se faz necessário novos estudos abordando esta temática.

Abaixo, apresentamos tabela de pesquisa em Base de Dados (SCIELO e BIREME) onde foram utilizados os descritores: Violência, Mulher e Rota Crítica.

Tabela 1 Pesquisa do tema em Base de Dados¹⁰

Descritores	SCIELO N	BIREME N
Violência por Parceiro Íntimo and Mulheres	114	332
Violência por Parceiro Íntimo and Rota Crítica	00	00
Mulheres and Rota Crítica	06	57
Violência de Gênero and Violência por Parceiro Íntimo	55	296
Violência de Gênero and Mulheres	501	1879
Violência de Gênero and Rota Crítica	06	10

A tabela acima mostra o cenário das pesquisas envolvendo Rotas Críticas de Mulheres em Situação de Violência. Ao realizarmos uma busca nas bases de dados (SCIELO e BIREME) utilizando os descritores *Mulheres*, *Rota Crítica*, *Violência de Gênero*, *Violência por Parceiro Íntimo*, encontramos: 3256 resultados para as pesquisas. Porém, quando realizamos a busca combinando os descritores “*Mulheres and Rota Crítica*” obtemos 63 resultados, “*Violência de Gênero and Rota Crítica*” temos apenas 16 resultados e “*Violência por Parceiro Íntimo and Rota Crítica*” não encontramos nenhum resultado. Essa busca aponta para os temas mais pesquisados nestas bases de dados,

¹⁰ Pesquisa realizada em 30 de julho de 2018.

retornando 2889 resultados para o descritor “*Mulheres*”; 2747 resultados para “*Violência de Gênero*”; 797 resultados para “*Violência por Parceiro Íntimo*”; e, apenas, 79 resultados para o descritor “*Rota Crítica*”, dos quais, apenas 19 são brasileiros e, em sua maioria, foram realizados no Rio Grande do Sul.

O presente estudo pode colaborar para a identificação dos principais fatores que levam a mulher em situação de violência a procurar por ajuda, identificar os agentes mais acionados por elas, bem como os resultados esperados e obtidos por elas nesta busca, oferecendo, a estes agentes, subsídios para aprimoramento de suas práticas, visando melhor atendimento às mulheres em situação de violência.

3 Marco Teórico

3.1 Gênero

O conceito de *Gênero*, historicamente, apresenta diversas teorias. Por trás do processo de formulação destas teorias temos movimentos e lutas em busca do reconhecimento e valorização das mulheres, buscando superar os “tradicional papéis” que lhes são (eram) “permitido ocupar” na sociedade.

Segundo Scott (1995), o termo *Gênero* teria sido empregado pelas feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, indicando uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Para estas teóricas feministas, o “gênero” transformaria os paradigmas envolvidos nas relações sociais entre homens e mulheres, acrescentando novos temas e uma reavaliação das premissas e critérios do trabalho científico.

De acordo com Heilborn (2004), a discussão referente a gênero é tributária da invasão que os estudos acadêmicos sofreram a partir dos anos 1970 pela “problemática da

mulher”. Para esta autora, o grande número de estudos sobre esta questão acadêmica tem relação com o (re)surgimento do movimento feminista no final da década de 1960.

Nessa época, as investigações sobre a condição social das mulheres já apontavam uma forte desigualdade entre homens e mulheres, que tendia a aumentar conforme a classe social, raça, etnia e outras condições de vida. A desigualdade abarcava a esfera pública e privada. Na primeira, era visível nos salários menores do que o dos homens em serviços iguais e na pequena participação política. Na esfera privada, se evidenciava pela dupla moral sexual e na delegação de papéis domésticos (DE CASTILHO, [s.d.]).

De acordo com Matos (2008), o “conceito” de gênero foi aos poucos sendo incorporado por afiliações teóricas nas ciências humanas e sociais. Algumas dessas teorias o abordam com um conceito útil e até iluminador de questões, mas não o tendo como um elemento central de suas considerações e outras o absorvem substantivamente, fazendo-o ocupar sempre uma posição de destaque.

Em seu trabalho intitulado *“Gênero: uma categoria útil para análise histórica”* (1995), Joan Scott nos apresenta três posições teóricas de análise de gênero, quais sejam, as teorias do patriarcado, as marxistas e as de base psicanalítica.

As feministas do patriarcado entendem que as causas da opressão e subordinação feminina estariam localizadas no processo reprodutivo. Os papéis desempenhados por mulheres e homens na reprodução da espécie são fatores fundamentais de onde derivam as características que tornam possível a dominação que os homens exercem sobre as mulheres. As diferenças entre os papéis sociais e econômicos de homens e mulheres, o poder político e a psicologia coletiva são resultado da maneira como se reproduzem os seres humanos. O papel das mulheres no processo reprodutivo (uma vez que são os únicos seres humanos capazes de engravidar e amamentar e dado que os bebês humanos tem um

período prolongado de dependência física) as torna prisioneiras da biologia, forçando-as a depender dos homens (PISCITELLI, 2002).

O feminismo do patriarcado considera que para liberar as mulheres é necessário derrotar o patriarcado. Isso só seria possível se as mulheres adquirissem o controle sobre a reprodução. Na verdade, a meta do movimento feminista deveria ser não apenas a eliminação do privilégio do homem, mas a eliminação da própria distinção sexual. E isto seria possível transformando o mecanismo da reprodução – a reprodução da espécie deveria ser substituída pela reprodução artificial. Dessa maneira as diferenças genitais não teriam mais significado cultural (PISCITELLI, 2002).

As teóricas marxistas buscam explicar e adaptar as teorias de Marx e Engels, que teorizam a relação econômica de propriedade como a base da opressão das mulheres no casamento, de modo que a subordinação das mulheres pudesse ser examinada em termos das relações capitalistas de classe, mas não em termos de uma política sexual específica entre homens e mulheres (HARAWAY, 2004). Nesta teoria, a família é colocada numa posição central na história, como o lugar no qual as divisões sociais emergem. Segundo Haraway (2004), Engels quase lançou as bases para teorizar a opressão específica das mulheres em sua curta observação de que uma análise inteiramente materialista da produção e reprodução da vida imediata apresenta uma característica dupla: a produção dos meios de existência e “a produção dos seres humanos”. Uma exploração dessa segunda característica foi o ponto de partida de muitas feministas marxistas em suas teorias da divisão do trabalho por meio do sexo/gênero.

As teóricas psicanalíticas seguem a escola anglo-saxônica (que trabalha com a teoria das relações objetais) e a escola francesa (que trabalha a partir do pós-estruturalismo de Freud, nos termos das teorias da linguagem de Lacan). Em comum, estas escolas têm o enfoque nas etapas de formação do indivíduo, sob perspectivas distintas. A teoria das

relações objetais defende que a identidade de gênero é formada a partir de experiências concretas, as vivenciadas domesticamente, como a divisão de trabalho familiar, a atribuição de tarefas entre os pais. A teoria pós-estruturalista da linguagem se prende aos sistemas de significação, o que abrange não só as palavras, mas todo um sistema simbólico que se firma no gênero (GRUPO DE ESTUDOS DE GÊNERO LUIZA MAHIN (FDUFBA), 2010).

Após apresentar estas concepções teóricas de análise de gênero, Scott (1995) nos propôs a seguinte definição de gênero: (1) o gênero como elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Para Scott, estas duas definições estão inter-relacionadas.

Além das teorias apresentadas por Joan Scott, mais recentemente, surgiu uma nova perspectiva de compreensão de gênero, focando na constituição relacional. Diferente das demais, que apresentavam a mulher como ponto central nos debates de gênero, a perspectiva relacional insere o homem neste debate, o que possibilitaria uma melhor compreensão do fenômeno “gênero”.

Para Cortez; Souza & Queiróz (2010), uma perspectiva unilateral (que considera principalmente a mulher e, às vezes, o homem, separadamente) embora importante para o campo de produção, deixa de contemplar aspectos relevantes do fenômeno ao abordar separadamente os dois protagonistas.

A perspectiva relacional de gênero nos permite relativizar as noções de dominação masculina e submissão feminina. A dominação e a submissão são noções notavelmente relacionais, de homens para com outros homens, de mulheres para com outras mulheres e de homens para com as mulheres (NJAÍNE et al., 2014).

“[...] a dimensão relacional do gênero possibilita desconstruir principalmente os argumentos culpabilizantes em relação ao masculino, que demarcam o discurso de parte do movimento feminista e, que ainda se faz presente, direta ou indiretamente, nas produções acadêmicas contemporâneas” (ARILHA; RIDENTI; MEDRADO, 1998, p. 24 apud ALVIM; SOUZA, 2005, p.: 178).

De acordo com Cortez; Souza & Queiróz (2010), a utilização de um enfoque relacional pode contribuir para a compreensão de sua complexidade, ao permitir, a partir da análise conjunta dos pontos de vista dos envolvidos, a visualização de um quadro amplo de fatores (histórico-sociais e afetivos) que agem sobre ambos os sujeitos.

O sexo é uma categoria biológica insuficiente para explicar os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher. Gênero é uma categoria relacional do feminino e do masculino. Considera as diferenças biológicas entre os sexos, reconhecendo as desigualdades. É um modo de pensar que viabiliza a mudança nas relações sociais e, por consequência, nas relações de poder. É um instrumento conceitual para entender as relações sociais e, particularmente, as relações sociais entre mulheres e homens (DE CASTILHO, [s.d.]).

Contudo, ao considerar “gênero como categoria relacional entre masculino e feminino”, cria-se “*um caráter fixo e permanente de oposição binária*” masculino-feminino, perpetuando “*um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros; usualmente, se concebem homem e mulher como polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão*” (LOURO, 1997, p. 30–31). Para Louro (1997, p. 33) a lógica dicotômica¹¹, presente no binarismo de gênero, (re)produz as diferenças - culturais, sociais, subjetivas - “*em relação ao homem – sendo ele a medida, o*

¹¹ “Essa eterna oposição binária usualmente nos faz equiparar, pela mesma lógica, outros pares de conceitos, como “produção-reprodução”, “público-privado”, “razão-sentimento”, etc. Tais pares correspondem, é possível imediatamente perceber, ao masculino e ao feminino, e evidenciam a prioridade do primeiro elemento, do qual o outro se deriva, conforme supõe o pensamento dicotômico. Uma lógica que parece apontar para um lugar “natural” e fixo para cada gênero” (LOURO, 1997, p. 32).

padrão, a referência de todo discurso legitimado”. Para Scott (1995) é preciso desconstruir¹² essa lógica.

“A sociedade delimita o binarismo de gênero por meio de um discurso no qual ocorrem apenas o masculino e o feminino como gêneros padrões e, assim, coloca tal binarismo como algo natural. Ao promover este binarismo, acaba oprimindo as singularidades e liberdades humanas daqueles que não correspondem a esse padrão (pré)estabelecido pela sociedade” (FABRETTI; LIMA, 2016, p. 3–4).

A divisão sexo/gênero parte da noção de sexo, entendido como natural e biológico, e gênero entendido como uma construção social, (re)produzindo o modelo binário. Em sua teoria, Butler (2015) desconstrói a divisão sexo/gênero, propondo a noção de performatividade.

“Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas não o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (BUTLER, 2015, p. 235).

Deste modo, a repetição de atos, gestos, atuações, desejos produzem, através dos discursos, identidades de gênero que são performatizadas, demarcando nossos modos de ser masculino e feminino, atendendo às normas heteronormativa de gênero (DE BRITO, 2015). A performatividade surge como um importante instrumento para a compreensão da identidade de pessoas não binárias, isto é, sujeitos que não se identificam com os “modos de ser” socialmente determinados – o ser homem ou o ser mulher. O sujeito não-binário

¹² “Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um.. Implicaria observar que o polo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses polos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe **a mulher**, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras)” (LOURO, 1997, p. 31–32).

contraria a ideia de que o sujeito é exclusivamente mulher ou exclusivamente homem (PISCITELLI, 2002; FABRETTI; LIMA, 2016).

De acordo com Louro (1997, p. 34), *“uma das consequências mais significativas da desconstrução dessa oposição binária reside na possibilidade que abre para que se compreendam e incluam as diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente”*. A lógica dicotômica da oposição binária de gêneros transmite uma ideia singular de masculinidade e de feminilidade (onde um polo se contrapõe ao outro) socialmente constituídas, o que supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se “enquadram” em uma dessas formas. Para a autora, ao romper essa dicotomia seria possível abalar o caráter heterossexual presente no conceito de “gênero”.

3.2 Violência de Gênero

A violência de gênero se caracteriza por qualquer ato de agressão física, de relações sexuais forçadas e outras formas de coerção sexual, maus-tratos psicológicos e comportamento controlador, que resulte em danos físicos ou emocionais, perpetrado com abuso de poder de uma pessoa contra a outra, em uma relação marcada pela desigualdade e pela assimetria entre gêneros. Podendo acontecer nas relações íntimas entre parceiros, entre colegas de trabalho e em outros espaços da sociedade. Abrange a violência praticada por homens contra as mulheres, mulheres contra homens, entre homens e entre mulheres (GOMES; MINAYO; SILVA, 2005; ZUMA et al., 2013; NJAÍNE et al., 2014).

A violência de gênero produz-se e reproduz-se nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe e raça. A violência de gênero é mediatizada pela ordem patriarcal, que delega aos homens o direito de dominar e controlar as mulheres, podendo, para isso, usar a violência. Dentro dessa ótica, a ordem patriarcal é vista como um fator preponderante na produção da violência de gênero, uma vez que está na base das

representações de gênero que legitimam a desigualdade e a dominação masculina internalizada por homens e mulheres (ARAÚJO, 2008; DA SILVA et al., 2013).

De acordo com Araújo (2008), a perspectiva teórica que vincula a opressão das mulheres ao sistema patriarcal foi, durante muito tempo, utilizada pelas feministas na análise da relação dominação-submissão feminina. Atualmente é criticada pelos estudos de gênero por sua tendência universalizante. Para a autora, a dominação masculina não deve ser vista como algo fechado, que se reproduz de modo idêntico. Há variações na forma como o poder patriarcal se constitui e se legitima, assim como nas formas de resistência que as mulheres desenvolvem, nos diferentes contextos.

No que diz respeito à violência de gênero, pode-se dizer que embora a dominação masculina seja um “privilégio” que a sociedade patriarcal concede aos homens, nem todos a utilizam da mesma maneira, assim como nem todas as mulheres se submetem igualmente a essa dominação. Se o poder se articula segundo “campo de forças” e, se homens e mulheres detêm parcelas de poder, embora desiguais, cada um lança mão das suas estratégias de poder, dominação e submissão (ARAÚJO, 2008).

Segundo Bourdieu (1999), a dominação masculina exerce uma “dominação simbólica” sobre toda a sociedade refletindo sobre corpos e mentes, discursos e práticas sociais e institucionais, perpetuando diferenças e naturalizando desigualdades entre homens e mulheres. Para Bourdieu a dominação masculina estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social (ARAÚJO, 2008).

“A dominação não é simplesmente resultante da pressão (pelas forças) e do consentimento (às razões), da coerção mecânica e da submissão voluntária, livre, deliberada, ou até mesmo calculada”. A violência simbólica - "violência doce e quase sempre invisível", cujo efeito característico é "a submissão encantada" - se estabelece através da adesão do dominado ao dominante, ou seja, à relação de dominação, porque os

esquemas, as "categorias construídas do ponto de vista dos dominantes" que o sujeito dominado "põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.) resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto" (BOURDIEU, 1999; CARVALHO, 2004, p. 85–86). É a Dominação Simbólica exercendo-se pelo Habitus.

*“O efeito da **dominação simbólica** (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua, etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos **habitus** e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. Assim, a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradição, espontânea e extorquida, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõe” (BOURDIEU, 1999, p. 49-50).*

De acordo com Njaïne et al. (2014), nem sempre a violência de gênero é visível no âmbito das pessoas que se encontram em risco de sofrê-la. Muitas vezes ocorre a dominação ou exclusão social por vias simbólicas nas relações entre homens-mulheres, entre homens e entre mulheres. Assim, muitas pessoas não reconhecem a violência em determinados atos, pelo fato de estes não serem compreendidos como violentos, mas, que em níveis mais sutis, estão acompanhados dela.

Para Cortez; Souza & Queiróz (2010), a violência ocorre obedecendo a uma dinâmica estabelecida entre os parceiros e as agressões resultam de um jogo de forças entre homem e mulher, mesmo que na maior parte das vezes os danos físicos e emocionais sejam maiores na mulher. Sendo necessário que as duas partes envolvidas sejam consideradas como sujeitos.

Em seus estudos sobre “Judicialização das Relações Sociais”, Rifiotis (2015) chama atenção para a necessidade dos estudos das relações sociais centrarem-se para além do

“simples contexto” em que se configuram formas específicas de atores, eventos e práticas sociais, sobretudo na perspectiva da abordagem relacional da “violência de gênero”, a qual, segundo ele, deveria ser a perspectiva central, para a problematização da “judicialização das relações sociais”.

Refletir sobre a relação violência-gênero é importante para indicar não apenas o envolvimento de mulheres e homens como “vítimas” e autores/as, mas, também, o seu envolvimento como sujeitos que buscam afirmar, mediante a violência, suas identidades masculinas e femininas (BRASIL, 2005; SUÁREZ; BANDEIRA, 1999).

3.3 Violência por Parceiro Íntimo

Uma das formas mais comuns de violência praticada contra a mulher é a cometida por parceiro íntimo. Este tipo de violência ocorre em todo o mundo e transcende a grupos sociais, econômicos, religiosos ou culturais. A VPI é definida como comportamento dentro de uma relação íntima que provoque dano físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abusos psicológicos e comportamentos intimidadores (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE., 2012; ROSA et al., 2013).

O *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC) define VPI como qualquer ato violento entre pessoas que mantêm relacionamento íntimo, heterossexuais ou homoafetivos, quer sejam ou tenham sido namorados, casados, separados, divorciados ou vivam em regime de união estável (SALZTMAN et al., 1999).

De acordo com as definições apresentadas, a VPI pode ter tanto o homem como a mulher como “perpetrador” ou “vítima” da violência. Contudo, a VPI contra a mulher ganha maior atenção devido à sua elevada frequência e as consequências do ato na saúde e qualidade de vida da mulher. Reichenheim et al. (2006) apontam que os principais agressores das mulheres têm sido maridos, ex-maridos, namorados e ex-namorados. Nestes

casos, as relações interpessoais são marcadas pela opressão e por pouca autonomia das mulheres.

A dinâmica VPI é retratada, por alguns autores (WALKER, 1999; FALCKE et al., 2009; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2013; NETTO et al., 2015, 2017), como um processo que se repete seguidamente num **ciclo da violência**, perpassando por três estágios: 1) **fase de tensão**: caracterizado por acúmulos de tensão, com constantes brigas e clima de insegurança; 2) **fase de agressão**: retratado por episódios agudos de violência, fazendo com que a mulher busque alguma forma de ajuda; 3) **fase de fazer as pazes** (ou da “lua de mel”) momento de arrependimento do agressor, que pede desculpas à mulher e o casal retoma a relação (SILVA et al., 2012).

Esse ciclo é frequente na vida da mulher em situação de violência, colocando a dificuldade que ela tem para acabar com a relação e colocar distância do companheiro/agressor, por uma série de questões, que vão de motivos financeiros a razões de fundo emocional (DO CARMO; DE MOURA, 2010).

Proposto pela OMS, para explicar a etiologia multicausal da violência, o modelo ecológico procura mostrar como as pessoas podem se tornar mais ou menos propensas a se envolverem em situações de violência. O modelo ecológico apresenta quatro níveis de influência. O primeiro nível destaca características ligadas ao indivíduo; o segundo nível destaca características de resolução de conflitos familiares e os padrões de relacionamento familiar; o terceiro apresenta o contexto comunitário nos quais estão contidas as relações sociais; e o quarto inclui fatores mais amplos e em nível macrossocial que influenciam os índices de violência (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE., 2012).

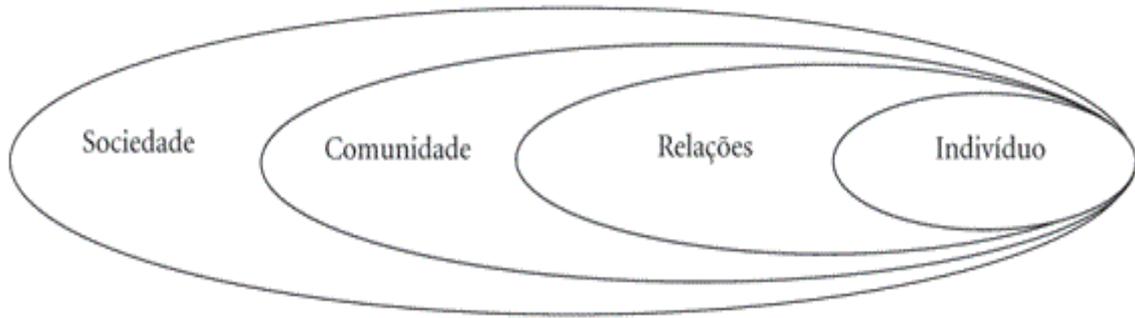


Figura 1 Modelo Ecológico¹³

Para Dahlberg & Krug (2006), a proposta ecológica enfatiza as múltiplas causas da violência e a interação dos fatores de risco que operam no interior da família e dos contextos mais amplos da comunidade, como o contexto social, cultural e econômico. Para as autoras, colocado em um contexto de desenvolvimento, o modelo ecológico mostra como a violência pode ser causada por diferentes fatores em etapas diversas da vida.

O modelo ecológico possibilita o entendimento da interação dos fatores que influenciam a VPI e pode providenciar propostas para prevenção e intervenção, através de políticas e programas intersetoriais. Este modelo sustenta uma abordagem de saúde pública abrangente, a qual não somente trata do risco de um indivíduo se tornar a “vítima” ou o perpetrador de violência, mas também das normas, das crenças e dos sistemas sociais e econômicos que criam as condições favoráveis para a ocorrência da VPI (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE., 2012).

Embora alguns fatores de risco talvez sejam específicos de certos tipos de violência, os vários tipos de violência, em geral, tem fatores de risco comuns. Normas culturais predominantes: pobreza, isolamento social e, fatores como abuso de álcool, de drogas e acesso a armas de fogo são fatores de risco de mais de um tipo de violência. Como resultado, não é raro que alguns indivíduos incluídos em situação de risco experimentem mais de um tipo de violência. Mulheres em risco de violência física por parceiros íntimos,

¹³ Extraído de ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (2012).

por exemplo, também se encontram em risco de violência sexual (HEISE; ELLSBERG; GOTTEMOELLER, 1999; DAHLBERG; KRUG, 2006).

O Manual de Atenção à violência intrafamiliar, do Ministério da Saúde (2001), relaciona alguns fatores de risco para a VPI: 1) indícios de violência em relacionamentos anteriores, de pelo menos um dos parceiros; 2) contexto e características do início da relação indicativos de violência, como por exemplo: desapego, objetivos perversos, como interesse econômico, entre outros; 3) dinâmica agressiva, isolamento e fechamento da relação (dificuldade em lidar com terceiros); 4) elevado tempo de convivência em situação de violência e desgaste acumulado; 5) baixa capacidade de negociação do casal quanto aos aspectos conflitivos da relação; 6) curva ascendente de grau, intensidade e frequência dos episódios de violência; 7) elevado nível de dependência econômica e/ou emocional dos parceiros; 8) baixa autoestima e pouca autonomia dos parceiros; 9) sentimento de posse exagerado por parte dos parceiros (ciúmes exacerbado); 10) alcoolismo e/ou drogadição de um dos membros do casal ou de ambos; 11) soropositividade da mulher, pelo HIV (BRASIL, 2001; DELZIOVO; DE OLIVEIRA; LUIZ, 2014).

As consequências da violência são profundas, indo além da saúde e da felicidade das pessoas, chegando até mesmo a afetar o bem-estar de comunidades inteiras. Viver em um relacionamento violento, afeta o senso de autoestima de uma mulher e sua capacidade de participar no mundo. As mulheres que sofreram abuso são rotineiramente restringidas em suas formas de ter acesso a informações e serviços, participar da vida pública e receber apoio emocional de amigos e parentes. Não é de surpreender que, frequentemente, essas mulheres tenham dificuldades de cuidar de si mesmas e de suas crianças, tampouco consigam procurar empregos e seguir carreiras (KRUG et al., 2002).

Em relação aos custos da violência contra a mulher por parceiro íntimo, alguns estudos relataram grande impacto econômico, pois as mulheres vítimas desse tipo de

violência procuram mais os serviços médicos, realizam mais consultas para tratamento de possíveis traumatismos, relatam mais procura pelo serviço de saúde mental e são mais propensas a retirar folgas do trabalho para o tratamento de traumatismos referentes à violência provocada por seus parceiros (DAHLBERG; KRUG, 2006; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE., 2012; ROSA et al., 2013).

3.4 Rota Crítica

Existem muitas dificuldades no percurso das mulheres que sofrem violência por parceiros íntimos em busca de ajuda. Ellesberg (1998) destaca que a mulher não conta, por exemplo, aos profissionais de saúde o que se passa com ela nas relações de violência doméstica por várias razões, tais como: por se sentir envergonhada ou humilhada, por se sentir culpada pela violência, por temer que o interlocutor a culpe pela violência, por temer por sua segurança pessoal e pela segurança de seus filhos, por ter tido experiências ruins no passado ao relatar sua situação, por sentir que não tem controle sobre o que se passa em sua vida, por acreditar nas promessas do agressor de que ele mudará, por crer que suas lesões ou problemas não são importantes ou por querer proteger sua família devido à dependência financeira ou afetiva.

Os motivos listados traduzem os conflitos vividos por estas mulheres, os preconceitos sociais de que muitas vezes são “vítimas” e os fatores que dificultam sua saída da situação e o pedido de apoio. As dificuldades de transformação das situações vivenciadas podem reforçar a ideia do senso comum de que algumas mulheres estariam optando por permanecer na situação de violência (SILVA, 2009). Schraiber (2005) ressalta que “as escolhas de cada indivíduo dependem não apenas de sua vontade individual vista isoladamente, mas da cultura, da situação social, do acesso a serviços, da opinião da comunidade, amigos e familiares, aspectos que fazem parte da construção e reconstrução cotidianas deste indivíduo”.

A rota das mulheres afetadas pela violência intrafamiliar e o percurso institucional que percorrem foi denominado, em estudo da Organização Pan-Americana de Saúde, como **Rota Crítica**, designando com essa categoria o “conjunto de decisões e ações realizadas por mulheres no enfrentamento as violências e as repostas encontradas em sua busca por ajuda” (SAGOT, 2000, 2007).

Criada na década de 1990, a *Rota Crítica* foi incorporado pela OPAS como estratégia de investigação no estudo “*La Ruta Crítica que Siguen las Mujeres Afectadas por la Violencia Intrafamiliar*”. Tendo este estudo como referência, a Dr^a. Montserrat Sagot, socióloga e professora da Universidade da Costa Rica, adota o processo da *Rota Crítica* como estratégia de investigação no estudo “*La crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar em América Latina-Estudios de caso em diez países*”¹⁴, realizado entre os anos de 1996 e 1998, em 10 países da América Latina: Belize, Bolívia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e Peru. Neste estudo, constatou-se que as mulheres executam esforços no sentido de “resolver” o seu problema. Posteriormente, o Chile e a Venezuela, países não incluídos na investigação desenvolvida pela Dr^a. Sagot, utilizaram a *rota crítica* como estratégia de investigação sobre a violência doméstica contra a mulher. No Brasil, estudos de *Rota Crítica* foram realizados no Rio Grande do Sul, sob a coordenação da Dr^a. Stela Nazareth Meneghel, médica e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (SAGOT, 2000, 2007; MENEGHEL; VIAL, 2008).

De acordo com Sagot (2000, 2007), o início da *rota crítica* pode ser considerado como o **romper do silêncio**. Isto significa que as mulheres iniciam sua *rota crítica* quando

¹⁴ Objetivos do estudo: 1) conhecer as ações desenvolvidas/realizadas pelas mulheres vítimas de violência intrafamiliar e a rota seguida para encontrar apoio e solução aos seus problemas de violência; 2) conhecer os fatores que impulsionam ou desestimulam o início de uma rota crítica pelas mulheres vítimas de violência intrafamiliar; 3) conhecer as percepções das mulheres vítimas de violência intrafamiliar sobre as repostas encontradas em sua busca por apoio e solução aos seus problemas de violência; 4) conhecer as representações sociais e as repostas por parte das e dos prestadores de serviço sobre a violência familiar (SAGOT, 2000, p. 9–10).

decidem revelar a situação de violência a uma pessoa fora do âmbito doméstico imediato, com o objetivo de procurar soluções. Com esse conceito parte-se do pressuposto que existe uma série de fatores que ajudam ou inibem uma mulher na busca de ajuda, entre eles: a informação e o conhecimento que possuem, suas percepções e atitudes, os recursos disponíveis, a experiência prévia, a valorização da situação e os apoios e obstáculos encontrados. A *rota crítica* envolve as decisões e ações empreendidas pelas mulheres e as respostas encontradas tanto no âmbito familiar e comunitário, quanto institucional.

Como já mencionado, a *rota crítica* é um processo complexo, não linear, que implica avanços e retrocessos, devido à quantidade de fatores intervenientes. De fato, há mais do que uma *rota crítica*, geralmente as mulheres transitam por múltiplas rotas e itinerários. O início de uma *rota crítica* implica, em muitas ocasiões, em um risco para as mulheres, incluindo o aumento da violência e a possibilidade de perda de seus bens patrimoniais. Nesse sentido, depois de um primeiro passo, muitas vezes ocorre uma interrupção do processo ou a busca de outras vias. Para quem “*olha de fora*”, esses processos podem parecer contraditórios ou até irracionais, mas os testemunhos das entrevistadas mostram a existência de elaboradas reflexões, avaliações de situação e de balanços, que orientam suas decisões (SAGOT, 2007).

Segundo Sagot (2000, 2007), no caminho de busca por apoio no enfrentamento às violências por parceiros íntimos, as mulheres se deparam com diversos fatores que as impulsionam e desencorajam. Estes fatores podem ser de dois tipos: *internos e externos*. Os *fatores internos* estão associados a processos pessoais, sentimentos e razões. Os *fatores externos* relacionam-se com as condições ambientais como apoio, recursos materiais, informação, qualidade dos serviços e até o aumento da violência.

Dentre os *fatores internos* que as desencorajam estão o medo, a culpa e a vergonha, o amor pelo parceiro agressor, a ideia de que o que ocorre no interior da família é de âmbito

privado, o desconhecimento de seus direitos e a falta de informação. Os *fatores externos* são: a manipulação por parte do agressor e as dinâmicas do ciclo da violência, as pressões familiares e sociais, as atitudes negativas e as respostas inadequadas dos profissionais de saúde, a limitada cobertura de serviços de apoio, os contextos sociais com históricos de violência (SAGOT, 2000, 2007; SILVA, 2009).

Ao analisar os fatores que impulsionam a mulher em situação de violência na busca por soluções, Sagot (2000, 2007) afirma que o processo de autoconvencimento de que o agressor não vai mudar e que a violência não vai terminar pode durar anos, a mulher afetada só conseguirá buscar soluções quando tiver vivido processos de reflexão sobre sua situação, compreendendo sua ambivalência em relação ao companheiro, se distanciando emocionalmente do agressor.

De acordo com Sagot (2000, 2007), os principais fatores impulsores internos são: a certeza de que o agressor não vai mudar e de que os recursos pessoais para lidar com a situação se esgotaram, o desgosto e o desamor, a saturação com a situação e a fixação de metas e projetos próprios. Os principais fatores externos são: aumento da violência que desencadeia um impulso para a sobrevivência, mudança nos padrões do agressor, a infidelidade, a violência exercida contra os filhos (as) ou outros membros da família, a possibilidade de perder bens ou outras expressões da violência patrimonial como negação do agressor em suprir os gastos familiares, apoio de pessoas próximas.

A *Rota Crítica* nos permite, também, conhecer as instituições de apoio que as mulheres procuram em sua trajetória no enfrentamento às violências. Sagot (2000, 2007) tinha como objetivo: conhecer as representações sociais e os significados sobre a violência intrafamiliar que prevalecem entre os profissionais das instituições de apoio as mulheres em situação de violências. Levando em consideração aspectos históricos, políticos e sociais dos países onde foi realizado o trabalho, Sagot e seus colaboradores utilizaram instituições

ligadas aos seguintes serviços: setor saúde, policial, judicial, educativo e não governamental. Além destes, foram realizados grupos com a comunidade, a fim de conhecer suas representações sociais sobre o fenômeno.

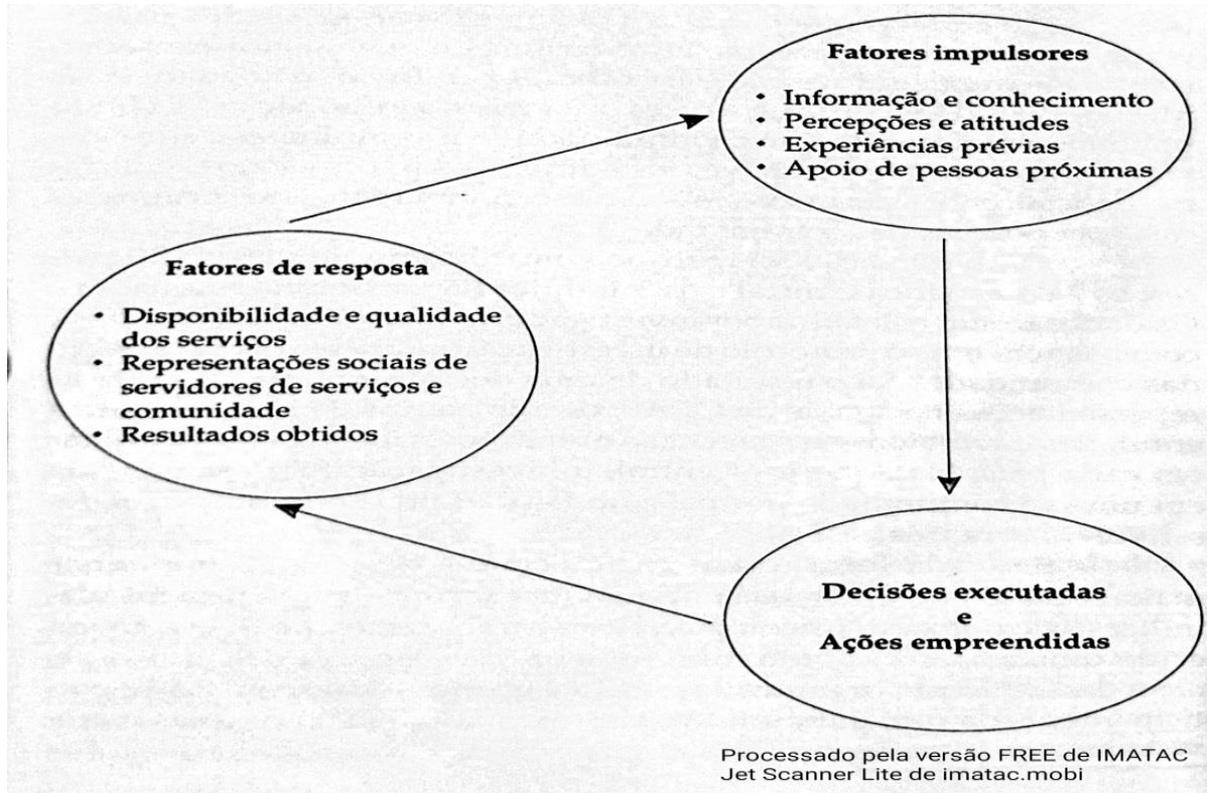


Figura 2 Diagrama Rota Crítica proposto por Sagot (2000)¹⁵.

Sagot (2000, 2007) realizou entrevistas com mulheres, maiores de 15 anos, que tivessem iniciado uma rota e buscado alguma instituição de apoio e que estivessem dispostas a narrar suas histórias. Os objetivos destas entrevistas foram: conhecer os fatores que impulsionam e desestimulam o início de uma rota crítica, conhecer as ações adotadas por mulheres em situação de violência intrafamiliar e a rota seguida para encontrar atenção e “solução” para a violência sofrida; conhecer as percepções das mulheres em situação de violência intrafamiliar sobre as respostas encontradas em sua busca por ajuda.

¹⁵ Extraído de SAGOT, M. A rota crítica da violência intrafamiliar em países Latino-Americanos. In, MENEGHEL, SN. Rotas Críticas – Mulheres enfrentando a violência. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2007, p.27.

Segundo Sagot (2000), os maiores êxitos relatados aconteceram nas instituições públicas e privadas dedicadas ao apoio às mulheres e à defesa de seus direitos. Nessas instituições, segundo a percepção das mulheres, elas tiveram apoio emocional, preocupação, interesse, informação e acompanhamento, medidas fundamentais que contribuíram, fortalecendo-as e ajudando-as no processo de “superação” da violência.

Em estudo realizado na região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, observou-se situação similar à dos países latino-americanos, ou seja, a trajetória das mulheres que decidem romper com a violência é longa, marcada por avanços e retrocessos, desprovida de apoio e, em muitas situações, ocorre “revitimização”, causada pelos serviços que deveriam cuidar delas (PRESSER; MENEGHEL; HENNINGTON, 2008; MENEGHEL et al., 2011).

Segundo Meneghel et al. (2011), no estudo “Rotas Críticas: O Caminho das Mulheres no Enfrentamento das Violências”, realizado no município de Porto Alegre, entre 2008 e 2010, os fatores facilitadores citados pelas mulheres foram a existência da Lei Maria da Penha, o atendimento satisfatório de alguns operadores e a rapidez de alguns procedimentos. Como fatores desencorajadores, elas enfatizaram a dificuldade de compreender as orientações e processos, a fragmentação dos serviços que compõem a rede e ausência de um centro onde pudessem receber atenção integral, a pressão dos operadores jurídicos para que as mulheres permaneçam na relação conjugal e a incapacidade da polícia em assegurar as demandantes à proteção de medidas protetivas.

Nesta mesma pesquisa, Meneghel et al. (2011) afirmam haver um descompasso entre a rota das mulheres e a rota ofertada pelos serviços, caracterizado pela divergência nos tempos dos interlocutores. Há situações que demandam uma ação rápida e eficaz dos serviços, como deferimento e a aplicação de uma medida protetiva, o que pode assegurar a sobrevivência de uma mulher ameaçada de morte. Em outros momentos, é preciso dar um

tempo para continuar o caminho, sem pressioná-la para resolver sua vida em apenas uma audiência.

A persistência de representações sociais influenciadas pelo patriarcado possibilita que a violência de gênero e, no caso, a VPI, não seja reconhecida pelos familiares e amigos das mulheres que vivenciam a violência, bem como pelos profissionais das instituições que integram a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violências, perpetuando a vulnerabilidade de gênero que atinge as mulheres.

Por conta de seu caráter não linear, a *Rota Crítica* nos permite analisar os avanços e retrocessos das mulheres em sua busca por apoio no enfrentamento às violências, bem como sua trajetória pelas instituições da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violências. Permite, ainda, que conheçamos os motivos que as levaram a realizar tais decisões/ações.

Vale destacar, que o Rota Crítica é dada também pelo campo de oferta institucional, pelo conjunto disponível de serviços numa dada sociedade, portanto, está fortemente condicionada pelo nível de implantação da políticas de enfrentamento da violência contra a mulher.

3.5 Políticas Públicas para Mulheres no Brasil – notas breves para a contextualização da rede especializada de atendimento.

No Brasil, a década de 1980 foi marcada por significativas mudanças políticas, sociais e econômicas, ocasionadas pelo processo de redemocratização, pela reorganização dos movimentos sociais e o fim da ditadura militar (1964-1985), possibilitando abertura política e reintegração das instituições democráticas. Datam deste período importantes conquistas do movimento feminista e de mulheres junto ao Estado para a implementação de políticas públicas para mulheres, bem como, políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres.

No âmbito da Saúde, a participação do movimento feminista e de mulheres contribuiu decisivamente para a construção do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), marcando a rota seguida pelas mulheres rumo ao seu reconhecimento político e de assumir a proposição de agenda pública. Criado em 1984, “o PAISM incorporou como princípios e diretrizes as propostas de descentralização, hierarquização e regionalização dos serviços, bem como a integralidade e a equidade da atenção”, incluindo ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento recuperação (BRASIL et al., 2004, p. 16).

No ano de 1985 foi criada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), no estado de São Paulo. No ano seguinte, no Estado de São Paulo, foi criado o primeiro abrigo do país para mulheres em situação de risco de morte, o Comvida – *Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica* (SILVEIRA, 2006; CORDEIRO, 2017). No Estado do Rio de Janeiro, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher foram criadas em 1986 (HERMANN; BARSTED, 2000; BARSTED; ROMANI, 2018). Percebe-se que os principais eixos de enfrentamento à violência contra as mulheres, recaíam até então na segurança pública e assistência social.

Em 1998, o Ministério da Saúde elabora a Norma Técnica¹⁶ para prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual. Tal Norma técnica foi considerada um avanço nas políticas públicas para as mulheres seja por prever uma organização de serviços e padrão clínico de atendimento, como por reafirmar o direito ao acesso a serviços e a um atendimento humanizado, inclusive para o aborto legal de gravidez decorrente de

¹⁶ “Esta Norma Técnica determinava a garantia de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual nos serviços de saúde, representando uma das medidas a serem adotadas com vistas à redução dos agravos decorrentes deste tipo de violência. A oferta desses serviços, entretanto, permitiu a adolescentes e mulheres o acesso imediato a cuidados de saúde, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez indesejada” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011c, p. 16).

violência sexual (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011c).

Em 2002, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, tendo as seguintes prioridades: 1) combate à violência contra a mulher; 2) participação da mulher no cenário político nacional; e, 3) inserção da mulher no mercado de trabalho. No ano seguinte, a Lei 10.778/03 estabelece a Notificação Compulsória em todo território nacional dos casos de violência contra as mulheres atendidas nos serviços de saúde, públicos e privados (BANDEIRA, 2005; BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011c).

Em 2003, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, até então, vinculada ao Ministério da Justiça, foi transferida para a Presidência da República, dando origem a *Secretaria de Políticas para as Mulheres* (SPM), recebendo *status* de Ministério. Com isso, “*as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres passam a ter um maior investimento e a política é ampliada no sentido de promover a criação de novos serviços e propor a construção de Redes de Atendimento às mulheres em situação de violência*” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011c, p. 16).

Refletindo um acúmulo e amadurecimento da ação, se institui o ano de 2004 como o Ano da Mulher no Brasil. Durante a *I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres* (CNPMM), de forma icônica, evidenciando a força da temática na agenda pública, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou o compromisso do Governo com a construção da igualdade entre mulheres e homens em nosso país, e foi lançado o *Plano Nacional de Políticas para Mulheres* (PNPM), consolidando as políticas e linhas de ação propostas para a promoção da igualdade de gênero. Através do PNPM, temos a criação da *Política Nacional para Mulheres*, que visava construir a igualdade e equidade

de gênero, considerando todas as diversidades – *raça e etnia, gerações, orientação sexual e deficiências* (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2004a, 2004b).

Desde 2005, a SPM oferece o serviço Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, tendo como objetivo receber denúncias de violência, reclamações sobre os serviços de atendimento à mulher e de orientar as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as para outros serviços quando necessário. Em abril de 2006, ampliou a oferta do serviço à população, sendo acessíveis 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive feriados e pode ser acionada de qualquer lugar do Brasil e de mais 16 países (Argentina, Bélgica, Espanha, EUA (São Francisco), França, Guiana Francesa, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Paraguai, Portugal, Suíça, Uruguai e Venezuela) (“Central de atendimento à Mulher”, [s.d.]).

A Lei nº 11.340/06, também chamada Lei Maria da Penha¹⁷, entrou em vigor em 22 de setembro de 2006, com isso, o Brasil tornou-se o 18º país da América Latina a contar com um dispositivo jurídico específico para os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015).

Em seu texto, a Lei Maria da Penha define, de maneira muito ampla, o que seria violência doméstica e familiar contra a mulher.

“... art. 5º, que em seu caput, define como sendo: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico de dano moral ou patrimonial”. O art. 5º ainda determina, através de seus incisos,

¹⁷ Maria da Penha Maia Fernandes foi espancada pelo marido, o professor colombiano Marco Antonio Heredia Viveros, durante seis anos e foi vítima de duas tentativas de assassinato por ciúme. Na primeira, ele atirou na mulher de costas e enquanto ela dormia, deixando-a paraplégica. Na segunda, empurrou-a da cadeira de rodas e tentou eletrocutá-la no chuveiro. Após as agressões, Maria da Penha o denunciou. O marido foi punido após 19 anos de julgamento e permanecendo apenas dois anos em regime fechado. Inconformada com a falta de justiça, Maria da Penha conseguiu, com a ajuda de ONGs, enviar o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que, pela primeira vez, acatou uma denúncia de violência doméstica. A OEA condenou o Brasil por negligência e omissão. Uma das punições foi a recomendação para que fosse criada uma legislação adequada à violência doméstica. Hoje Maria da Penha virou símbolo contra a violência doméstica (“Lei Maria da Penha completa dez anos; saiba o que ela diz”, 2016).

a incidência, desse tipo de violência no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto. Por fim, em seu parágrafo único, o art. 5º determina que “as relações pessoais nele enunciadas independem de orientação sexual”. No art. 7º, que disciplina, de modo exemplificativo, quais são as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, dividindo a violência em: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral” (MONTENEGRO, 2016, p. 114–117).

A Lei Maria da Penha criou um mecanismo judicial específico - *Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres* com competência cível e criminal; inovou com uma série de medidas protetivas de urgência para as vítimas de violência doméstica; reforçou a atuação das Delegacias de Atendimento à Mulher, da Defensoria Pública, do Ministério Público e de uma rede de serviços de atenção à mulher em situação de violência doméstica e familiar¹⁸. A lei reconhece, ainda, a obrigação do Estado em garantir a segurança das mulheres nos espaços público e privado ao definir as linhas de uma política de prevenção e atenção no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher (“Lei Maria da Penha”, [s.d.]).

Além da criação dos JVDPM, como descrito acima, a Lei Maria da Penha, em seu Art. 35 inciso 5º, prevê a criação de centros de educação e de reabilitação para os agressores. Com isso, impulsionou a criação de novos projetos de atuação com os homens autores de violência, bem como a reestruturação dos projetos já existentes, atualizando estratégias de intervenção e adequando-as à nova legislação. Dentre as intervenções, destacam-se os grupos reflexivos com encontros realizados semanalmente, que buscam cessar a violência, disseminando formas pacíficas de resolução de conflitos e promovendo a responsabilização dos atos violentos e reflexões relacionadas à identidade masculina e à construção de masculinidades (BEIRAS, 2014).

¹⁸ A Lei Maria da Penha garante a inclusão da mulher que sofre violência doméstica e familiar em programas de assistência promovidos pelo governo, atendimento médico, serviços que promovam sua capacitação, geração de trabalho, emprego e renda e, caso a mulher precise se afastar do trabalho por causa da violência, ela não poderá ser demitida pelo período de até seis meses (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2015).

No período anterior à criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), a atuação governamental não se traduzia, de fato, em uma política de enfrentamento à violência e estava concentrada no atendimento via DEAMs e no encaminhamento das mulheres às casas abrigo. A infraestrutura social de atendimento às mulheres em situação de violência, colocada à disposição da sociedade, era ainda muito precária, tanto nos termos de quantidade de serviços ofertados, quanto pela inexistência de uma articulação entre os serviços que propiciasse a constituição de uma rede (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011b).

A criação da *Secretaria de Políticas para as Mulheres* representou um importante marco para a constituição de uma rede de atendimento às mulheres em situação de violência, na medida em que foram garantidos recursos para a criação de serviços e para a implementação de políticas públicas integradas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Assim, as ações mudaram de foco e ganharam nova envergadura, com o início da formulação da *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres* que lança diretrizes para uma atuação coordenada dos organismos governamentais nas três esferas de Governo da Federação. Nesse sentido, uma inovação importante foi o incentivo à formação de redes compostas por todos os serviços que atendem à mulher em situação de violência, de modo a oferecer-lhe um atendimento integral e, em 2007, o lançamento do *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres* consolida a necessidade de uma rede articulada de atendimento à mulher (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011b).

A *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, criada em 2007, tem como objetivo: “enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva de gênero e de uma visão integral deste fenômeno”. Para isso, visa: 1) reduzir os índices de violência contra as mulheres; 2) promover uma mudança

cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz; 3) garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando as questões raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional; 4) proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado e qualificado nos serviços especializados e na Rede de Atendimento (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011c).

O *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, lançado em 2007, aporta uma dimensão mais operativa e compreende não apenas a dimensão da resposta aos efeitos da violência contra as mulheres, mas também as dimensões da prevenção, assistência, proteção e garantia dos direitos daquelas em situação de violência, bem como o combate à impunidade dos agressores. O Pacto e as ações nele propostas apoiam-se em três premissas: a) a transversalidade de gênero; b) a intersetorialidade; c) a capilaridade (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011a).

Após quatro anos de implementação do *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, se fez necessário uma releitura das propostas e uma avaliação com olhar das 27 Unidades da Federação (UF) pactuadas, que compreendiam a necessidade de manutenção, ampliação e fortalecimento desta proposta dada a sua importância e relevância no País, sendo que os novos eixos estruturantes foram: 1) *garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha*; 2) *ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência*; 3) *garantia da segurança cidadã e acesso à justiça*; 4) *garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres*; 5) *garantia da autonomia das mulheres em*

situação de violência e ampliação de seus direitos. (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011a).

Corrente no campo da Saúde, o conceito de *enfrentamento*¹⁹ é empregado como operador de tais políticas e diz respeito à “*implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões*” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011c, p. 25).

A rede de enfrentamento à violência contra as mulheres faz referência à ação integrada das instituições governamentais, não governamentais e a comunidade, objetivando o desenvolvimento de estratégias de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e a construção da autonomia das mulheres, seus direitos, humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. “*A rede de enfrentamento tem por objetivos efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – combate, prevenção, assistência e garantia de direitos – e dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres*” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011b, p. 13).

O conceito de *rede de atendimento*, por sua vez, faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), orientados pelos princípios da integralidade e humanização do atendimento, que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à

¹⁹ “*O enfrentamento requer a ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência. Portanto, a noção de enfrentamento inclui, mas não se restringe à questão do combate (focada no aspecto repressivo), mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres, que compõem os Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres* (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011c, p. 25).

identificação e o encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência. Assim, é possível afirmar que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência é parte integrante da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, contemplando o eixo da “assistência” que objetiva:

“(...) garantir o atendimento humanizado e qualificado às mulheres em situação de violência por meio da formação continuada de agentes públicos e comunitários; da criação de serviços especializados (Casas Abrigo, Centros de Referência, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher); e da constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento (articulação dos governos Federal, Estadual/Distrital, Municipal e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento)” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011c).

A rede de atendimento à mulher em situação de violência está dividida em quatro setores – saúde, justiça, segurança pública e assistência social – e é por duas categorias de serviços: a) serviços não especializados – em geral, constituem a porta de entrada da mulher na rede: hospitais gerais, serviços de atenção básica, programa de saúde da família, delegacias comuns, polícia militar, Centros de Referência de Assistência Social/ CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social/ CREAS, Ministério Público, defensorias públicas; b) serviços especializados – são aqueles que possuem *expertise* no tema da violência contra as mulheres, oferecendo atendimento exclusivo às mulheres: Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), DEAM (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de

Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde²⁰ (maternidades e serviços de emergência) voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, dentre outros.

A violência contra as mulheres, como mencionado anteriormente, compreende diferentes atos, desde a agressão verbal e outras formas de abuso emocional, até a violência física ou sexual, que ocorre num *continuum* que pode culminar com a morte por homicídio, fato que tem sido denominado de *femicídio* ou *feminicídio*. No Brasil, no período de 2001 a 2011, estima-se que ocorreram mais de 50 mil *feminicídios*, o que equivale a, aproximadamente, 5.000 mortes por ano. Acredita-se que grande parte destes óbitos são resultado da violência doméstica e familiar contra a mulher, uma vez que aproximadamente um terço deles tiveram o domicílio como local de ocorrência (MENEGHEL; HIRAKATA, 2011; GARCIA et al., 2013; MENEGHEL; PORTELLA, 2017).

Em 2015, o crime de *Feminicídio* foi incluído na legislação brasileira, através da Lei nº 13.104, que alterou o *art. 121* do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), tornando, assim, o *feminicídio* em crime de homicídio. Assim, o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino, isto é, quando o crime envolve: “*violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher*”.

Em síntese, o Brasil nos últimos 30 anos constitui um amplo marco legal diante da questão da violência contra a mulher, com políticas e pactos que apostam na interdisciplinaridade, na atuação em redes e na superação da visão exclusivamente penal ou policial. Não à toa, que a violência contra as mulheres se torna um dos problemas sociais de maior inserção nas agendas públicas, alinhando-se aos marcos de

²⁰ A área de as saúde, por meio da Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e adolescentes, tem prestado assistência médica, de enfermagem, psicológica e social às mulheres vítimas de violência sexual, inclusive quanto à interrupção da gravidez em lei nos casos de estupro, além dos casos de violência doméstica (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011b).

reconhecimento dos direitos humanos à uma vida livre de tais violações (MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, 2015). Todavia, a proposição de uma rede integrada e especializada de atendimento, importante eixo proposto para o enfrentamento às violências, assim como a implantação de quaisquer ações previstas, dependem diretamente de compromisso da gestão pública. Se tais ações não forem reconhecidas como políticas do estado brasileiro (e não somente de certos governos) haverá fragilização da atuação das instituições especializadas, desmonte dos serviços e descontinuidades das ações. Assim, se por um lado, houve um conjunto de avanços regulatórios, de organização e oferta de serviços, por outro, a capilaridade, qualidade e continuidade dessa oferta continua a ser um desafio (MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, 2015).

4 Metodologia

Este é um estudo de rotas críticas de mulheres em situação de violência por parceiros íntimos, no município do Rio de Janeiro. Trata-se de um estudo exploratório de natureza qualitativa. De acordo com Deslandes, Gomes & Minayo (2015), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes e opiniões. Esse conjunto de fenômenos é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Para VÍCTORA; Knauth & Hassen (2000), os métodos qualitativos de pesquisa são basicamente relevantes para quem busca entender o contexto onde algum fenômeno ocorre. Para estas autoras, a pesquisa qualitativa permite a observação de vários elementos simultaneamente em um pequeno grupo, sendo capaz de propiciar um conhecimento aprofundado de um evento, possibilitando a compreensão de atitudes e práticas.

Para Minayo (2014), a pesquisa qualitativa permite desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propiciando à construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. De acordo com a autora, esta abordagem metodológica caracteriza-se pela análise da empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo. Por tal motivo, é também utilizada na elaboração de novas hipóteses, construção de indicadores qualitativos, variáveis e tipologias.

4.1 O Campo de Pesquisa: Rede Especializada de Atendimento à Mulher no município do Rio de Janeiro.

Nosso campo de pesquisa se relaciona aos serviços e instituições que as mulheres cariocas recorrem em sua rota crítica. Tal rede se situa no município do Rio de Janeiro que possui 162 bairros oficiais, divididos em quatro regiões ou “zonas” (Central, Norte, Oeste e Sul). Sua população é predominantemente urbana e, para o ano 2017, estimada em 6.520.266 habitantes, dos quais 3.051.484 pessoas do sexo masculino e 3.468.782 pessoas do sexo feminino. Em seu território, existem 1.018 favelas onde residem 1.434.975 pessoas, o equivalente a 22% da população total (“Data Rio”, [s.d.]).

Rede Especializada de Atendimento à Mulher no RJ

Os primeiros serviços para atendimento de mulheres em situação de violência no Rio de Janeiro foram criados na década de 1980 e sua cobertura foi sendo ampliada ano a ano, contando com o apoio do movimento feminista local em estreita colaboração com governos de estado e municípios.

Em 2005, o Estado do Rio de Janeiro estreita relações com a Secretaria de Políticas para Mulheres, aderindo ao Plano Nacional de Políticas Públicas. Já em 2007, tornou-se o primeiro Estado a aderir ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Com isso, o Rio de Janeiro assumia o compromisso de prevenir e enfrentar todas

as formas de violência contra as mulheres e receberia um significativo investimento financeiro para a construção ou reforma de DEAMs, casas abrigo e demais serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência, bem como, para a capacitação de profissionais das áreas de educação, assistência social, justiça, saúde e segurança pública (“Rio é o primeiro estado a aderir ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher”, 2007; OBSERVE - OBSERVATÓRIO DA LEI MARIA DA PENHA, 2011).

Segundo o balanço do Pacto Nacional no Estado, entre 2007 e maio de 2010 foi realizado o repasse de R\$ 8.794.045,48, para investimentos em políticas públicas para as mulheres (OBSERVE - Observatório da Lei Maria da Penha, 2011).

A adesão do Estado do Rio de Janeiro ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher possibilitou a ampliação da Rede Especializada de Atendimento à mulher em situação de Violência, especialmente dos setores de segurança e justiça. Numa comparação entre os anos 2000 e 2018, temos que o número de DEAMs passou de 06 delegacias (2000) para 14 delegacias e 19 Núcleos de Atendimento à Mulher (NUAM) (2018), em todo o Estado. Temos, nesse período ainda, a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM), conforme previsto na Lei Maria da Penha, totalizando 13 JVDFM em todo o Estado (HERMANN; BARSTED, 2000; BARSTED; ROMANI, 2018).

Atualmente, o Município do Rio de Janeiro conta com serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência que atendem as áreas de segurança, justiça, assistência social e saúde. Possui 03 DEAMs (Centro, Campo Grande e Jacarepaguá); 07 JVDFM (Barra da Tijuca, Bangu, Campo Grande, Jacarepaguá, Olaria/Leopoldina e 02 Juizados no Centro); Centros Especializados de Atendimento à Mulher; Casas Abrigo; Hospitais Especializados e de Emergência; Centro Integrado de Atendimento à Mulher

(CIAM); Centros de Referência para Mulheres; Núcleos de Atendimento às Mulheres (NUAM); Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM).

A escolha das instituições buscou incluir, pelo menos, uma de cada setor (saúde, justiça, segurança pública e assistência social) que compõe a rede de atendimento à mulher em situação de violência. Além disso, levamos em conta a disponibilidade e interesse dos agentes e instituições (chefes de setor, coordenadores, etc.) em participar e colaborar com o estudo. O setor saúde não foi contemplado nesta pesquisa por já ter sido foco de outros estudos, pelo tempo de submissão aos comitês de ética e o nosso prazo para realização da pesquisa. Com isso, este trabalho realizou-se nas seguintes instituições: Casa Abrigo (setor assistência social); Centro de Referência para Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMM) e Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (CRM) (assistência social); Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) (segurança pública); e Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher (JVDFM) (justiça).

A seguir, apresentamos algumas instituições que integram a rede de atendimento à mulher em situação de violência, no município do Rio de Janeiro.

Casa Abrigo

As Casas Abrigo, vinculadas ao Rio Solidário (administração do Governo do Estado do Rio de Janeiro), são locais que oferecem abrigo protegido e atendimento a mulheres em situação de risco de vida iminente, em razão de violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso, onde as usuárias poderão permanecer por um período temporário, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retornar o curso de suas vidas. O atendimento deve pautar-se no questionamento das relações de gênero enquanto construção histórico-cultural das relações desiguais entre homens e mulheres, que legitimam e estão

na base da violência contra as mulheres (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2004).

Atualmente, o Rio de Janeiro conta com a casa abrigo Cora Coralina e casa abrigo Lar da Mulher, acolhendo mulheres de todo o estado do Rio de Janeiro e, quando necessário, de todo o país²¹. Neste projeto foram entrevistadas agentes da casa abrigo Lar da Mulher.

Centro de Referência para Mulheres (CRMM e CRM)

Os Centros de Referência são espaços de acolhimento/atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que proporcione o atendimento e o acolhimento necessários à superação da situação de violência ocorrida, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate da sua cidadania (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006).

O município do Rio de Janeiro conta com o Centro de Referência para Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMM) e Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (CRM), vinculados ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPP-DH/UFRJ).

O CRMM localizado na Vila do João, no bairro da Maré, foi implementado em 2000, tem como objetivos, a partir do exercício interdisciplinar atender e oferecer acompanhamento psicossocial e jurídico e fortalecer a cidadania das mulheres em situação de violência doméstica; promover debates, estudos e propostas sobre a realidade social brasileira, produzir indicadores sociais, desenvolver e testar metodologias inovadoras de formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas sociais, assim como realizar

²¹ Visando atender seus objetivos, as casas abrigo realizam transferências das mulheres atendidas, conforme será demonstrado e relatado neste trabalho.

estudos prospectivos (“Centro de Referência de Mulheres da Maré - Missão e Objetivos - (Violência contra a mulher - Violência de gênero - Violência doméstica)”, [s.d.]).

Criado em 2004, o CRM é uma resposta à demanda que lhe foi formulada pela SPM para debates e articulação de políticas públicas na área de direitos da mulher, assim como espaço de formação continuada para a cidadania, destinado às usuárias e às(aos) profissionais, alunas(os) e pesquisadoras(es) que atuam nesse campo (“Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos - NEPP-DH / CFCH / UFRJ”, [s.d.]).

Nesta pesquisa, foram realizadas entrevistas com agentes no CRMM. Vale ressaltar que as agentes desenvolvem atividades tanto no CRMM, quanto no CRM, por isso, em alguns momentos, produzem falas sobre as duas unidades.

Centro Integrado de Atendimento à Mulher

Centros de Referência de Atendimento à Mulher, vinculados ao Governo Estadual, são espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que devem proporcionar o atendimento e acolhimento necessários à superação de situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgates de sua cidadania (inclui o Centro Especializado de Atendimento à Mulher, o Centro Integrado de Atendimento à Mulher, dentre outras instituições) (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011b).

O município do Rio de Janeiro conta com um CIAM, funcionando com capacidade reduzida. Não foi possível realizar entrevistas com profissionais do mesmo, devido a demanda de atividades e redução no quadro de profissionais deste Centro.

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

As delegacias da mulher são órgãos especializados da Polícia Civil criados em meados da década de 1980 como política social de luta contra a impunidade e para dar atendimento mais adequado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e crimes sexuais. Ao longo dos anos 80-90, elas foram sendo instaladas em todas as grandes cidades brasileiras (RIFIOTIS, 2004).

As atividades das DEAMs têm caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais devem ser pautadas no respeito pelos direitos humanos e pelos princípios do Estado Democrático de Direito. Com a promulgação da Lei Maria da Penha, as DEAMs passam a desempenhar novas funções que incluem, por exemplo, a expedição de medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo máximo de 48 horas (“Senado Federal”, [s.d.]).

Atualmente o município do Rio de Janeiro conta com apenas três Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, localizadas nos bairros do Centro, Campo Grande e Jacarepaguá (não há nenhuma DEAM nas zonas norte e sul). Nesta pesquisa, foram entrevistados agentes da DEAM Centro.

Núcleos de Atendimento às Mulheres - NUAM

Os Núcleos de Atendimento à Mulher (NUAM) são órgãos vinculados à Polícia Civil e estão instalados em delegacias gerais, possuem competência para receber denúncias, queixas e apurar os seguintes crimes: lesão corporal; ameaça; estupro e atentado violento ao pudor; maus-tratos; abandono de incapaz; constrangimento ilegal; sequestro e cárcere privado; sedução; aborto provocado por terceiros; corrupção de menores; rapto; vias de fato; importunação ofensiva ao pudor; perturbação da tranquilidade; indução, instigação ou auxílio a suicídio; lesão corporal seguida de morte; redução à condição análoga de escravo; posse sexual mediante fraude; atentado ao pudor mediante fraude; assédio sexual; ato

obsceno; supressão de documento e coação no curso do processo (BARSTED; ROMANI, 2018, p. 16).

Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM) são mecanismos criados pela Lei Maria da Penha, vinculados à Justiça ordinária, possuem competência cível e criminal, responsáveis por processar, julgar e executar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher (“Senado Federal”, [s.d.]).

Antes da criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, os casos de violência contra a mulher eram encaminhados para o Juizado Especial Criminal, onde, num primeiro momento, “vítima” e “agressor” eram estimulados a uma conciliação. Em caso de conciliação, o acusado pagaria uma indenização e o caso era encerrado. Caso contrário, após condenação do agressor, o Juizado estipulava uma multa ou determinava a prestação de serviços comunitários, dando por concluído o seu julgamento (HERMANN; BARSTED, 2000).

O município do Rio de Janeiro possui 7 JVDFM, situados em Campo Grande, Jacarepaguá, Bangu, Barra da Tijuca, Olaria e Centro (que possui dois JVDFM). Não há nenhum JVDFM na zona sul. Foram entrevistadas agentes do 1º JVDFM (Centro).

“Projeto Violeta”

O Projeto Violeta foi idealizado pela juíza Adriana Mello, em conjunto com outras autoridades envolvidas na defesa da mulher em situação de violência – Polícia Civil, Defensoria Pública e Ministério Público, e implementado no 1º JVDFM.

O Projeto Violeta tem como objetivo garantir a segurança e a proteção máxima das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, acelerando o acesso à Justiça daquelas

que estão com sua integridade física e até mesmo com a vida em risco. O projeto estabelece um fluxo de atendimento rápido, onde todo o processo deve ser concluído em cerca de quatro horas: a vítima registra o caso na delegacia, que encaminha de imediato para apreciação do juiz. No Poder Judiciário, depois de ser ouvida e orientada por uma equipe multidisciplinar do Juizado. A vítima recebe assistência jurídica pela Defensoria Pública e o magistrado profere a decisão de deferimento/indeferimento das Medidas Protetivas de Urgência no mesmo dia em que a vítima deu entrada no Judiciário (BARSTED; ROMANI, 2018).

CEJUVIDA

A Central Judiciária de Abrigamento Provisório da Mulher Vítima de Violência Doméstica - CEJUVIDA – é um serviço judiciário, de caráter sigiloso, que funciona junto ao Plantão Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A CEJUVIDA tem como objetivo prestar apoio e auxílio necessários ao encaminhamento, seguro e rápido, de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, e de seus filhos menores, às casas abrigo, articulando a comunicação entre os juízes e as Delegadas de Polícia e as casas de acolhimento, e vice-versa, fora do horário forense, em finais de semana ou dias feriados, quando, por qualquer motivo, não estejam funcionando os serviços especializados nos centros de referências da mulher (SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS; SUPERINTENDÊNCIA DE DIREITOS DA MULHER, 2011); BARSTED; ROMANI, 2018).

A equipe da CEJUVIDA é composta por profissionais dos JVDPM, com isso, a CEJUVIDA não possui uma equipe exclusiva. Ao entrevistarmos profissionais do 1º JVDPM, de certa forma, entrevistamos profissionais que integram a equipe do CEJUVIDA.

Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher Vítima de Violência de Gênero, da Defensoria Pública - NUDEM

O NUDEM é o órgão da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro através do qual toda mulher vítima de violência doméstica e familiar recebe assistência da Defensoria Pública, conforme previsto no Art. 28 da Lei Maria da Penha²².

O NUDEM tem por atribuição exercer a defesa dos direitos das mulheres em cinco frentes: 1) Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – propondo as medidas judiciais para a proteção da mulher, conforme previsto na Lei Maria da Penha; 2) Violência Obstétrica – adotando as medidas judiciais e extrajudiciais que tenham por objetivo a reparação de eventual lesão de direitos durante a gestação, incluindo o parto; 3) Violência Virtual – visa a obtenção da resposta penal adequada e da reparação civil, quando a imagem da mulher é violada; 4) Violência Sexual – prestando orientação jurídica nos casos de violência sexual sofrida pela mulher; 5) Violência Institucional – buscando a adoção das medidas, judiciais ou não, na hipótese de prática de violência contra os direitos das mulheres por parte das instituições que devem ou deveriam protegê-las.

Serviços de Saúde

Os Serviços de Saúde são uma importante porta de entrada para os casos de violência contra a mulher, uma vez que mulheres vítimas de violência recorrem aos serviços de saúde em busca de atendimento e cuidado especializado, momento oportuno para identificação e notificação da violência e encaminhamentos aos demais serviços da rede especializada de atendimento.

O município do Rio de Janeiro conta com 13 hospitais de emergência e 09 maternidades onde as mulheres em situação de violência doméstica e familiar e violência

²² “Art. 28. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de defensoria pública ou de assistência jurídica gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado” (BRASIL, 2014, p. 19).

sexual encontram assistência médica, de enfermagem, psicológica e social. O atendimento às vítimas de violência sexual, previsto pela Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, compreende o diagnóstico e tratamento de lesões físicas no aparelho genital e demais áreas afetadas; a prevenção e o tratamento das IST e HIV/AIDS; a contracepção de emergência e aborto legal (BARSTED; ROMANI, 2018).

4.2 Sujeitos da Pesquisa

A escolha das mulheres em situação de VPI bem como, dos profissionais, foi feita através de contato com as instituições da rede de atendimento à mulher em situação de violência e indicação de cada serviço. Para tornar-se elegível a participar deste trabalho, as mulheres deveriam mais de 18 anos, ter iniciado uma rota crítica há pelo menos seis meses e aceitar participar da pesquisa por livre adesão. Realizamos entrevistas com cinco mulheres, seguindo o roteiro apresentado no item 9.1 (Anexos). Quanto aos profissionais, foram selecionados levando-se em consideração sua inserção nas atividades da instituição e desejo em participar da pesquisa por livre adesão.

Com o início do trabalho de campo, procuramos conhecer as reais condições das instituições da Rede Especializada de Atendimento à Mulher em situação de Violência, no município do Rio de Janeiro, identificando profissionais elegíveis e interessados em participar deste estudo, bem como, buscando estratégias para abordagem das mulheres.

Os profissionais entrevistados, em sua maioria, ocupavam funções de liderança em suas instituições, estavam acostumados a representar suas instituições e mostraram interesse em participar deste trabalho. A única dificuldade encontrada foi na conciliação dos horários para as entrevistas de alguns participantes. Realizamos entrevistas semiestruturadas, seguindo o roteiro apresentado no item 9.2 (Anexos), com oito profissionais das seguintes instituições: 02 Casa Abrigo, 02 DEAM, 02 JVDFM, 02 CRMM. Visando preservar a identidade destes profissionais, as entrevistas estão

identificadas com a palavra “agente” seguida do numeral 01 ou 02 (de acordo com a ordem que o agente concedeu a entrevista) e o nome ou sigla da instituição que representa. Exemplo: Agente 01 Casa Abrigo, Agente 02 Casa Abrigo (o mesmo se deu para as demais instituições).

Entre os profissionais entrevistados apenas 02 são do sexo masculino, ambos agentes da DEAM; em sua maioria, possuem idade entre 30 e 50 (apenas uma agente tem mais de 60); quanto à cor/etnia, 03 autodeclaram-se negros, 04 brancos e 01 parda; o tempo de serviço varia de 02 meses²³ à 15 anos; o vínculo empregatício da maioria é estatutário (05 agentes); quanto à escolaridade, todos possuem ensino superior completo, dentre eles 01 doutora, 01 doutoranda e 01 mestranda. Dentre as formações, temos: 03 assistentes sociais, 03 psicólogas e 02 bacharéis em direito (os 02 homens).

A busca por mulheres foi bem mais complexa. Inicialmente, optamos por buscar mulheres em situação de VPI junto ao Centro de Referência para Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMM), dada a quantidade de mulheres atendidas por este serviço e o apoio oferecido pelos profissionais da instituição. Durante os meses de maio à agosto de 2017, às terças e quintas-feiras, este pesquisador participou de oficinas de crochê e encontros, realizados pelo CRMM. Neste período, foi possível conhecer as mulheres atendidas pela unidade, suas demandas e histórias, bem como, o dia-dia dos moradores do Complexo da Maré. Porém, as mulheres que atendiam aos critérios da pesquisa, mesmo após compartilharem suas vivências com este pesquisador, não autorizaram a utilização de seus relatos. Além do CRMM, neste mesmo período, passei algumas tardes no Centro de Referência para Mulheres Suely de Souza Almeida (CRM) buscando por mulheres que aceitassem participar deste trabalho. Porém, haviam poucas mulheres utilizando o serviço, naquele momento, e, as mesmas, não aceitaram as condições de participação.

²³ Apesar de possuir apenas 02 meses neste serviço, esta profissional foi entrevistada devido à sua prática anterior junto ao CRMM e seu engajamento acadêmico adotando a temática de violência contra a mulher como objeto de pesquisa no mestrado e doutorado (realizados na Espanha).

Compreendendo a complexidade e singularidade da situação de “violência contra a mulher”, a possibilidade das mulheres recusarem-se a participar deste trabalho, era prevista e nos preocupava. Com isso, para evitar possíveis constrangimentos e consequente recusa, por ter um entrevistador homem, desde o início do trabalho de campo, recebi o apoio da doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do IFF, Roberta Matassoli Duran Flach, pesquisadora do tema de Gênero, Violência e Saúde. Porém, mesmo utilizando esta estratégia, não obtivemos um retorno positivo na participação das mulheres. O que leva a crer que o fato do entrevistador ser homem não exerceu grande influência na participação das mulheres. A participação da doutoranda Roberta foi muito importante durante a entrevista de uma das mulheres que, ao término da entrevista, apresentava uma postura autculpabilizadora, o que demandou um “atendimento social”, realizado pela doutoranda Roberta, o qual teve continuidade com os profissionais da Equipe Técnica do 1º JVDFM.

Diante desta dificuldade, modificamos a estratégia e, após as entrevistas com profissionais do 1º JVDFM, surgiu a ideia de entrevistar as mulheres naquele serviço. Encaminhamos uma carta solicitando autorização à Exma. Sr.^a Dr.^a. Adriana de Mello Ramos – Juíza Titular do 1º JVDFM. Após recebermos autorização, propus às profissionais da equipe técnica do 1º JVDFM que apresentassem o projeto às mulheres que fossem ao serviço e, caso aceitassem, iniciáramos a entrevista naquele momento, utilizando uma das salas do 1º JVDFM. O setor onde são realizados os atendimentos da Equipe Técnica do 1º JVDFM é um espaço para acolhimento às mulheres em situação de violência cujos processos estejam sendo julgados no 1º e no 5º JVDFM, oferecendo atendimento multidisciplinar que pode ser acionado pelas demandantes sempre que precisarem. A entrada e permanência de homens é restrita. Com isso, entre os meses de setembro e dezembro de 2017, sempre às segundas, terças e quintas-feiras, este

pesquisador comparecia ao 1º JVDFM e permanecia aguardando no corredor, próximo à sala da equipe técnica, por mulheres que aceitassem participar deste estudo.

Durante este período, foi possível observar as atividades dos demais setores do 1º JVDFM, os momentos que antecedem às audiências, a relação entre os agressores e suas testemunhas, etc. Por diversas vezes, fui abordado por homens (agressores) que aguardavam suas audiências e, por acreditarem que estávamos ali na mesma condição, contavam sua versão da história (e de suas relações). No geral, buscavam algum tipo de apoio ou que eu desse razão à eles. Quando perguntavam sobre “minha história”, eu contava que estava ali pesquisando sobre os caminhos percorridos pela mulher “vítima” de violência em busca de ajuda. E, para minha surpresa, a grande maioria destes homens ouviram o que eu tinha a dizer e perguntavam se eu não ouviria a “versão” dos homens. Nesta empreitada, conseguimos entrevistar 03 mulheres – Stela, Suely e Adriana. As outras mulheres foram indicações dos profissionais da rede de atendimento.

Com o intuito de preservar a identidade das participantes, cada mulher recebeu um nome fictício, tendo como inspiração importantes pesquisadoras cujas obras contribuíram (direta e indiretamente) e inspiraram a fundamentação desta dissertação, são elas: Karen Giffin, Stela Nazareth Meneghel, Montserrat Sagot, Suely de Souza Almeida e Adriana Piscitelli.

Durante o trabalho de campo e análise das entrevistas dos agentes obtivemos dados que superaram nossas expectativas e que não poderiam ser ignorados, dando maior peso à perspectiva dos profissionais envolvidos no atendimento às mulheres em situação de violência, ocasionando adaptações aos objetivos e perguntas desta dissertação.

4.3 Técnicas

A entrevista qualitativa é uma técnica de coleta de dados amplamente empregada. Ela é empregada para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, ou pontos de vista

sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista (FARR, 1982 *apud* GASKELL, 2002).

Para Minayo (2015), a entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

Para Gaskell (2002), o primeiro ponto de partida é o pressuposto de que o mundo social não é um dado natural, sem problemas: ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmas estabeleceram. Assume-se que essas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial. O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. A entrevista qualitativa fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.

A compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais específicos é a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa. Tal compreensão poderá contribuir para um número de diferentes empenhos na pesquisa. Poderá fornecer uma “descrição detalhada” de um meio social específico; pode também ser empregada como uma base para construir um referencial para pesquisas futuras e fornecer dados para testar expectativas e hipóteses desenvolvidas fora de uma perspectiva teórica específica (GASKELL, 2002).

Além dos objetivos amplos da descrição, do desenvolvimento conceitual e do teste de conceitos, a entrevista qualitativa pode desempenhar um papel vital na combinação com

outros métodos. Por exemplo, intuições provindas da entrevista qualitativa podem melhorar a qualidade do delineamento de um levantamento e de sua interpretação. A fim de construir questões adequadas, é necessário avaliar tanto os interesses quanto a linguagem do grupo em foco. Do mesmo modo, a pesquisa de levantamento muitas vezes apresenta resultados e surpresas que necessitam de ulterior investigação. Aqui, a compreensão em maior profundidade oferecida pela entrevista qualitativa pode fornecer informação contextual valiosa para ajudar a explicar achados específicos (GASKELL, 2002).

Gaskell (2002) afirma que a versatilidade e valor da entrevista qualitativa são evidenciados no seu emprego abrangente em muitas disciplinas sociais científicas e na pesquisa social comercial, nas áreas de pesquisa de audiência da mídia, relações públicas, marketing e publicidade.

De acordo com Minayo (2015), as entrevistas podem ser classificadas em: Sondagem de Opinião; Semiestruturada; Aberta ou em Profundidade; Focalizada; Projetiva. A entrevista Semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.

Nas entrevistas semiestruturadas, o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo

assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (BONI; QUARESMA, 2005).

O roteiro, item 9.2 (Anexos), para condução das entrevistas incluiu os seguintes blocos temáticos:

Tema 01: Apoio oferecido – representações sobre o apoio recebido pelas mulheres em situação de violência nas instituições;

Tema 02: Resultados obtidos – representações sobre como as mulheres em situação de VPI seguiram suas rotas, após o apoio oferecido, e o(s) resultado(s) obtido(s) após a intervenção.

As entrevistas foram gravadas em formato mp3 e armazenadas em cartão micro SD. A transcrição de cada entrevista iniciava-se no mesmo dia da entrevista, onde cada entrevista foi ouvida exaustivamente. O processo de transcrição demandou tempo, em média, necessitei de 7 a 8 horas para transcrever 1 hora de entrevista. Com auxílio do diário de campo, foi possível resgatar alguns “detalhes” sobre as entrevistas: comunicação não verbal (gestos, movimento dos olhos, expressões do rosto) e entonação da voz. Os elementos da comunicação não verbal estão descritos no momento da análise de cada trecho ou listados como nota de rodapé; os trechos ou palavras onde a entonação de voz mostra-se diferente estão grafados em “*Caps Lock*”, enfatizando o que foi dito. Com a finalidade de análise discursiva, as transcrições foram dispostas por orações ou seja, enunciados linguísticos dotados de sentido que possui, necessariamente, a presença de verbo ou de uma locução verbal.

4.4 Análise: a perspectiva da Análise de Discurso Crítica

A Análise de Discurso Crítica (ADC) foi o processo de escolha para decodificação dos sentidos atribuídos, pelas mulheres em situação de VPI e pelos agentes das instituições de apoio, aos seus discursos.

O termo “Análise de Discurso Crítica” foi criado e difundido pelo linguista britânico Norman Fairclough, da Universidade de Lancaster, em um artigo publicado em 1985 no periódico *Journal of Pragmatics*. Em termos de filiação disciplinar, pode-se afirmar que a ADC confere continuidade aos estudos convencionalmente referidos como Linguística Crítica, desenvolvidos na década de 1970, na Universidade de East Anglia, ampliando em escopo e em produtividade os estudos a que se filia (MAGALHÃES, 2005; RESENDE; RAMALHO, 2006). As autoras chamam atenção que a ADC e a Análise de Discurso Francesa historicamente pertencem a ramos distintos do estudo da linguagem.

Fairclough define discurso como forma de prática social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade, um elemento da vida social interconectado a outros elementos. Mas o termo "discurso" apresenta uma ambiguidade: também pode ser usado em um sentido mais concreto, como um substantivo contável, em referência a "discursos particulares" - como, por exemplo, o discurso religioso, o discurso midiático, o discurso neoliberal (RESENDE; RAMALHO, 2006). Para Fairclough (2001), a prática discursiva é constituída tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la.

É importante que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada como dialética para evitar os erros de ênfase indevida: de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção do social no discurso. No primeiro caso o discurso é mero reflexo de uma realidade social mais profunda; no último, o discurso é representado idealizadamente como fonte do social (FAIRCLOUGH, 2001).

Segundo Resende e Ramalho (2006), a proposta de Fairclough (2001) apresenta um modelo tridimensional de Análise de Discurso, que compreende a prática discursiva, do texto e da prática social (Figura 3).



Figura 3 Modelo Tridimensional do Discurso em Fairclough.

A prática social é descrita como uma dimensão do evento discursivo. A análise textual apresenta categorias orientadas para as formas linguísticas, enquanto outras são orientadas para os sentidos. Para Fairclough, tal distinção é ilusória, pois ao analisar o texto sempre se examinam simultaneamente questões de forma e questões de significado. Essas duas dimensões são mediadas pela prática discursiva, que focaliza os processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo do texto, processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares. A natureza da prática discursiva é variável entre os diferentes tipos de discurso, de acordo com fatores sociais envolvidos (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001; RESENDE; RAMALHO, 2006).

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
1. Vocabulário 2. Gramática 3. Coesão 4. Estrutura textual	1. Produção 1.1 Distribuição 1.2 Consumo 1.3 Contexto 2. Força 3. Coerência 4. Intertextualidade	1. Ideologia 1.1. Sentidos 1.2. Pressuposições 2. Hegemonia 2.1. Orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas.

Quadro 1 Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional²⁴.

²⁴ Adaptado de Resende & Ramalho (2006).

Dentre estas categorias, utilizamos: a *gramática* e a *coesão* para a *dimensão textual*.

A gramática trata das palavras combinadas em orações, frases e a coesão, trata da ligação entre orações e frases. Da *prática discursiva* trabalharemos com: a *força* e a *intertextualidade*. A força de um texto é um componente acional, parte de seu significado interpessoal, a ação social que realiza e que atos de fala desempenha (dar uma ordem, fazer promessas, etc.), já a intertextualidade é a propriedade que tem os textos de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante.

A *análise dos sentidos* e *pressuposições* foram as categorias utilizadas na análise da *prática social*. A categoria dos sentidos é utilizada como estratégia para reduzir a ambivalência presente nos significados potenciais atribuídos ao texto, após a interpretação²⁵. A categoria das pressuposições trata das proposições que são tomadas pelo(a) produtor(a) do texto como já estabelecidas²⁶. Deve ser observado que as pressuposições, quer sejam baseadas em textos anteriores do(a) produtor(a) do texto, quer em textos de outros, podem ser manipulativas assim como sinceras. Isto é, o(a) produtor(a) do texto pode apresentar uma proposição como dada por outro ou estabelecida por ele mesmo desonestamente, pouco sinceras e com intenção manipulativa. As pressuposições são formas efetivas de manipular as pessoas, porque elas são frequentemente difíceis de desafiar. As pressuposições manipulativas também requerem sujeitos interpretantes com experiências e suposições particulares em textos anteriores e, assim fazendo, elas contribuem para a constituição ideológica dos sujeitos.

²⁵ Os textos são feitos de formas as quais a prática discursiva é passada, condensada em convenções, dota de significado potencial. O significado potencial de uma forma é geralmente heterogêneo, um complexo de significados diversos, sobrepostos e algumas vezes contraditórios, de forma que os textos são em geral altamente ambivalentes e abertos a múltiplas interpretações. Os interpretes geralmente reduzem essa ambivalência potencial mediante opção por um sentido particular, ou um pequeno conjunto de sentidos alternativos (FAIRCLOUGH, 2001).

²⁶ Por exemplo, a proposição em uma oração introduzida pela conjunção 'que' pressupostamente segue verbos como 'esquecer', 'lamentar' e 'perceber' (por exemplo, "Eu esqueci que sua mãe tinha casado novamente"); e os artigos definidos indicam proposições que tem significados 'existenciais' (por exemplo, 'a ameaça soviética' pressupõe que há uma ameaça soviética; 'a chuva', que esta/estava chovendo).

4.5 Aspectos Éticos

O trabalho respeitou todos os princípios éticos inerentes às pesquisas com seres humanos. E está em conformidade com a Resolução CNS 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi encaminhado ao comitê de ética e pesquisa do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF), recebendo o seguinte número: 66565917.0.0000.5269, a coleta de dados foi iniciada, somente, após a aprovação.

5 Os agentes institucionais da Rota

5.1 Apresentação de Si: discutindo marcos identitários dos agentes

A análise de discurso crítica propõe que consideremos o uso de linguagem como forma de prática social e não como uma atividade exclusivamente individual. O que implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação e implicando numa relação dialética entre o discurso e a estrutura social (FAIRCLOUGH, 2001).

O discurso contribui para a construção do que é referido como ‘identidade social’ e ‘posições de sujeito’ para ‘sujeitos’ sociais e os tipos de ‘eu’, caracterizando, assim, uma das três funções da linguagem²⁷ – a função identitária. A função identitária tem relação com os modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso (FAIRCLOUGH, 2001).

A partir da noção de que todo discurso pressupõe uma imagem daqueles que estão envolvidos no processo interativo, pois ao se projetar uma maneira de dizer não se pode ignorar as consequências desse ato, e tal atitude induz a uma construção de uma imagem que condiciona, em troca, a ação comunicativa; então os participantes dessa interação exercem poder um sobre os outros e é nesse jogo discursivo que eles mostram posições, ou melhor, papéis sociais que definem um caráter. Na construção da imagem de si, a imagem só é revelada através de processos inferenciais resgatados pela enunciação e pelo contexto (FIORINDO, 2012).

De acordo com Fiorindo (2012) através da nossa enunciação, projetamos um autorretrato no qual imprimimos qualidades, ocasionando assim uma representação de

²⁷ Ao distinguir os efeitos construtivos do discurso, Fairclough (2001) faz uma correspondência destes com as três funções da linguagem e as dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo discurso, denominando-as como funções da linguagem ‘identitária’, ‘relacional’ e ‘ideacional’.

nossa autoimagem, pois modos de dizer produzem uma imagem daquele que enuncia.

Esse autorretrato discursivo, conhecido como *ethos*²⁸, caracteriza-se como:

“*A construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório*”(AMOSSY, 2016, p. 10).

A categoria “Apresentação de Si: discutindo marcos identitários dos agentes” foi empregada visando identificar elementos constitutivos da “imagem de si” e analisar como tais elementos se apresentam nos discursos dos agentes da Rede de Atendimento à mulher em situação de violência no Município do Rio de Janeiro.

A temática “*Violência contra a Mulher*” esta cercada por representações do senso comum e povoada por noções e valores de uma cultura machista, sexista e patriarcal²⁹, onde a hierarquização do homem e do masculino e da mulher e do feminino na sociedade é justificável (SCOTT, 1995; MENEGHEL et al., 2003; RAMÃO; MENEGHEL; OLIVEIRA, 2005; IZUMINO; SANTOS, 2005; NARVAZ; KOLLER, 2006).

A seguir, apresentaremos as distintas formas de “apresentação de si” dos agentes da Rede de Atendimento à mulher em situação de violência, no município do Rio de Janeiro, que envolve desde o compartilhamento das primeiras impressões e estranhamentos sobre o campo de trabalho, a conformação de novas afirmações identitárias, o ganho de expertise teórica e o desenvolvimento de uma postura profissional diferenciada.

Em seus discursos, ao abordarem o trabalho que desenvolvem com a temática “Violência contra a Mulher”, os agentes, independente do tempo de atuação, o

²⁸ A noção de *ethos* surge na Grécia com Aristóteles e em Roma com Quintiliano e Cícero, com perspectivas diferentes. Para os gregos a imagem que o orador cria e mostra no momento da enunciação, a fim de convencer o auditório não corresponde, necessariamente, à identidade dele; enquanto para os romanos, o *ethos* estava ligado aos atributos reais do orador, à sua moral, e não incidia na imagem discursiva criada pelo orador. Porém, é o pensamento grego e não o romano que lança as bases para a construção teórica da noção de *ethos* nos estudos linguísticos (FIORINDO, 2012).

²⁹ O *patriarcado* enquanto modelo sociocultural de gênero tem regulado secularmente a relação entre homens e mulheres, reproduzindo uma noção de masculinidade onde a dominação, o sentimento de honra e o uso da força estão presentes. Sociedades em que a masculinidade hegemônica e machista ainda vigora com forte presença, trazem em seu bojo a legitimidade de comportamentos como a dominação, a coerção e a defesa da “honra masculina” a qualquer custo, como formas “naturais” e apropriadas para o exercício da masculinidade (NASCIMENTO, 2001).

caracterizam por léxicos como “desafiador”, “assustador”, “difícil” e reconhecem os preconceitos da sociedade diante do tema.

Agente 01 Casa Abrigo:

- 1 “... quando eu recebi o convite,
- 2 eu tive um pouco de resistência,
- 3 porque o meu contato com a violência contra a mulher, era um contato indireto...”

Na oração 1, a agente aponta para o momento em que foi convidada para trabalhar na Casa Abrigo (esta agente trabalha há 08 anos na Casa Abrigo) e, na sequência (oração 2), revela seu posicionamento diante do convite, para trabalhar na Casa Abrigo, devido ao “*contato indireto*” (oração 3) com a temática “Violência contra Mulher”. A oração 2 também apresenta elementos do emprego da modalidade³⁰ em: “*eu tive um pouco de resistência*”. Mesmo tendo um “*contato indireto*” (oração 3) com a temática “Violência contra a Mulher”.

No trecho acima, encontramos elementos que apontam uma das características da Violência contra a Mulher – a Invisibilidade (DANTAS-BERGER; GIFFIN, 2005; NASCIMENTO, 2001; SCHRAIBER et al., 2000; SCHRAIBER; D’OLIVEIRA, 1999) SCHRAIBER et al., 2009). Silêncios e Invisibilidades são, pois, também questões de gênero, logo, são realidades que podem e devem ser abordadas no plano psicoemocional, sociocultural e ético-político, para uma aproximação primeira de sua complexidade. São as repercussões na condição de “sujeito privado”, de “ser humano” e de “indivíduo-cidadão”, que devem chamar nossa atenção para a violência doméstica e sexual; são as consequências para a mulher cujas emoções, soberania, dignidade e direitos estão corrompidos e negados, e que na Saúde ou em outros âmbitos da vida social, devem motivar os estudos e as políticas de assistência e prevenção (SCHRAIBER et al., 2003).

³⁰ *Modalidade* refere-se à dimensão da gramática da oração que corresponde à função ‘interpessoal’ da linguagem. A função interpessoal reúne as funções identitária e relacional. A modalidade expressa o grau (maior ou menor, positivo ou negativo) de ‘afinidade’ do enunciadador com a proposição (FAIRCLOUGH, 2001).

Agente 02 Casa Abrigo:

- 1 “... quando eu comecei a trabalhar,
- 2 era um pouco, tudo muito assim assustador,
- 3 eu tava conhecendo a temática...”

Na oração 2, temos, novamente, a presença de elementos característicos do uso da modalidade, conforme a seguir: “... *era um pouco, tudo muito assim assustador...*”. Com esta oração, a agente aponta o quão “*assustador*” foi o início de seu trabalho na Casa Abrigo, modificando a intensidade entre “*pouco*” e “*tudo muito*” na mesma oração. Na sequência (oração 3), ela conclui sua proposição com a justificativa - “... *eu tava conhecendo a temática*” -, que aponta para uma ação em curso, porém, realizada no passado, recurso este característico da Imperfectivação³¹ do Verbo.

Agente 01 DEAM:

- 1 “Mas, com o tempo, a gente vai desenvolvendo
- 2 e aprendendo
- 3 o quanto esse tema ele é tão mal interpretado
- 4 e ainda encontra muita dificuldade perante a sociedade, de um modo geral.”

Nas orações 1, 2 e 3, o agente aponta que sua familiarização com a temática se deu processualmente, permitindo (re)conhecer as representações do senso comum, que fazem desta temática “tão mal interpretada” na sociedade. Nas orações 1 e 2, com o emprego do gerúndio dos verbos “desenvolver” e “aprender”, o agente aponta para ações em curso, um aprendizado permanente durante o trabalho na DEAM.

Agente 01 CRMM:

- 1 “... desde 2013 que eu tô atuando com a violência...”
- 2 Foi assim, meu primeiro contato com a violência...”

Na oração 1, ao utilizar a locução composta do presente do indicativo do verbo “estar” e do gerúndio do verbo “atuar”, a agente “imperfectivizou” a ação expressa pela locução verbal “*tô atuando*”, caracterizando um processo em curso, uma ação inacabada.

³¹ O aspecto verbal (qualidade que se dá ao tempo) pode ser dividido em: perfectivo/resultivo – indicando um processo acabado; imperfectivo/durativo – indicando um processo inacabado. O aspecto depende de como o falante concebe a situação e de como quer expressá-la (VARGAS, 2011). Maingueneau (2001; apud VARGAS, 2011) afirma: “*o aspecto constitui uma informação sobre a maneira pela qual o sujeito enunciador encara o desenrolar de um processo, seu modo de manifestação no tempo*”.

Aliado a esse recurso, temos o emprego da “personificação”, dando ao fenômeno Violência *status de sujeito* no discurso desta agente. A utilização destes recursos aponta o quão impactante e duradouro são os efeitos de ter como objeto de trabalho as relações mediadas pela violência, como expresso pela agente do Centro de Referência para Mulheres.

Agente 02 Casa Abrigo:

- 1 “Eu nunca tive, na minha família, mulher vítima de violência doméstica,
- 2 até o dia que eu comecei a trabalhar...
- 3 Porque eu também era mais uma pessoa
- 4 que identificava a violência contra a mulher, somente através da violência física,
- 5 até a gente conhecer a violência psicológica,
- 6 que também é muito latente,
- 7 porque a violência sexual você só vai identificar
- 8 se ela for dita
- 9 ou que você veja
- 10 ou que você vivencia, no caso da mulher.”

Nas orações 1 e 2, a agente relata que não tinha, em sua família, mulheres em situação de violência, até o dia em começou a trabalhar na casa abrigo. Neste trecho, a agente apresenta uma ambiguidade em seu discurso, podendo se inferir que com o conhecimento adquirido passou a ver, em sua família, casos que antes não percebia. Na sequência (orações 3 a 10), a agente aponta uma apresentação de si que valoriza o ganho de conhecimento e discernimento técnico durante sua trajetória profissional, permitindo o (re)conhecimento das formas de violência contra a mulher. Nesse trecho, a agente reafirma, implicitamente, que conhecer as formas de violência contra a mulher é um fator importante para o sucesso das ações de prevenção e combate à violência contra a mulher.

Agente 02 JVD FM:

- 1 “É muito difícil, né.
- 2 Por que é um trabalho que,
- 3 eu, enquanto mulher, sou tocada diretamente.”

O trecho acima oferece importantes elementos que apontam para a influência da categoria Gênero no trabalho realizado pelos agentes que prestam assistência às mulheres

em situação de violência. Ser mulher e trabalhar diariamente no atendimento às mulheres em situação de violência apresenta-se como um fator impactante nas atividades desenvolvidas pela agente do JVD FM. Na oração 3, ao utilizar a locução verbal (sou tocada) seguida do advérbio (diretamente), a agente produz uma fala de identificação, de uma identidade de gênero partilhada, de um pertencimento identitário.

De acordo com Giddens & Sutton (2016), a Identidade de uma pessoa é, basicamente, sua própria compreensão de quem ela é como indivíduo. No entanto, as identidades possuem nítidos aspectos sociais porque a nossa identidade está relacionada às identidades de outras pessoas e as identidades dessas pessoas estão relacionadas à nossa. Em outras palavras, as identidades humanas são tanto pessoais como sociais porque são formadas nos contínuos processos de interação. Para Nascimento (2001) o conceito de identidade não deve ser visto como fixo ou imutável. Sendo necessário compreender que existem identidades plurais, múltiplas: que se transformam e que podem ser até mesmo contraditórias.

A identidade de gênero resulta de um processo de desenvolvimento pessoal e do reconhecimento social e cultural como masculino ou feminino, onde a atribuição a um determinado gênero, baseada em estereótipos e papéis sociais, serve de referência para o modelo de comportamento pelo fato de ser homem ou mulher (BARBOSA; NOGUEIRA, 2004; VENTURA, 2014).

O discurso de pertencimento identitário, presente no trecho acima, é resultado da interação entre a agente e as mulheres atendidas no JVD FM, permitindo o reconhecimento de uma identidade de gênero partilhada (oração 3).

Agente 01 CRMM:

- 1 “... quando você começa a ter contato com estas mulheres,
- 2 quando você começa a ouvir os relatos, inclusive situações pessoais, né.
- 3 Você começa a repensar
- 4 será que eu também já não fui vítima de violência?
- 5 E, às vezes, você tem a confirmação de que você foi vítima de violência.

6 Não é uma área fácil”!

Neste trecho, o discurso da agente apresenta elementos que apontam para um “exercício de redefinição identitária”. Nas orações 1, 2 e 3, a agente utiliza o pronome “você”, indefinindo o sujeito das ações realizadas nestas orações. Na oração 4, ela utiliza o pronome “eu”, assumindo-se como sujeito da ação reflexiva presente em: “Será que **eu** também já não fui vítima de violência?”. Na sequência (oração 5), a agente volta a utilizar o pronome “você” como sujeito da ação. Este deslocamento de sujeitos, ora utilizando o pronome na primeira pessoa, ora na segunda pessoa, aponta para um momento de revisão e autoexame biográfico possível durante o trabalho da agente, sem assumir explicitamente ser sua esta experiência.

Durante esse “exercício de redefinição identitária”, é possível identificarmos, novamente, o impacto que a categoria Gênero possui neste processo. Ser mulher e trabalhar num Centro de Referência para Mulheres, lidando diariamente com mulheres em diferentes condições e momentos da vida, inclusive em situação de violência, possibilitou que a agente reavaliasse suas próprias experiências com a violência.

Agente 02 DEAM:

- 1 “Pra mim é excelente, né.
- 2 Por que eu tenho uma ligação umbilical com a igreja católica, mais de vinte anos, vinte e cinco anos.
- 3 Então, onde nós desempenhamos vários serviços na área social já,
- 4 então, quando eu trabalho na DEAM,
- 5 eu vejo isso como um serviço à humanidade, um serviço à sociedade,
- 6 eu falo isso com absoluta sinceridade.
- 7 É uma extensão, como se fosse uma extensão daquilo que eu realizo na igreja,
- 8 eu posso realizar na DEAM, mas, sem o caráter religioso né
- 9 Sem falar, enfim, sobre questões de fé, nada disso.
- 10 Mas, isso, de certa forma, tá dentro de mim já pela minha, pela minha própria vida,
- 11 vida que eu levo.”

Acima temos o trecho da entrevista do Agente 02 DEAM, onde encontramos importantes elementos que apontam para uma vocação religiosa que compõe a

apresentação de si profissional (oração 2), especialmente quando emprega a metáfora “umbilical”, referindo-se a sua ligação com a Igreja Católica, e uma complementaridade entre as ações que desempenha na Igreja e o trabalho na DEAM (orações 7 e 8). Observamos, ainda, um deslocamento de sujeito, nas orações 2, 4, 5, 6 e 7 o agente utiliza o pronome “eu”, assumindo como suas as ações presentes nestas orações, tais como: “eu tenho uma ligação umbilical com a igreja católica...” (oração 2), “quando eu trabalho na DEAM...” (oração 4), já na oração 03, o agente utiliza o pronome “nós” ao referir-se às ações que desempenha na Igreja, dando ideia de um “eu coletivo”, onde ele não fala somente das ações realizadas por ele e, sim, por toda a Igreja.

Na sequência (orações 7, 8 e 9), o agente apresenta elementos que apontam para a preocupação com a produção de uma postura laica durante o trabalho na DEAM e reassume sua vocação religiosa, afirmando que a Religião é parte constitutiva de sua identidade (oração 10), o que permite uma visada da Religião como suporte para o desenvolvimento de seu trabalho na DEAM.

A noção de Laicidade invocada pelo agente, de modo sucinto, recobre especificamente à regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto (MARIANO, 2011).

O Brasil é um Estado Laico, conforme assegurado na Constituição Federal, com isso, a formulação e implementação das políticas públicas para mulheres deve ocorrer

independentemente dos princípios religiosos, assim como, as ações desenvolvidas pelos agentes dos serviços públicos, independente da esfera de governo à qual estejam vinculados. A preocupação deste agente em apresentar um discurso laico, mesmo assumindo sua identidade religiosa, lhe assegura uma imagem de si como profissional comprometido em assegurar diretrizes éticas e legais da ação laica do Estado, como previsto na Constituição Federal Brasileira.

Agente 02 DEAM:

- 1 “... é tratar todas essas mulheres com o máximo respeito possível né,
com a máxima compreensão
- 2 ouvindo-as,
- 3 tratando-as bem,
- 4 como um ser humano merece ser tratado!
- 5 E, assim, da mesma forma eu ajo com os supostos autores, também.
- 6 Respeitando,
- 7 ouvindo,
- 8 fazendo nosso serviço,
- 9 tentando ser ao máximo imparcial,
- 10 mas, dando um acolhimento maior à mulher vítima, com absoluta
certeza.”

No trecho acima, o agente apresenta um discurso que permite identificar o respeito e a empatia (orações 1, 2, 3 e 4) como elementos característicos da apresentação de si no que concerne sua postura profissional no atendimento às mulheres, bem como, a preocupação com a produção de uma atitude imparcial (oração 5) durante o atendimento aos possíveis agressores. E, na oração 10, com o uso de modalização (“com absoluta certeza”) ratifica com ênfase a atenção prioritariamente dada às mulheres.

Agente 02 CRMM:

- 1 “A mulher negra e jovem, ela é a mais vulnerável à violência sexual, a
violência física, enfim... ()
- 2 Teve dados recentes do homicídio de mulheres negras é muito maior que
o de mulheres.
- 3 Você reduziu o homicídio de mulheres brancas, mas, aumentou o de
mulheres negras.
- 4 E aí, uma violência perpetrada pelo companheiro e, também, uma
violência institucional, porque você tem a polícia que entra aqui daquele
jeito, que assedia as mulheres.
- 5 E você tem questões como, por exemplo, a mortalidade materna, a
questão da violência obstétrica...

- 6 Então, assim, a mulher negra é mais vulnerável.
- 7 Então, esse é mais um complicador para essa superação. (...) violência obstétrica, os médicos dizem que as mulheres negras são mais resistentes, mais fortes...
- 8 Mas, ela precisa ser, ela sofre tantas violências ao longo da vida, que ela tem que ser resistente mesmo, porque, se não ela não consegue lidar
- 9 Então... Eu acho que isso, de alguma forma, ajuda essa resistência que essa mulher precisa CRIAR...
- 10 Mas, ela também é FRÁGIL...
- 11 então, eu acho que isso é um complicador importante, essa questão do RACISMO.”

No trecho acima, a agente produz uma argumentação sobre a complexidade das violências e os elementos que vulnerabilizam em especial as mulheres negras. Indica-se aí um grupo de enunciados baseados em dados científicos, que uma vez invocados dão mais poder de sustentação aos argumentos explicativos, bem como reforçam a autoridade de conhecimento de quem fala. A violência institucional é elencada, a seguir, mas de forma mais solta nos enunciados, como exemplos descontextualizados (violência policial, violência obstétrica). A seguir, os argumentos de senso comum também são convocados, para buscar relativizar um discurso que apenas reforce o tom de vitimização da mulher negra. Assim, o texto invoca os médicos que, supostamente, afirmam que as mulheres negras são mais fortes, e conclui que essa não é apenas uma questão biológica, mas é uma necessidade forjada socialmente. Nota-se que o discurso desliza entre argumentos de senso comum, mas revestido de uma vaga autoridade científica (“os médicos”). O argumento da força da mulher negra, produzido a partir da resistência e luta frente às agruras e desigualdades não colidem com a ideia de vulnerabilidade³², mantendo-se a coesão dos argumentos.

³² O conceito de **vulnerabilidade** pode ser descrito como: “conjunto de aspectos individuais e coletivos (incluindo os aspectos comportamentais, culturais, econômicos e políticos) relacionados à maior suscetibilidade de indivíduos e comunidades a um adoecimento ou agravo e de modo inseparável, menos disponibilidade de recursos para a sua proteção; este se organiza em 3 dimensões intimamente articuladas e interdependentes, que são: 1) individual como as ações dependentes diretamente dos indivíduos a partir de sua consciência sobre o problema vivido; 2) social que se relaciona à estrutura disponível de acesso a informação, serviços, bens culturais; 3) programática como as ações comandadas pelo poder público, iniciativa privada e agências da sociedade civil para garantir direitos, acesso e serviços que reconheçam e

Na categoria “apresentação de si”, os agentes apontaram elementos, em seus discursos, que permitiram a identificação de narrativas sobre os estranhamentos, preconceitos e dificuldades encontradas neste campo; modificações identitárias, possibilitando novos pontos de vista e reconhecimento de preconceitos; esse novo olhar sobre a violência contra a mulher permitiu aos agentes momentos de revisão biográfica através dos quais estes agentes vasculham suas próprias biografias e relações familiares e questionando e identificando a existência de mulheres em situação de violência; temos, ainda, a afirmação de uma expertise profissional, com o domínio de teorias e terminologias, manejo de casos e posturas de atendimento ligados ao campo onde atuam.

5.2 Identidade e a construção de identificação com o trabalho

A construção da identidade é fruto de socializações³³ sucessivas ou simultâneas, é um processo dinâmico e relacional (ao mesmo tempo individual e coletivo) de construção de um projeto que se inscreve na comunidade e num espaço determinado, não fazendo sentido falar em identidade pessoal ou identidade coletiva, categorias que não são mais pertinentes, mas em identidade social, isto é: socialmente reconhecida (DUBAR, 2005; WAUTIER, 2012).

“A identidade é resultado de dois processos opostos: um processo de atribuição e um processo de incorporação. No primeiro, a atribuição de identidade, que ocorre nos sistemas de ação implica relações de força entre indivíduos e sistemas, gerando a identidade virtual. No segundo processo, a incorporação de identidade pelos indivíduos acontece nos grupos de referência ou durante sua trajetória pessoal e social, gerando a identidade real. Para reduzir a oposição ou a

respondam às necessidades da população” (SEFFNER, 1998; TERRA; D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2015).

³³ A Socialização é um processo inacabado, permanente e interativo, implicando um diálogo multidirecional entre socializadores e o socializado, exigindo renegociações permanentes de acordo com a ordem temporal, as circunstâncias e os contextos de ação, bem como de acordo com o percurso de vida do socializado. A Socialização é um processo de construção identitária amplificado não só pela família ou pela escola, mas, de igual modo, pelo indivíduo que negocia e reinterpreta os vários sistemas de pertença e referência, definindo uma identidade pessoal e uma forma singular de se mover e ler a realidade (DUBAR, 2005; SANTOS, 2005).

distância entre esses dois processos, os próprios indivíduos vão criar estratégias de negociação, de construção conjunta de sua identidade: de um lado, uma transação objetiva, relacional entre o indivíduo e os outros (indivíduos ou sistemas) para ajustar uma identidade para si (almejada) a uma identidade para os outros (atribuída ou exigida nos sistemas de ação) e, por outro lado, uma transação subjetiva, biográfica, entre identidade herdada dos grupos de referência e identidade pretendida (projetos pessoais) para assimilar a identidade para os outros à identidade para si” (DUBAR, 2005 apud WAUTIER, 2012, pp. 12-13).

Bourdieu recupera o termo *habitus* com a intenção de reduzir a distância entre os processos envolvidos na construção da identidade, estabelecendo um debate entre o objetivismo e subjetivismo, propondo a superação do objetivismo articulando, dialeticamente, o domínio das estruturas ao domínio das práticas por meio do *habitus* (DUBAR, 2005; BALDINO; DONENCIO, 2015).

“Sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro” (BOURDIEU, 2003).

O *habitus* é entendido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas, em condições sociais específicas de existência, constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. O que implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente construídos (BALDINO; DONENCIO, 2015).

O *habitus* torna-se o produto de relações dialéticas entre uma exterioridade e uma interioridade; visto de uma perspectiva relacional e processual de análise, capaz de

apreender a relação entre indivíduo e sociedade, ambos em processo de transformação (BALDINO; DONENCIO, 2015).

O sistema impõe mecanicamente as normas do comportamento aos indivíduos, impondo um conjunto de disposições adquiridas de esquemas de percepções, de apreciações e de ações, inculcadas pelo contexto social em um momento e num lugar particular. Visto como um sistema de disposições de comportamentos e valores adquiridos, o *habitus* é também produtor de práticas e matriz de percepção, de apreciação e de ações. O *habitus* se realiza através de um sistema educativo complexo, incluindo a família, a escola e o contexto social (MEDEIRO, 2002). Como trabalhamos com o campo discursivo, entendemos que faz parte dessa “competência profissional” mostrar o conhecimento acerca do *habitus* desse campo de trabalho, mas não podemos afirmar, contudo, que seja essa realmente a prática de todos os profissionais.

A categoria “Identidade de Trabalho” tem como objetivo identificar elementos que apontem a conduta profissional talhada no campo da atuação junto às mulheres que sofrem violências (e, portanto nesse campo discursivo), entendendo-a como um *habitus* incorporado processualmente, analisando como estes elementos se apresentam no discurso dos agentes, nos diferentes campos, da Rede de Atendimento Especializado, no município do Rio de Janeiro.

Agente 01 Casa Abrigo:

- 1 “Não tem um dia
- 2 que eu vá pra esse trabalho
- 3 e que eu saia de lá
- 4 sem ter aprendido alguma coisa com essas mulheres, né.
- 5 Tem sido uma escola, uma escola pessoal e profissional.
- 6 () a Casa Abrigo é uma escola da vida mesmo né,
- 7 porque você estar em contato direto com essas mulheres, vinte e quatro
- 8 horas,
- 9 não tem palavras
- 10 que traduza isso, né.
- 11 É uma vivência intensa,
- 12 é uma vivência desafiadora...”

No trecho acima, a agente apresenta uma fala de valorização e identificação com a temática Violência contra a Mulher, apontando para uma aprendizagem processual resultante da interação com as mulheres e suas histórias (orações 1 até 5), e utiliza da metáfora “escola” para sublinhar tal representação (oração 6). Na sequência (oração 7), novamente aponta para a interação entre mulheres e agentes e, nas orações 10 e 11, caracteriza a vivência, resultante desta interação, desafiadora e muito intensa e para isso invoca a expressão “*vinte e quatro horas por dia*”. Nas orações 8 e 9, utiliza a expressão “... *não tem palavras que traduza isso...*” produzindo uma fala que aponta para a experiência incomparável, que o trabalho na Casa Abrigo proporciona à agente.

Agente 02 Casa Abrigo:

- 1 “São muitas histórias sabe, Tiago.
- 2 Dez anos naquela casa. São dez anos de vivência direta com elas.
- 3 São muitas histórias.
- 4 Tem é história, Tiago!
- 5 E isso que eu falo,
- 6 não tem como eu cansar,
- 7 nem enjoar desse trabalho,
- 8 porque, além de ser um desafio,
- 9 é uma coisa que encanta.”

Acima, a agente produz uma fala de oposição, onde os verbos “*cansar*” e “*enjoar*”, presentes nas orações 6 e 7, referem à trabalhos mecânicos e repetitivos. Nas orações 8 e 9, ao apresentar a ideia de “*desafio*” e “*encantamento*” indica um trabalho que se renova a partir da diversidade das situações apresentadas no dia-dia, expressos por “*São muitas histórias sabe, Tiago.*” e “*São muitas histórias. Tem é história, Tiago!*” (orações 1, 2 e 3), ações que envolvem integralmente o intelecto e a sensibilidade, convocando o agente a buscar um aprendizado contínuo.

Neste trecho, chamo a atenção para a repetição da palavra “história”. A agente utiliza esta palavra por três vezes (orações 1, 3 e 4), permitindo que tenhamos uma noção da importância atribuída às experiências de cada mulher e reconhecimento da alteridade.

Outro aspecto marcante neste trecho é o domínio de turnos conversacionais³⁴ que esta agente apresentou durante toda a entrevista, onde chama o entrevistador pelo nome “*Tiago*”, revelando o controle da conversação (orações 1 e 4).

Agente 01 Casa Abrigo:

- 1 “... é um trabalho que, todos os dias,
- 2 me motiva a estar ali.
- 3 A gente nunca consegue encerrar o nosso dia,
- 4 ir embora, não.
- 5 A gente tem motivo
- 6 pra tá lá amanhã.
- 7 Porque a gente sabe que,
- 8 amanhã, nós vamos encontrar ESSAS e outras mulheres que,
- 9 tivemos a sorte
- 10 de acolher naquela casa.
- 11 Que, pra gente é gratificante
- 12 quando a gente recebe uma solicitação de vaga
- 13 é mais uma
- 14 tentando romper com esse ciclo,
- 15 então, está nos dando essa oportunidade,
- 16 está se dando essa oportunidade né,
- 17 da gente tá fazendo esse trabalho com ela.”

Neste trecho, a agente produz uma fala que remete a ideia de ‘missão’, presente nos seguintes trechos: “... *pra gente é gratificante*”, “... *está nos dando essa oportunidade...*” (orações 10 e 15). Temos, ainda, elementos que remetem à ideia de ‘militância’ - “... *quando a gente recebe uma solicitação de vaga é mais uma tentando romper com esse ciclo...*” (orações 11, 12 e 13), mais uma a ser acolhida, mais uma conquista.

Agente 02 Casa Abrigo:

- 1 “Então, é o que a (Agente 01) fala
- 2 e que eu vou repetir muito a fala dela:
- 3 “Enquanto tá com a gente,
- 4 a gente vai fazer o nosso melhor!””

³⁴ As características de controle interacional asseguram uma boa organização interacional – distribuição de turnos, a seleção e mudança de tópicos e fechamento das interações, e assim por diante. O controle interacional é sempre exercido, até certo ponto, de maneira colaborativa entre os participantes, podendo haver assimetria entre os participantes quanto ao grau de controle. A tomada de turno na conversação é uma realização organizacional colaborativa dos participantes, baseada num conjunto simples de regras ordenadas: (1) a falante atual pode escolher a próxima falante, dirigindo-se a ela, etc.; (2) se isso não acontece, qualquer participante pode ‘escolher a si mesma’ como próxima falante; e (3) se isso não ocorre, a falante atual pode continuar. Essas opções ordenadas estão igualmente disponíveis à todos os participantes. Elas se aplicam a possíveis pontos de completude da falante atual – por exemplo, quando ela chega ao fim de uma unidade gramatical (uma frase, uma oração, um sintagma ou até uma palavra) com um padrão de entonação final (FAIRCLOUGH, 2001).

Nas orações 3 e 4, a agente reproduz a fala da Agente 01, produzindo o efeito de ‘lema da equipe’, apontando a dedicação e entrega dos agentes nas atividades da instituição. Na oração 2, nos dá uma ideia de que há um consenso entre os agentes, ideia que intensificada pela utilização do advérbio de intensidade “*muito*” – “... *e que eu vou repetir muito a fala dela...*”.

Agente 02 Casa Abrigo:

- 1 “A equipe daqui ABRAÇOU a proposta junto com a gente,
- 2 então, foi uma porta de saída muito estruturada...”

Na oração 1, a agente utiliza-se da metáfora “*abraçou*”, referindo-se ao envolvimento e dedicação da equipe da Casa Abrigo durante o processo de desabrigo de uma das mulheres atendidas. O verbo “*abraçou*” foi transcrito com letras maiúsculas para expressar a ênfase dada pela agente a este verbo, o que possibilita que tenhamos uma ideia da importância do envolvimento da equipe e do reconhecimento e valorização do trabalho em equipe, expresso, ainda, por “... então, foi uma porta de saída muito estruturada...” (oração 2).

Agente 02 Casa Abrigo:

- 1 “Uma vez me perguntaram:
- 2 “Você não fica frustrada?”
- 3 Não, eu trabalho com ser humano.
- 4 E eu acho que
- 5 eu tenho que respeitar.
- 6 Se eu for,
- 7 se a nossa equipe não respeitar essa decisão dessa mulher,
- 8 a gente também tá violentando esse direito dela.”

Em resposta ao questionamento invocado espontaneamente em “*Você não fica frustrada?*”, presente na oração 2, a agente produz uma fala que aponta reconhecimento e respeito da alteridade (orações 3 até 7), atitudes importantes para não revitimização das mulheres em situação de violência (orações 7 e 8). “*Respeitar a decisão dessa mulher*” se revela como um elemento importante desse habitus profissional e é indicado com ênfase nesse trecho da fala. Em complemento a esse modo de percepção, de educação, de

posturas e sentimentos, o uso do adjetivo “*frustrada*” remete ao possível descontentamento e insatisfação com os resultados obtidos, sentimentos prontamente negados pela agente.

A oração 8 (“*a gente também tá violentando esse direito dela*”) invoca implicitamente a categoria de revitimização. O conhecimento desse conceito é central no domínio discursivo de quem trabalha com pessoas que sofreram violências. A revitimização caracteriza-se pela repetição (ou perpetuação) da violência num curto ou longo espaço de tempo. Fleury-Teixeira & Meneghel (2015, pp.318-319) apontam para duas formas da revitimização:

1) “*Consiste na ocorrência de um ou vários tipos de violência, repetidamente, e tem sido uma forma comum de apresentação da violência de gênero contra a mulher no âmbito doméstico, casos em que se caracteriza violência doméstica crônica, realçando o caráter repetitivo e a gravidade ascendente que esse fenômeno assume.*”

2) “*A outra forma de revitimização é a violência institucional. A violência institucional é realizada por agentes institucionais, por exemplo, quando estes se negam a cumprir suas atribuições. Nesses casos, novas cenas de violência ocorrem quando, ao buscar ajuda, a mulher é recebida com atitudes pautadas nos estereótipos sobre os papéis sociais de homens e mulheres. No trecho acima, a agente refere-se à violência institucional.*”

Agente 02 Casa Abrigo:

- 1 “Então, assim, nós também temos
- 2 que ter uma sensibilidade,
- 3 e isso que eu falo, do respeito e do desejo do outro.
- 4 Se ela disser pra gente:
- 5 “Olha, não dá pra fica aqui,
- 6 eu prefiro ficar com ele!”
- 7 Eu tenho que respeitar,
- 8 entendeu?”

Acima, a agente apresenta, novamente, uma fala sobre o reconhecimento da alteridade (orações 7 e 8) e produção de uma postura empática e sensível durante o seu trabalho (orações 1, 2 e 3), mesmo que a mulher decida permanecer nesta relação, contrariando as expectativas de senso comum e mesmo as moralidades emancipatórias, onde a ruptura seria o único desfecho para uma relação violenta.

Como reforçam as falas dos profissionais, o domínio de um *habitus* profissional implica reconhecer que se deve acolher o interesse da mulher em manter sua relação e não criticar ou aconselhar a ruptura como única solução para o fim da violência e que a decisão sobre o fim de uma relação violenta deve ser sempre da mulher (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015).

Agente 02 DEAM:

- 1 “A primeira coisa que nós fazemos
- 2 é ouvi-las né.
- 3 Nós não emitimos nenhum tipo de juízo
- 4 , não falamos
- 5 o que elas devem fazer.”

No trecho acima, o agente indica elementos importantes de uma “conduta profissional” (orações 3 até 5) ancorada na “escuta” e na adoção de uma “postura neutra” durante o atendimento às mulheres na DEAM³⁵. Nas orações 1, 3 e 4, o agente utiliza o pronome pessoal na primeira pessoa do plural “nós” (na oração 4, o verbo “*falamos*” é conjugado pelo pronome “*nós*”, presente na oração 3) produzindo uma fala coletiva, em nome de um grupo, guiada por um roteiro de atendimento, caracterizando uma postura profissional dos agentes da DEAM.

Agente 01 CRMM:

- 1 “É uma sociedade machista.
- 2 A gente convive com o machismo a todo momento, a todo momento!
- 3 E, a gente acaba,
- 4 muitas das vezes a gente até acaba

³⁵ “Juízo de valor é um julgamento, positivo ou negativo, sobre algo ou alguém, baseado em um conjunto de princípios e normas pessoais e em um ponto de vista particular sustentado por determinada cultura, religião, determinadas crenças e valores morais de uma época da história” (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015, p.195).

- 5 vamos dizer assim,
- 6 absorvendo, né, algumas coisas,
- 7 a gente, às vezes, se vê no dia-dia com atitudes, né,
- 8 que quando você começa a atuar numa área,
- 9 quando você começa a estudar mais essa área,
- 10 você fica,
- 11 “opa, eu tô fazendo errado, né”.”

No trecho acima, a agente produz uma fala de reconhecimento de atitudes influenciadas pelo machismo presente em nossa sociedade, enfatizado pelo emprego e repetição da expressão “... *a todo momento, a todo momento!*” (orações 1 e 2). Este trecho possui, ainda, elementos atenuantes – “às vezes” e “*muitas das vezes*” – e que produzem hesitação – “*vamos dizer assim*”-, que remetem uma ideia de dificuldade em reconhecer e modificar suas atitudes. Nas orações 8 e 9, a agente afirma que o reconhecimento destas atitudes se deve ao trabalho na instituição e o estudo sobre a temática.

Agente 02 DEAM:

- 1 “... é tratar todas essas mulheres com o máximo respeito possível né,
- 2 com a máxima compreensão,
- 3 ouvindo-as,
- 4 tratando-as bem,
- 5 como um ser humano merece ser tratado!
- 6 E assim, da mesma forma eu ajo com os supostos autores, também.
- 7 Respeitando,
- 8 ouvindo,
- 9 fazendo nosso serviço,
- 10 tentando ser, ao máximo, imparcial,
- 11 mas, dando um acolhimento maior à mulher vítima, com absoluta certeza.”

O trecho acima possui elementos importantes que permitem que o agente descreva sua postura durante os atendimentos que realiza na DEAM. O agente afirma produzir uma fala respeitosa e empática no atendimento às mulheres. Nas orações 1, 2 e 10, utiliza, repetidamente, a palavra “*máximo(a)*” junto às atitudes (“*respeito*”, “*compreensão*” e “*imparcial*”) que adota durante o atendimento, apontando para a importância destas atitudes como elementos de um habitus de trabalho.

Na oração 6, o agente produz uma fala marcada pela preocupação com a imparcialidade durante o atendimento aos “supostos autores”. Na oração 11, com o emprego da locução adversativa “*mas*” reassume a mulher como sujeito central das ações.

Agente 02 Casa Abrigo:

- 1 “O processo da violência doméstica, da convivência a dois, a gente escuta um lado só, Tiago.
- 2 É o lado da mulher
- 3 e é com esse lado
- 4 que a gente trabalha.
- 5 A gente não escuta o outro lado.
- 6 Então, é com esse lado
- 7 que escuto,
- 8 é com esse lado
- 9 que eu trabalho.
- 10 Mas, a gente sempre, como a gente falou:
- 11 “Nós casamos!
- 12 Nós dormimos
- 13 e acordamos com essa mulher!”
- 14 Então, a gente vê como ela funciona
- 15 e é nisso
- 16 que a gente vai tentar trabalhar.”

No trecho acima, temos elementos que apontam, novamente, para a Invisibilidade.

Nas orações 1 até 5, a agente produz uma fala que remete a invisibilidade dos homens nas questões referentes a gênero e à vida do mundo privado, trazendo consequências para o cotidiano de homens e mulheres.

Em seguida, aponta que o foco do trabalho que realiza na Casa Abrigo são as mulheres (orações 6 até 9). Na oração 11, utiliza a metáfora “*nós casamos*” referindo-se à relação de confiança que se desenvolve entre as mulheres e os profissionais da Casa Abrigo e, nas orações 12 e 13, complementa a ideia de “casamento” com os verbos “*dormimos*” e “*acordamos*”, caracterizando a vivência compartilhada entre agentes e mulheres.

Agente 01 DEAM:

- 1 “A gente tem a oportunidade
- 2 de encontrar mulheres que efetivamente

- 3 sofrem demais com a violência pelos parceiros íntimos,
 4 como você tá colocando.
 5 No nosso, no nosso ambiente profissional, a gente não utiliza esse termo,
 6 porque a lei não fala sobre isso.
 7 A Lei Maria da Penha, o Código Penal, entre outros, não fala nesse
 termo.
 8 A gente fala “o acusado” ou “o autor da violência doméstica”,
 normalmente, o companheiro, o marido.”

Neste trecho, o agente apresenta uma fala de demarcação do campo de saberes e práticas, de pertencimento profissional e de domínio de léxicos específicos, ao afirmar que “*no nosso ambiente profissional*” (oração 5) não se utiliza o termo “*parceiro íntimo*” ao referir-se ao ‘agressor’. Ao demarcar este campo, o agente se refere às DEAMs e demais órgãos do Judiciário, uma vez que o agente atribui este fato ao termo “parceiro íntimo” não estar presente na Lei Maria da Penha e no Código Penal (oração 7), importantes instrumentos normativos para estes agentes (indivíduos/ instituições). Na oração 8, o agente apresenta os termos que utiliza para referir-se ao ‘agressor’ (“*o acusado*”, “*o autor da violência doméstica*”) e afirma ser o “*marido/companheiro*” o ‘agressor’ mais frequente.

De fato, o conjunto de conceitos varia de acordo com cada campo de atuação, demarcando saberes e representações sociais próprias. A lei Maria da Penha, em seu *art. 5º*, utiliza o termo “ofendida” pela primeira vez, e o repete por inúmeras vezes no decorrer do seu texto. Ainda no *art. 5º*, também aparece, pela primeira vez, o termo “agressor”, que é repetido por diversas vezes, mas em nenhum momento a lei faz referência à expressão “homem”. Para Montenegro (2016, p. 115), “*essa bipolarização entre “a ofendida” e “o agressor”, além de ser estigmatizante, enfatiza os papéis representados na sociedade: o masculino no polo ativo e o feminino no polo passivo*”; já o Código Penal utiliza o termo “agente” para nomear o autor da violência contra a mulher (BRASIL, 2014; Coletânea básica penal, 2016). A definição para “parceiro íntimo” foi apresentada no “Relatório Mundial sobre Violência e Saúde”, tornando-se um importante

marco conceitual amplamente utilizado no âmbito das Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (KRUG et al., 2002).

Agente 01 DEAM:

- 1 “Eu tenho uma impressão muito, muito positiva, muito positiva, muito positiva MESMO.
- 2 Pra se ter uma ideia, a gente,
- 3 você que tá estudando
- 4 pode pesquisar ali
- 5 que, nos casos de feminicídio, a grande maioria dos casos, a mulher não buscou,
- 6 não buscou nunca uma delegacia de polícia.”

No trecho acima, o agente apresenta um discurso de valorização do trabalho da DEAM, expresso em *“uma impressão muito, muito positiva, muito positiva, muito positiva MESMO”* (oração 1), onde a ênfase e a repetição destes termos apontam uma perspectiva positiva, agregando uma ideia de eficácia do trabalho que poderia evitar tantos casos de feminicídio (orações 5 e 6).

Contrariando a afirmação presente nas orações 5 e 6, Meneghel e Margarites (2017) apontam que mulheres que querem terminar uma relação marcada pela violência ou se separar sem a concordância dos maridos/companheiros estão em risco de morrer, particularmente quando há ameaças, fato registrado nos inquéritos policiais da maioria das situações de feminicídio íntimo.

Agente 02 CRMM:

- 1 “... a gente tem uma preocupação
- 2 de dizer pra ela
- 3 que o centro é uma referência,
- 4 deve ser,
- 5 a gente tem uma preocupação
- 6 de apresentar o centro de tal forma que,
- 7 ela pode não retornar no dia agendado,
- 8 mas, se acontecer algum problema,
- 9 ela sabe onde procurar
- 10 . Então, pra gente, isso é importante.”

No trecho acima, a agente produz uma fala que aponta uma postura profissional partilhada por todos os agentes do CRMM, expressando um sentido de “estar à

disposição”, “pode contar com nossa equipe, sempre que precisar”. Aponta, ainda, para reconhecimento e respeito à alteridade, permitindo que as mulheres procurem o serviço no momento necessário (orações 7, 8 e 9).

Na categoria “Identidade de Trabalho”, os agentes produziram falas onde identificamos elementos discursivos que apontam práticas marcadas pelo reconhecimento da alteridade, da laicidade, respeito e empatia diante das histórias de cada mulher, bem como uma postura que se quer, imparcial durante os atendimentos que realizam no dia-dia. Além dessas posturas, produziram falas que demonstram o sentimento de identificação com a temática do “Enfrentamento à Violência contra a Mulher”, utilizando expressões que nos remetem a ideia de missão, um “lema de equipe”, além de se apresentarem como estando disponíveis, sempre que as mulheres entenderem que for necessário.

6 A Rota segundo profissionais e mulheres

6.1 Rota Crítica: O que dizem os agentes

Mulheres em situação de violência por parceiro íntimo desenvolvem múltiplas estratégias para lidar com essa experiência. Algumas mulheres se calam e evitam atitudes que possam ‘provocar’ o agressor; outras reagem e enfrentam seus agressores, o que pode resultar no aumento da intensidade e frequência da violência. Estas estratégias de enfrentamento, ou *Coping*, influenciadas por fatores individuais e ambientais, incluem momentos de reflexão e reavaliação das ações adotadas e dos resultados obtidos (GADONI-COSTA; DELL’AGLIO, 2009).

“*O romper do silêncio*” é considerado o primeiro passo dado pelas mulheres em situação de violência por parceiro íntimo no empreendimento da Rota Crítica (SAGOT, 2000, 2007; SERNAM, 2009; MENEGHEL et al., 2011; GARCÍA et al., 2013). Mas, para romper o silêncio é necessário que as mulheres identifiquem os abusos e reconheçam estar em situação de violência, revelando tal situação a uma pessoa fora do âmbito doméstico imediato (MENEGHEL et al., 2011).

As mulheres relatam a violência sofrida às pessoas próximas, familiares, amigos ou colegas de trabalho, criando uma ‘rede de apoio informal’. Essa ‘rede de apoio informal’ é fundamental no auxílio a situações de adoecimento e dificuldades, oferecendo apoio, visibilidade de problemas e satisfação de necessidades, que ‘escapam’ da capacidade de atendimento do Estado (MENEGHEL et al., 2011; D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2013; NETTO et al., 2017).

Além da ‘rede de apoio informal’, as mulheres contam com a Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência que, como dito anteriormente, é composta por serviços especializados e não especializados de atendimento às mulheres em situação de

violência (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011b).

No entanto, buscar por apoio não significa necessariamente encontrá-lo. O caminho percorrido pela mulher em busca de ajuda mostra-se complexo, não linear, marcado por avanços e retrocessos e, mesmo, de tomada de outras decisões (ex. desistir da busca por apoio e se reconciliar com o parceiro). A mulher pode, também, encontrar respostas inadequadas por parte de familiares, amigos e comunidade, bem como dos agentes da rede de atendimento à mulher em situação de violência que a desmotiva de seu projeto de interromper a violência (SAGOT, 2000, 2007; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2013).

O presente subcapítulo busca elementos discursivos que permitam compreender como os agentes percebem a constituição de uma Rota, os indivíduos e instituições priorizados, bem como os principais fatores envolvidos neste processo e a influência destes na tomada de decisão da mulher³⁶ durante a Rota Crítica. O texto encontra-se estruturado em tópicos inspirados nas “etapas da Rota Crítica”, propostas por Sagot (2000): Compreensão das estratégias para lidar com a violência: se “colocando no lugar das mulheres”; Romper o silêncio; Barreiras na busca por ajuda: desde modelos culturais à organização dos serviços; Busca por ajuda institucionalizada: “porta de entrada”; Busca por ajuda institucionalizada: o primeiro atendimento; Apoio ou orientação oferecida; Resultados obtidos e; Desfechos de rota: “porta de saída”.

Compreensão das estratégias para lidar com a violência: se “colocando no lugar das mulheres”.

Agente 02 CRMM:

1 “A gente acaba reproduzindo isso:

³⁶ A tomada de decisão é definida como o processo de escolha entre duas ou mais alternativas concorrentes, demandando análise de custo e benefício de cada opção e a estimativa de suas consequências em curto, médio e longo prazo. Uma vez que os resultados das decisões são incertos, a tomada de decisão envolve análise de riscos. A capacidade de controlar impulsos está intimamente relacionada à tomada de decisão, situação em que é preciso avaliar consequências de médio e longo prazo. As decisões são indispensáveis para a adaptação social do indivíduo, e particularmente difíceis quando há maior necessidade de ponderação de recompensas e/ou perdas imediatas e futuras (MATA et al., 2011; NETTO et al., 2015).

2 “Ah, ela gosta de apanhar!
 3 Porque ela não sai daquela relação?”
 4 Mas, são várias variáveis
 5 que ela põe na balança.
 6 E é isso,
 7 ela resiste mesmo,
 8 ela não aceita.
 9 Ela precisa resistir,
 10 ela precisa sobreviver.
 11 Tem mulheres
 12 que tem algumas estratégias,
 13 por exemplo, não cozinham:
 14 “Ah, hoje eu não vou cozinhar.”,
 15 fazem greve de sexo, por exemplo,
 16 sem querer querendo,
 17 queimam a camisa preferida.
 18 Elas têm formas.
 19 E, eu acho,
 20 que a gente não pode desconsiderar.
 21 A mulher é um sujeito!
 22 Tem muita gente
 23 que diz pra ela
 24 o que fazer,
 25 coloca essa mulher num lugar de vítima,
 26 quando, na verdade, ela é sujeito da relação.
 27 Não que ela seja culpada
 28 pelo que ela tá passando,
 29 mas, ela também constrói a relação.
 30 E se eu perceber isso,
 31 eu posso fazer diferente!”

No trecho acima, a agente segue uma argumentação sobre a falta de compreensão das estratégias de *coping*, por parte dos agentes da Rede de Atendimento à Mulher. A revitimização é pontuada através de elementos que permeiam o senso comum – “*Ah, ela gosta! Por que ela não sai daquela relação?*”. Em seguida, utiliza a metáfora “*balança*” referindo-se à reflexão e (re)avaliação das estratégias e dos resultados obtidos com as estratégias adotadas. Nas orações 7 até 10, a agente enfatiza as ações da mulher no enfrentamento. Na sequência, algumas ações empregadas pelas mulheres são elencadas, relativizando sobre as estratégias de enfrentamento, que não devem ser desconsideradas. Na oração 21, a agente produz uma fala sobre o reconhecimento da mulher como sujeito

na relação, abandonando o papel de vítima que, geralmente, é dado à mulher. Ser sujeito não significa culpabilização.

Coping é um termo que se aplica ao conjunto de estratégias que uma pessoa utiliza para lidar com as situações de dano, ameaça e desafio com que se depara e para as quais não tem respostas preparadas. Dá origem, com frequência, a efeitos desconfortáveis como ansiedade, desespero, culpa, vergonha, ou o pesar, o alívio dos quais faz parte da necessidade de adaptação. O *coping* refere-se a esta adaptação em condições relativamente difíceis (VAZ-SERRA, 1988). Para Lazarus & Folkman (1984), *coping* envolve esforços cognitivos e comportamentais utilizados para lidar com demandas específicas, avaliadas pelo sujeito como além de seus recursos ou possibilidades. As estratégias utilizadas dependem do repertório individual e de experiências prévias, e pode ser centrado na emoção ou no problema. O *coping* centrado na emoção busca diminuir a sensação de desconforto emocional e é mais usado em situações percebidas como difíceis de mudar. Quando centrado no problema, busca realizar mudanças no ambiente e é mais utilizado quando essas possibilidades de mudança são percebidas (GADONI-COSTA; DELL'AGLIO, 2009).

Agente 02 CRMM:

- 1 “Quando a mulher pensa
- 2 em sair de casa,
- 3 ela sabe que,
- 4 ela não gosta daquela situação,
- 5 ela quer sair dali,
- 6 mas ela pensa:
- 7 “Não tenho trabalho.
- 8 Pra eu conseguir um trabalho,
- 9 vou ter
- 10 que deixar meu filho na creche,
- 11 pra poder procurar trabalho.
- 12 Mas, não tem creche pro meu filho,
- 13 eu não fui sorteada...
- 14 Com quem eu vou deixar o meu filho?
- 15 Eu não tenho
- 16 como pagar.
- 17 Se eu sair de casa,

- 18 onde é que vou morar?
 19 Como vou
 20 me sustentar?”
 21 Então, ela coloca isso tudo numa balança
 22 e ela vai suportando.
 23 E a gente tem
 24 que pensar, também,
 25 que essa mulher cria estratégias de SOBREVIVÊNCIA, nesses casos.
 26 E a gente respeita muito isso.”

No trecho acima, a agente produz uma fala sobre a complexidade que envolve a tomada de decisão da mulher vítima de violência e reconhecimento e valorização das estratégias para resistir à violência. Convoca elementos do senso comum para ilustrar a insatisfação da mulher diante de uma relação violenta. Em seguida, aponta fatores que dificultam a tomada de decisão e a busca por autonomia. Neste momento, a mulher avalia sua situação atual, faz projeções, traça objetivo, avalia riscos e, mesmo assim, os resultados são incertos. O que, por vezes, faz com que ela permaneça resistindo e sobrevivendo nesta relação, atitude valorizada e respeitada pela agente – “... *essa mulher cria estratégias de sobrevivência...*”.

Romper o Silêncio

Agente 02 CRMM:

- 1 “Olha!
 2 Chegou no limite!” -,
 3 muitas buscam ajuda
 4 quando chega no limite
 5 – “Ah, ele me deu um soco,
 6 ele me deixou com o olho roxo!”
 7 . Pra muitas isso é o limite,
 8 então, elas vem
 9 pra saber
 10 o que elas podem fazer.”

No trecho acima, a agente produz uma fala com elementos discursivos que apontam os motivos da busca por apoio profissional – “*Olha! Chegou no limite*”; “*Ah, ele me deu um soco, ele me deixou com o olho roxo!*” – apontando o aumento da violência como um ‘limite’, dando início a busca por apoio. A mulher busca o apoio especializado por “não

aguentar mais” a situação de violência e por “medo de que ele a matasse”. Quanto mais grave a violência, mais urgente se faz a busca por apoio (KISS et al., 2012; D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2013; NETTO et al., 2015).

O aumento da frequência e/ou intensidade da violência ou a presença de novas formas de agressão, violência sexual, infidelidade, possibilidade de perda da propriedade ou outras formas de violência patrimonial, como a negação do agressor em arcar com as despesas familiares, são fatores importantes para a tomada de decisão e buscar apoio especializado (SAGOT, 2000).

Barreiras na busca por ajuda: desde modelos culturais à organização dos serviços

Agente 01 CRMM:

- 1 “... a gente vive numa sociedade machista,
- 2 que é preconceituosa,
- 3 uma sociedade que, infelizmente, ainda tem preconceitos diversos, de classe, de raça.
- 4 Infelizmente, nós mulheres, a gente é criada
- 5 pra crescer,
- 6 casar,
- 7 ter família
- 8 e ai, muitas estão num relacionamento
- 9 e ai, por conta dessa, dessa, dessa criação tentam manter um relacionamento
- 10 de tudo quanto é forma,
- 11 às vezes, é um relacionamento abusivo, um relacionamento com violência, com falta de confiança no parceiro,
- 12 mas, mantém.
- 13 Porque é
- 14 aquilo que se espera dela
- 15 e trabalhar com isso,
- 16 assim, não é fácil.
- 17 Você desconstruir isso,
- 18 de que a gente não precisa viver numa situação de violência
- 19 pra poder mostrar pra pessoas
- 20 que é feliz.
- 21 Sem ser!”

A agente segue uma linha de argumentação sobre as dificuldades socialmente impostas às mulheres, legitimando e perpetuando os estereótipos de gênero. A Interseccionalidade é pontuada, mas de forma sucinta - “... *ainda tem preconceitos*

diversos, de classe, de raça.”. A seguir, aponta uma ‘rota socialmente constituída’ para todas as mulheres - “... *crescer, casar e ter família...*”. Na sequência, afirma que para cumprir o papel social que lhe foi atribuído, muitas mulheres permanecem numa relação violenta – “*Porque é aquilo que se espera dela*”. Segue sua argumentação chamando nossa atenção para a importância de desconstruir esses conceitos, fortalecendo as mulheres e permitindo que elas busquem e sigam um novo caminho, livres da violência.

De acordo com Araújo (2008), os papéis femininos e masculinos³⁷ estão entre os principais fatores que levam as mulheres a permanecerem em uma relação abusiva. Muitas delas internalizam a dominação masculina como algo natural e não conseguem romper com a situação de violência e opressão em que vivem. Além dos papéis femininos e masculinos, a autora aponta outros fatores que influenciam a decisão e permanência das mulheres numa relação abusiva, são eles: dependência emocional e econômica, valorização da família e idealização do amor e do casamentos perfeitos, preocupação com os filhos, medo da perda e do desamparo diante da necessidade (e possibilidade) de seguir a vida sozinha, especialmente quando a mulher não pode contar com nenhum apoio (seja social ou familiar).

Agente 02 CRMM:

- 1 “Mas, é isso,
- 2 as pessoas culpam mesmo,
- 3 não querem saber,
- 4 não acolhem:
- 5 “O que você fez
- 6 pra ele te bater?”,
- 7 “Você tá cozinhando pro seu marido?”,
- 8 “Você está lavando
- 9 e passando?”
- 10 E é isso.
- 11 Como existe um estereótipo:
- 12 “Ele te bateu,

³⁷ “Papéis femininos e masculinos são atribuições e funções consideradas pertinentes às mulheres e aos homens. Na maioria das sociedades contemporâneas esses papéis são binários e complementares. Tais construções ao redor desses papéis envolvem principalmente as esferas de divisão do trabalho (doméstico e profissional) e a reprodução (desde gestação até cuidados com a família) e são marcadas por estereótipos e desigualdades” (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015, p. 265).

13 porque você saiu.”
 14 Porque a violência, também, é isso:
 15 Tem uma caixinha
 16 e, se você foge da caixinha,
 17 ela serve
 18 pra te recolocar na caixinha.
 19 Ela vem
 20 pra dizer qual o seu lugar de gênero, seu lugar de raça, o seu lugar de
 classe.
 21 E acontece com as mulheres.
 22 A gente já atendeu mulheres, aqui,
 23 que falaram:
 24 “Olha só,
 25 na primeira tentativa de garantir minha autonomia...”,
 26 “Sempre quando eu arrumo um trabalho,
 27 ele vai lá
 28 e começa
 29 a infernizar.”,
 30 e a mulher sai do trabalho,
 31 a mulher é demitida
 32 e ela não consegue a autonomia dela.
 33 Ou há culpabilização.
 34 Já escutei várias pessoas, com influência mesmo,
 35 dizer
 36 que a mulher tem
 37 que ficar em casa,
 38 que culpa dos filhos estarem
 39 como estão,
 40 é
 41 porque ela não está em casa.
 42 E aí, você incute mais culpa nessa mulher.
 43 E a culpa, de tudo que tá acontecendo,
 44 é dela!
 45 É impressionante...”

Neste trecho, a agente segue a linha argumentativa utilizada pela Agente 01 CRMM, no trecho anterior. Para isso, produz uma fala com elementos discursivos sobre julgamento e culpabilização da vítima - “... *as pessoas culpam mesmo, não querem saber, não acolhem.*”. Em seguida, convocando elementos discursivos do senso comum, relativiza sobre os papéis sociais da mulher, que reforçam os estereótipos gênero. A palavra “*caixinha*” é metaforicamente empregada referindo-se às categorias interseccionais que moldam as relações sociais (gênero, raça, classe, etc.), onde a violência seria empregada como instrumento punitivo e corretivo, que busca recolocar os

desviantes em seus devidos lugares, em suas *'caixinhas'*. Nas orações 24 até 29, recorda de alguns casos do dia-dia e os utiliza para relativizar sobre as dificuldades que as mulheres enfrentam na busca por autonomia, além de apontar para a legitimação e normalização dos estereótipos de gênero em nossa sociedade, reforçando e perpetuando a culpabilização da vítima.

Agente 02 CRMM:

- 1 “Só que, assim, uma coisa a gente precisa passar pra mulher, essa situação,
- 2 sem que ela se sinta culpada.
- 3 Porque, é uma construção,
- 4 essa construção é influenciada por várias questões, inclusive, o MACHISMO,
- 5 e a gente reproduz mesmo.
- 6 Mas, eu acho,
- 7 que é isso,
- 8 muitas vezes, a paralisia vem como consequência da violência.
- 9 Ela não faz nada,
- 10 porque ela não consegue,
- 11 essa violência é tanta
- 12 que ela não consegue mais,
- 13 autoestima já tá lá no pé,
- 14 ela tá em frangalhos,
- 15 ela não consegue sair disso.
- 16 Ele diz pra ela:
- 17 “Ninguém vai querer ficar com você, só eu mesmo!”
- 18 . E aí, ela paralisa mesmo.
- 19 Então, a paralisia não é anterior,
- 20 ela é posterior a violência.
- 21 Ela é uma consequência.
- 22 Só que as pessoas não entendem isso.
- 23 A dependência emocional, também, elas não conseguem entender.
- 24 A pessoa acha
- 25 que é fácil:
- 26 “Ah, deu um tapa em mim,
- 27 já vou pedir o divórcio!
- 28 Não vai.
- 29 Porque você gosta da pessoa.
- 30 Você escolheu aquela pessoa.
- 31 Então, ele vai te dar um tapa,
- 32 você vai ficar chateada,
- 33 você vai ficar magoada,
- 34 você vai gritar,
- 35 mas, você vai pensar assim:
- 36 “Ah, mas eu gosto dele.
- 37 Ele vai mudar!

38 Foi uma situação,
39 ele tá muito nervoso,
40 ele foi demitido.”,
41 é isso,
42 entendeu?
43 E ela vai achando que a pessoa, ou que, ela mesma,
44 porque, também, tem uma questão
45 da mulher ser ensinada,
46 há o imaginário
47 de que a mulher vai mudar o homem,
48 de que ela tem esse poder:
49 “Ah, ele vai mudar.
50 Eu vou conseguir,
51 eu vou levar ele pra igreja,
52 vou orar pra que Deus.”
53 Entendeu?
54 Por que aquilo é importante pra mulher, a questão da religião, da fé.
55 Mas, só a Fé, em muitos casos, não é o suficiente.
56 E a mulher tá correndo risco
57 e fica:
58 “Vou orar,
59 vou levar ele pra igreja
60 e ele vai mudar...”
61 Então, essa coisa de recorrer a essa coisa mística,
62 acha que um milagre,
63 também é uma forma
64 de você se desresponsabilizar,
65 você não quer lidar com isso,
66 você não quer falar sobre isso,
67 você não quer falar disso,
68 então, você manda pra uma outra esfera.
69 Por questões suas.
70 É muito complicado
71 você ficar falando
72 e pensando,
73 mas, é só assim
74 que você consegue romper.
75 Se você não refletir sobre aquilo,
76 você vai ficar nisso,
77 vai ficar tomando remédio,
78 sem saber por quê.
79 Então, acho que
80 é muito complicado.”

Seguindo a argumentação sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em situação de violência, a agente enfatiza a importância do empoderamento das mulheres para o enfrentamento da violência, combatendo sentimentos e comportamentos

culpabilizantes, que permeiam o senso comum, influenciados pelo machismo. Em seguida, chama nossa atenção para uma consequência da violência – “*a paralisia*”. Os sentimentos de culpa, fracasso, impotência associados à violência perpetrada pelo companheiro imobilizam as mulheres e tornam mais difíceis o rompimento com o agressor e a busca por ajuda (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015, p. 116). O abuso psicológico é elencado e apontado como um dos fatores que contribuem para a paralisia. A dependência emocional é pontuada, relativizando sobre a dificuldade das mulheres em reconhecer a violência, legitimando e justificando as agressões. Na sequência, a agente produz uma fala que aponta a religiosidade como mecanismo que contribui para manutenção e perpetuação dos papéis feminino e masculino de gênero, dentre os quais: a função de conciliadora e pacificadora, atribuindo à mulher a capacidade e reponsabilidade de modificar as atitudes do companheiro. Influenciadas por tais pensamentos, sentindo-se infelizes, culpadas e incapazes de lidar com a situação que vivenciam, as mulheres buscam cumprir o papel que lhe é socialmente imposto, permanecendo na relação, evitando falar sobre o assunto, naturalizando e legitimando a violência. Por fim, reafirma a importância da informação e da reflexão para o empoderamento das mulheres em situação de violência.

Agente 02 Casa Abrigo:

- 1 “Eu posso
- 2 te dar um exemplo
- 3 que eu atendi: uma mulher, da zona rural de Itaguaí, vinte e tantos anos
- de casada,
- 4 e que passa, vinte dois anos de casada,
- 5 passa a vivenciar a violência, depois de vinte anos de casada.
- 6 Viveu muito bem, isso ai, palavras dela.
- 7 E ela só identifica essa violência,
- 8 que passa a incomodar,
- 9 quando ele para de trabalhar,
- 10 que isso tá dentro de um perfil cultural masculino da nossa sociedade,
- 11 que ele passa a ficar em casa,
- 12 ele passa a fazer uso contínuo e compulsivo da bebida alcóolica
- 13 e ela, como é uma mulher bonita
- 14 e tá trabalhando,

15 pra ajudar.
 16 No discurso, ela coloca isso:
 17 “Eu estava tentando fazer de tudo
 18 pra ajuda-lo!”
 19 E ai, ela tá trabalhando, por incrível que pareça,
 20 ela vai trabalhar como lavadeira num hotel,
 21 pra mexer mais ainda com a cabeça desse homem.
 22 E ela trabalhando,
 23 e ele passa a agredir.”

Neste trecho, a agente resgata parte da rota de uma das mulheres abrigadas na instituição onde trabalha, produzindo uma argumentação sobre o momento que ela identifica a violência e relativiza sobre um provável motivo para tal. A mulher não identificava características da violência durante os mais de 20 anos de relação. O que nos dá uma visada sobre a dificuldade que as mulheres possuem em identificar e nomear a violência que, como dito anteriormente, é naturalizada e legitimada. Em seguida, convocando argumentos do senso comum, ilustra o momento que ela identifica a violência, que se dá no momento em que ele fica desempregado, ficando mais tempo em casa e aumentando o consumo de bebidas alcólicas. Além disso, ela começa a trabalhar na lavanderia de um hotel - “... *pra mexer mais ainda com a cabeça desse homem.*”.

Heise (1998) afirma que a violência cometida por homens contra as mulheres é um fenômeno multifacetado e que envolve a conjugação de diversos fatores: fatores pessoais, referentes à história de vida; fatores relacionados à própria constituição de uma relação intimizada; e, por último, fatores que ultrapassam o próprio sujeito e a relação, ou seja, as condições sociais, culturais, econômicas e políticas referentes ao seu contexto comunitário e social. Dentre os fatores ligados à história pessoal do homem, a autora destaca: ter sido testemunha de violência contra a mulher durante a infância, ter sofrido algum tipo de abuso (físico ou sexual), ter pai (ou figura paterna) ausente, o uso de drogas, sobretudo o álcool, e a forma como este homem percebe o que é “ser homem”.

A autora afirma, ainda, que o desemprego representa uma fonte importante de conflitos e impasses. Estar desempregado, não poder cumprir o papel de provedor, é uma situação que muitas vezes é encarada como humilhante para o homem, sobretudo se sua companheira está trabalhando e assumindo este papel de provedora da família. O homem se vê perdendo sua função de provedor e chefe da família, enfim, de seu poder. E, nessa tentativa equivocada de reassumir tal posto, ainda que de forma simbólica, lança mão de recursos como a violência.

Agente 02 DEAM:

- 1 “Dependendo do bairro, a primeira é financeira.
- 2 Já perdi a conta
- 3 das vezes que tive
- 4 que inteirar R\$2,00, R\$1,00
- 5 pra essa senhora voltar pra casa, às vezes, com seus filhos menores de
- 6 idade, tarde da noite, de madrugada.
- 7 Depois, uma das maiores barreiras, também, é
- 8 a possibilidade de ter
- 9 que se separar do companheiro,
- 10 porque, mesmo ele tendo agredido, ameaçado ou injuriado,
- 11 elas não queriam se separar
- 12 e, elas sempre trazem uma motivação
- 13 ou é por causa do álcool,
- 14 -“Ele é assim,
- 15 mas é um bom marido”.
- 16 Mesmo assim, por incrível que pareça, elas dizem
- 17 que eles são bons maridos,
- 18 que são bons pais e tal,
- 19 mas que tem essa fraqueza.
- 20 Quando perdem a cabeça
- 21 ou, por exemplo, ficam desempregados,
- 22 ficam sem dinheiro,
- 23 ai explodem pra cima das mulheres”.

Seguindo a linha de argumentação do trecho anterior, no trecho acima, o agente chama nossa atenção para algumas dificuldades que as mulheres em situação de violência enfrentam durante a busca por apoio institucional. Produzindo uma fala empática, o agente aponta a situação financeira das mulheres, associada à distância do local de residência até a DEAM, como uma barreira no processo de busca por apoio institucional, e apresenta alguns fatores que vulnerabilizam, ainda mais, esta mulher (‘atendimento

noturno’, ‘acompanhada dos filhos’). A possibilidade de término da relação é elencada como uma possível barreira para a busca por ajuda, pois muitas mulheres não buscam a separação, apresentando qualidades do agressor no momento do atendimento – *“Ele é assim, mas é um bom marido!”*. Na sequência, revela-se indignado com os argumentos apresentados pelas mulheres – *“Mesmo assim, por incrível que pareça, elas dizem que eles são bons maridos, que são bons pais...”*; o agente reafirma que as mulheres apresentam justificativas para a violência - *“Quando perdem a cabeça, ou, por exemplo, ficam desempregados, ficam sem dinheiro, ai explodem pra cima das mulheres.”*. Tais atitudes sugerem a legitimação e naturalização da violência por parte destas mulheres.

Agente 02 CRMM:

- 1 “Mas, chega uma hora
- 2 que não tem mais
- 3 como ela ficar ali.
- 4 “E eu vou pra onde?”,
- 5 “minha família não me apoia”,
- 6 “minha família diz
- 7 que se eu largar meu marido,
- 8 vou perder a mesada
- 9 que eu tenho.
- 10 E ai, como vai ser sem essa mesada?”
- 11 Então, elas vão ficando,
- 12 vão ficando ali.
- 13 Então, isso, também, é uma grande dificuldade.
- 14 O acesso aos direitos, acesso ao trabalho, à política de educação, porque muitas têm baixa escolaridade.
- 15 Então, isso também é um complicador.
- 16 Porque, quando você tem baixa escolaridade, no mercado de trabalho,
- 17 você vai exercer funções específicas no mercado de trabalho.
- 18 Muitas têm um emprego informal,
- 19 não têm direitos trabalhistas garantidos,
- 20 então, isso tudo dificulta a superação.
- 21 E fora isso, esse acesso precário às políticas, ela não tem uma rede de apoio.
- 22 Muitas vezes, não encontra apoio na família,
- 23 fica isolada,
- 24 não tem amigos.
- 25 Então, fica mais difícil,
- 26 pra essa mulher, sair dessa situação.
- 27 Mas, acho que
- 28 um grande complicador é o acesso.
- 29 A impunidade, sensação de impunidade.

30 Ah, porque elas falam aqui:
 31 “A Lei Maria da Penha não serve de nada.
 32 Quem que vai entrar aqui,
 33 pra notificar alguém?”.
 34 E, além disso, a gente vê esses casos
 35 que a mulher fez a denúncia,
 36 fez tudo direitinho,
 37 como reza a cartilha
 38 e o cara vai,
 39 deu dez tiros nela,
 40 matou,
 41 queimou.
 42 E tá ai.
 43 Um caso que a gente recebeu aqui do NUDEM, a mulher,
 44 era uma tentativa de homicídio,
 45 que aconteceu sete anos atrás,
 46 ela teve
 47 que sair fugida,
 48 da cidade onde ela morava.
 49 E ela tem toda uma questão com essa situação
 50 e o marido dela tá lá,
 51 com as casas que eles construíram,
 52 com o bar que eles montaram,
 53 vivendo com uma outra pessoa.”

Seguindo a mesma linha de argumentação do trecho anterior, a agente produz uma fala sobre as estratégias para resistir, apontando novos fatores que dificultam a busca por autonomia (dependência financeira, baixa escolaridade e poucas oportunidades de emprego, ausência do apoio familiar, etc.). Em seguida, apresenta certa descrença na Lei Maria da Penha dentro da Maré – *“A Lei Maria da Penha não serve de nada. Quem vai entrar aqui pra notificar alguém?”*. Com utilização da metáfora *“como reza a cartilha”* a agente refere à busca por ajuda institucionalizada, não pondo fim a violência, nem evitando a morte. Nas orações 50 até 53, a impunidade é elencada, permitindo que o agressor siga sua vida, livremente.

As barreiras institucionais, relacionadas ao modo como os serviços e a rede é organizada, também foram alvo da reflexão dos agentes, conforme apresentado abaixo.

Agente 01 Casa Abrigo:

1 “E a barreira é essa mesmo, a barreira no atendimento, na informação dos direitos dessas mulheres

2 e uma competência maior das pessoas que estão nesse serviço.
 3 Isso eu falo porque
 4 quando a gente conversa com essa mulher, dentro da casa,
 5 elas falam isso,
 6 elas se queixam da forma
 7 como foram recebidas na delegacia,
 8 vontade de voltar
 9 e se arrepende,
 10 essa falta do esclarecimento de que o fato de fazer um registro de
 ocorrência
 11 não se traduz em outras formas de serviços prestados – exame de corpo
 de delito, medidas protetivas –
 12 então, elas saem da delegacia com essa expectativa
 13 de que a vida começa a andar
 14 e a vida não começa a andar.
 15 A vida continua parada ali, naquela gaveta,
 16 onde elas foram atendidas
 17 e tudo muito demorado, mesmo quando essa mulher já passou pela
 delegacia,
 18 já passou pelo serviço,
 19 chega na casa abrigo,
 20 é tudo muito demorado,
 21 as demandas jurídicas são muito demoradas,
 22 às vezes, a mulher passa pelo abrigo,
 23 fica o período do abrigamento,
 24 é desligada e dois anos depois
 25 que essas audiências começam a acontecer,
 26 que ela já não tem mais interesse,
 27 que ela já voltou pra esse companheiro.
 28 Isso é uma barreira, e a responsabilização,
 29 esse agressor precisa ser responsabilizado,
 30 ele não pode ficar impune”.

A agente segue uma argumentação onde aponta algumas barreiras presentes no caminho da busca por apoio institucional. A qualidade do atendimento e as informações oferecidas às mulheres são elencadas e apresentadas como barreiras no caminho das mulheres que buscam apoio institucional, principalmente nas delegacias. Na sequência, a agente convoca argumentos, baseados em sua prática diária, para sustentar tal afirmação. A expectativa gerada por esse atendimento é pontuada para relativizar sobre a importância de informar às mulheres que um único atendimento não resolverá toda a questão, sendo necessário seu encaminhamento a outras instituições da Rede, que atenderão as demais necessidades que ela apresente. Em seguida, utiliza a expressão “A

vida continua parada ali, naquela gaveta, onde foram atendidas...”, chamando atenção para a morosidade do Judiciário. A sensação de impunidade se faz presente, pois as mulheres não identificam ações que responsabilizem seu agressor, gerando grande descontentamento por estarem abrigadas, confinadas, e seus agressores livres.

Busca por ajuda institucionalizada: porta de entrada

Agente 02 CRMM:

1 “Porque ela pode chegar aqui,
 2 nós somos porta de entrada,
 3 acho que qualquer serviço,
 4 ela pode chegar na Saúde,
 5 ela pode chegar na Assistência, enfim.
 6 Eu acho
 7 que depende muito
 8 do que ela tem como referência.
 9 Eu, assim, eu falo da Saúde,
 10 porque a mulher, muitas vezes, procura
 11 porque ela tá nervosa, e aí ela:
 12 “Aí, porque eu tô muito nervosa, ultimamente.
 13 Eu não consigo dormir!
 14 E vou procurar um médico,
 15 pra me dar um remédio”.
 16 E ela vai procurar a Saúde,
 17 pra falar sobre os sintomas dela.
 18 Ou se ela tem um hematoma,
 19 o dente tá quebrado,
 20 ela vai procurar a Unidade Básica, enfim.
 21 Eu acho que
 22 a Saúde é uma grande porta de entrada.
 23 Então, depende muito
 24 do que essa mulher tem como referência.
 25 O ideal é que
 26 o lugar que ela vá acessar,
 27 seja a Saúde,
 28 seja a Assistência,
 29 ele tenha conhecimento dessa Rede de serviços especializados
 30 e possa fazer esse encaminhamento, essa articulação,
 31 pra que ela seja atendida por profissionais especializados de uma rede de
 atenção.
 32 Ela precisa saber
 33 que existem serviços organizados pra isso,
 34 independentemente do lugar que ela acessar pela primeira vez.”

O trecho acima possui considerável importância, pois a agente produz uma fala sobre o início da busca por apoio institucional. Elencando alguns setores da esfera pública, a agente afirma que a mulher deve buscar apoio na instituição que ela tenha como referência, com a qual se identifique, não havendo um roteiro predefinido. Na oração 9, o setor Saúde é citado e, em seguida, a agente enfatiza a importância dos profissionais de saúde no processo de acolhimento, identificação e encaminhamento da mulher em situação de violência, uma vez que as mulheres procuram as unidades de saúde, seja na atenção básica ou serviços de emergência, apresentando queixas diversas (hematomas, dores, lesões, dificuldade para dormir, nervosismo, ansiedade, etc.) e, por vezes, relacionadas à violência, o que torna o setor Saúde uma importante porta de entrada para a Rede de Atendimento Especializado.

Schraiber, Barros & Castilho (2010) afirmam que as mulheres em situação de violência por parceiro íntimo tendem a utilizar mais os serviços de saúde, essa tendência está relacionada à frequência e à gravidade da violência. De acordo com Lettiere & Nakano (2011), nos serviços de saúde, o acolhimento das mulheres em situação de violência doméstica ocorre de maneira fragmentada e pontual, pois os profissionais não estão preparados para atender essa demanda. Frente à prática clínica, em que esses atos tendem a se manter na invisibilidade, a conduta dos profissionais de saúde é de não acolhimento às necessidades das mulheres, restringindo suas ações a encaminhamentos, o que também nem sempre resulta em resposta adequada às demandas das mulheres.

Agente 01 Casa Abrigo:

- 1 “Nós temos duas únicas portas de entrada.
- 2 Uma, são os Centros Especializados,
- 3 outra é a CEJUVIDA.
- 4 Até outubro de 2010, nós contávamos apenas com os Centros Especializados, com funcionamento de segunda a sexta, de nove às cinco, em sua maioria.
- 5 E, em 2010, surgiu a questão do acolhimento pra essas mulheres
- 6 que chegam nas delegacias, nos finais de semana, à noite,

7 e muitas permaneciam, nas delegacias, o final de semana inteiro ou a
 8 noite inteira,
 9 porque não tinha
 10 pra onde ser encaminhada.
 11 Em outubro de 2010, foi inaugurada a CEJUVIDA,
 12 que é o plantão judiciário de abrigo provisório.”

O trecho demonstra que a agente produz uma linha de argumentação sobre as possibilidades de acesso a casa abrigo, através de um breve resgate histórico sobre as instituições encaminhadoras para abrigo, apontando para ‘possíveis rotas’/portas de entrada, antes e depois de 2010. Além disso, apresenta a CEJUVIDA como uma estratégia para reduzir a vulnerabilidade das mulheres atendidas pelas delegacias, fora do horário de atendimento dos Centros de Referência.

Busca por ajuda institucionalizada: o primeiro atendimento

Agente 02 Casa Abrigo:

1 “Como é
 2 que elas chegam?
 3 Vou ter
 4 que te exemplificar,
 5 pra que você entenda.
 6 Por exemplo: São Paulo tem a casa abrigo,
 7 tem mais de uma casa abrigo.
 8 Então, tem a casa abrigo de São Paulo,
 9 tem uma mulher lá, abrigada,
 10 e esse agressor descobriu
 11 que ela tá naquela casa
 12 e, ele tá ameaçando a estrutura familiar dela ali dentro,
 13 a ponto de tá rondando, enfim.
 14 A equipe toda fica ameaçada por ele,
 15 se sente ameaçada por ele
 16 e essa dita proteção dela, tá fragilizada.
 17 Então, eles buscam a transferência pra um outro Estado.
 18 Nós também já fizemos isso.
 19 Nós também já fizemos esse trabalho de transferência,
 20 visando sempre a proteção e o bem-estar dela.
 21 E aí, com a anuência dela, a gente faz essa transferência.
 22 Então, é sempre neste caso,
 23 as casas abrigo fazem contato com as casas abrigo,
 24 as equipes da casa abrigo fazem contato com a casa abrigo.
 25 Às vezes, os centros de referência ou superintendências estaduais fazem
 contato

- 26 e a gente recebe sim, de outros Estado, e dos municípios do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro todo,
 27 a gente recebe – Volta Redonda, Resende, Rio das Ostras, enfim – de uma ponta a outra.”

No trecho acima (orações 8 até 16), através do breve resgate da rota de uma mulher em situação de abrigo, a agente aponta a persistente vulnerabilidade da mulher que permanece sob risco mesmo dentro da casa abrigo, risco que recai sobre os agentes da casa abrigo, visto que o agressor identificou o local. Ao utilizar a expressão “... dita proteção...” (oração 16), a agente aponta para o fato de que o sigilo não necessariamente garante a segurança, uma vez que a segurança esta ligada a uma série de outras condições além do sigilo de endereço. Na sequência, a agente produz uma fala com tom institucional, ao falar sobre a transferência das abrigadas para uma casa abrigo em outro estado – “... elas buscam a transferência...”, enfatizando que este processo ocorre com consentimento das mulheres. Em seguida, aponta algumas ações institucionais necessárias para o processo de transferência, mostrando as possibilidades de articulação da rede de atendimento especializado.

Agente 02 CRMM:

- 1 “Aqui na Maré, as mulheres vem a todo momento.
- 2 Porque assim, a gente tá dentro da comunidade,
- 3 as mulheres estão próximas,
- 4 então assim, quando elas olham aqui,
- 5 tipo, às vezes, até o posto mesmo
- 6 - “Ah, fala ali com a assistente social” –
- 7 ai elas vem,
- 8 elas vem através do posto,
- 9 elas vem por demanda espontânea, né.
- 10 Ou então, elas vem encaminhada da própria rede aqui do entorno,
- 11 ONGs que funcionam aqui,
- 12 alguns projetos encaminham pra gente
- 13 por saberem do nosso publico especifico e do nosso atendimento especifico a essas mulheres.”

Mantendo a linha de argumentação presente nos trechos anteriores, no trecho acima, a agente produz uma fala com elementos discursivos sobre a localização da CRMM e, implicitamente, aponta para uma maior vulnerabilidade das mulheres que

buscam a instituição. Na oração 5, utiliza a expressão “... até o posto mesmo”, referindo-se aos profissionais da Unidade Básica de Saúde (UBS), que fica ao lado do CRMM, que constitui uma das portas de entrada para a o serviço. Na sequência, aponta que, além do encaminhamento da rede, as mulheres chegam ao serviço por demanda espontânea. A demanda espontânea remete a ideia de que estas mulheres identificam alguma questão que necessita de maior atenção e buscam apoio profissional.

Agente 02 CRMM:

11 “... as mulheres, quando chegam aqui,
 12 elas não chegam dizendo assim, de pronto,
 13 que sofreram violência e tudo mais.
 14 Elas chegam buscando atendimento psicológico, pra ela ou pro filho, ou
 assistente social, ou atendimento jurídico,
 15 que é muito comum também,
 16 elas procurarem o advogado.
 17 E aí, ao longo do atendimento, a gente vai descobrindo
 18 que a violência tá ali instalada, né.
 19 Mas, elas chegam aqui
 20 , muitas chegam, assim,
 21 não chegam aqui machucadas,
 22 é MUITO DIFÍCIL isso acontecer.
 23 Já aconteceu assim,
 24 é muito raro,
 25 já aconteceu,
 26 mas, elas não chegam aqui com hematomas,
 27 elas vêm um tempo depois, no caso da violência física, por exemplo.”

No trecho acima, a agente produz uma fala sobre a complexidade do primeiro atendimento às mulheres em situação de violência. Elencando algumas demandas apresentadas pelas mulheres no momento em que buscam o CRMM, a agente afirma que a violência não é uma das demandas iniciais das mulheres, o que nos dá uma visada sobre a dificuldade das mulheres em assumir a situação que vivenciam. Em seguida, afirma que as mulheres não buscam o CRMM imediatamente após a violência. Tal comportamento indica resistência e reflexão destas mulheres; indica, ainda, vergonha de sair machucada, medo do julgamento das pessoas próximas, dor e dificuldade para realizar atividades

diárias comuns. Reflete ainda o quanto o profissional deve estar atento às “pistas” que levam ao desvelamento da situação de violência.

Agente 02 DEAM:

1 “Muitas chegam fragilizadas,
 2 a maior parte chega bastante fragilizada,
 3 se sentindo humilhadas, constrangidas
 4 por estarem tendo
 5 que fazer um registro numa delegacia.
 6 Algumas dessas, muitas, nós poderíamos dizer,
 7 já haviam sofrido agressões físicas e verbais anteriormente,
 8 mas, sempre tinham a esperança
 9 de que as coisas iam melhorar.
 10 E ai, elas deram chance, chance, chance,
 11 até que chegou o momento
 12 que a coisa foi ficando mais grave, mais séria.
 13 E essas mulheres foram,
 14 também, tomando conhecimento dos seus direitos né,
 15 de que existe uma delegacia,
 16 enfim, isso serviu
 17 pra dar uma visibilidade à delegacia de mulheres,
 18 mas, serviu, também,
 19 pra que essas mulheres tomassem conhecimento
 20 de que existem instituições
 21 que estão ao lado delas
 22 para preservar os direitos que lhes compete, que lhes pertence”.

Neste trecho, o agente produz uma fala que transmite uma leitura empática, vinda de um homem, valorizando o ponto de vista emocional das mulheres e não a rota seguida por elas até chegar à DEAM. Utilizando os adjetivos “*fragilizadas*”, “*humilhadas*”, “*constrangidas*” para caracterizar as mulheres no momento em que chegam à DEAM. Na sequência (oração 10), a repetição da palavra “*chance*”, aponta para mulheres revitimizadas por seus companheiros, e que buscam a denúncia com o aumento da gravidade da violência. A denúncia é um dos últimos recursos encontrados pelas mulheres vítimas da VPI, pois elas não sabem mais o que fazer para resolver o problema. No entanto, a maioria não queria denunciá-los, mas, como não conseguiram auxílio de outra forma, recorrem à lei (NETTO et al., 2015).

A mulher em situação de violência se sente especialmente amedrontada e envergonhada por não conseguir se fazer ouvir e respeitar por seu agressor, gerando sentimentos de impotência, passividade, vergonha, decepção, culpa e sofrimento. Muitas mulheres simbolizam a imagem do casamento perfeito e feliz em seus sonhos, com a esperança constantemente renovada de que o agressor vai mudar, que as coisas vão melhorar e que “tudo um dia vai passar como num passe de mágica”, sentimento esse que é desfeito pelas decepções em contato com a realidade do comportamento do companheiro (SAGOT, 2000, 2007; DANTAS-BERGER; GIFFIN, 2005; KISS et al., 2012; FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012; TERRA; D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2015).

Agente 01 Casa Abrigo:

- 1 “Maioria das mulheres chega com a roupa do corpo,
- 2 chegam sem documento,
- 3 porque os documentos são destruídos e,
- 4 então, quando ela chega na casa abrigo,
- 5 é feito um primeiro acolhimento pela equipe de educadores sociais,
- 6 esse primeiro acolhimento é
- 7 pra se familiarizar com esse ambiente novo,
- 8 com essa situação nova que ela tá vivenciando né
- 9 e, depois começa o trabalho com essa mulher na casa, os atendimentos
- técnicos, com a equipe técnica - psicólogo, assistente social, pedagoga
- 10 – levantando todas as necessidades dessa mulheres, dessas crianças né
- 11 e, começa a trabalhar
- 12 pra tá atendendo essas necessidades.”

O trecho acima apresenta elementos discursivos que indicam uma linha de argumentação sobre a chegada da mulher na casa abrigo e as ações desenvolvidas neste primeiro acolhimento. A vulnerabilidade de gênero é elencada, com elementos que apontam a fragilidade da mulher ao chegar na casa abrigo - “... *chega com a roupa do corpo, chegam sem documentos, porque os documentos são destruídos...*”. A seguir, valoriza o primeiro atendimento, reconhecendo a importância de adaptação da mulher neste ambiente novo, com pessoas diferentes, com regras e horários a seguir. Na sequência, enumera as atividades realizadas, os atendimentos e orientações ofertados com

o objetivo de identificar e atender as necessidades da mulher recém-chegada à casa abrigo.

Apoio ou orientação oferecida

Agente 02 CRMM:

- 1 “... além do atendimento individual com o psicólogo e o assistente social, a gente tem as oficinas.
- 2 O objetivo dessas oficinas, dessas atividades em grupo, o objetivo primeiro é romper o isolamento,
- 3 porque a violência isola essa mulher!
- 4 Então, a ideia é
- 5 que ela rompa esse isolamento,
- 6 por isso, as oficinas tem fluxo contínuo.
- 7 Por que é isso
- 8 romper o isolamento,
- 9 construir uma rede de solidariedade, sociabilidade pra esta mulher,
- 10 pra ela se sentir a vontade
- 11 pra falar um pouco da vida dela
- 12 e ela aproveita
- 13 pra desenvolver alguma habilidade.
- 14 Então, tem o crochê, o corte e costura,
- 15 tem a dança.
- 16 O objetivo primeiro é romper o isolamento
- 17 e ajuda-la
- 18 a refletir sobre essas situações, não só sobre a violência em si,
- 19 mas, sobre a questão do machismo, essas relações de gênero que são desiguais,
- 20 então, a gente tenta, de alguma forma,
- 21 a partir do que elas trazem das oficinas,
- 22 trabalhar com elas alguns temas, do universo delas, do cotidiano, sob este viés da questão de gênero.
- 23 Então, a gente tem algumas atividades como:
- 24 roda de conversa, que são mais pontuais,
- 25 cine pipoca, que são atividades
- 26 que a gente entende
- 27 que são de prevenção,
- 28 uma forma das mulheres conhecerem o fenômeno,
- 29 conhecerem essa discursão
- 30 e, a partir daí, pensarem sobre isso.
- 31 Então, a mulher aqui encontra oficinas, rodas de conversa, cine debate,
- 32 encontra, também, o atendimento individual.”

No trecho acima, a agente produz uma fala sobre as atividades que o CRMM oferece às mulheres que buscam a instituição, e aponta o isolamento como uma das consequências da violência por parceiro íntimo. A sensação de isolamento, dentre outros

sentimentos, é um dos grandes obstáculos à denúncia. A falta de reconhecimento da violência como problema de saúde e a sua desvalorização são influenciadas pelo receio das mulheres de revelarem a situação que viviam ou sentiam, e pelo medo de serem mal entendidas ou humilhadas pelos outros, o que as conduz a um progressivo isolamento e imobilização (ALBUQUERQUE NETTO et al., 2017). Em seguida, a agente ratifica os objetivos do CRMM, destacando a superação do isolamento, e trabalhando outras questões, como: machismo, violência, (desigualdade de) gênero, dentre outras questões que elas apresentem no decorrer das atividades.

Agente 02 Casa Abrigo:

- 1 “... a gente trabalha muito essa questão
- 2 de tentar fortalecer essa mulher através da autoestima dela,
- 3 elas chegam
- 4 com a relação mãe e filhos muito desconstruída por esse agressor
- 5 e elas entendem,
- 6 por uma questão cultural, social-cultural que filho tem
- 7 que ser criado por mãe,
- 8 que é só mãe
- 9 que cria filhos.”

Neste trecho, a agente segue uma argumentação sobre o apoio oferecido durante o abrigo. Elencando algumas características apresentadas pelas mulheres, a agente aponta para a vulnerabilidade, enfatizando a fragilidade das mulheres abrigadas – “... *elas chegam com a relação mãe e filhos muito desconstruída...*”. Em seguida, evidencia a importância do empoderamento da mulher para o enfrentamento à violência.

O conceito de Empoderamento feminino, do inglês *Empowerment*, se refere a uma prática que emergiu do movimento feminista, que consiste em tomar consciência de si mesma, de suas possibilidades, em um processo de afirmação que emerge da interação com outras mulheres. O empoderamento surge da consciência que deriva da troca de experiências e se contrapõe às limitações impostas por uma sociedade patriarcal, como, por exemplo, em casos de violência, subserviência, isolamento e discriminação, situações que são recusadas pelas mulheres (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015, p. 119).

O Empoderamento implica no reconhecimento das restrições sociais a que a categoria está submetida e da necessidade de reversão dessa situação, por meio de mudanças em um contexto amplo/público (inserção em cargos de poder/decisão, educação não sexista e serviços de saúde adequados) e também em contextos mais específicos, ou individuais (aumento de autoestima e autonomia, reorganização do trabalho doméstico, etc.) (LEÓN, 2001; CORTEZ; SOUZA, 2008).

Agente 02 Casa Abrigo:

- 1 “Eu atendi uma menina de 19 anos
- 2 que chegou, dentro daquela casa, cheia de promessas pros setores
- 3 jurídicos:
- 4 que ela teria o filho dela, na semana seguinte.
- 5 Ela chegou numa quinta-feira, à noite, numa quarta-feira, à noite, de um
- 6 feriado prolongado.
- 7 E ai, na segunda-feira, quando atendo:
- 8 “Não, porque o defensor ‘tal’, do setor ‘tal’, pediu
- 9 que entrasse em contato,
- 10 porque, hoje, eles vão tá fazendo a busca e apreensão do meu filho,
- 11 que é dentro de uma favela
- 12 que tá em confronto com o tráfico...”
- 13 Eu escutei,
- 14 escutei,
- 15 escutei,
- 16 vamos fazer,
- 17 eu preciso fazer.
- 18 Então, vamos ligar agora
- 19 e eu tenho
- 20 que fazer isso na frente dela,
- 21 pra que ela veja os nãos
- 22 que eu vou tá recebendo,
- 23 ela precisa,
- 24 porque eu aqui já sei
- 25 que defensor nenhum vai colocar,
- 26 vai fazer um aparato policial
- 27 pra entrar dentro de uma comunidade,
- 28 onde o tráfico tá latente,
- 29 pra buscar uma criança pra uma mulher, vítima de violência doméstica,
- 30 que tá dentro dum abrigo do Estado.
- 31 Mas, eu não podia dizer isso pra ela.
- 32 E ai, a determinação dela foi tão grande
- 33 que ela voltava de novo:
- 34 “Então, tá. Vamos ligar pro doutor fulano de tal, de novo (defensor das
- vítimas)!”
- O oficial de justiça se negou, de novo
- “Ah, então, o senhor aguarda um minutinho,

35 o senhor pode colocar isso pra ela?”
 36 E colocava ela no telefone
 37 e ai, ela foi percebendo
 38 que a coisa não ia acontecer.
 39 Até a hora que ela disse assim:
 40 “Vou buscar meu filho!
 41 Vou poder voltar?”
 42 E ai?
 43 Vamos comprar essa briga.
 44 “Vai!
 45 Vai poder voltar.
 46 A gente vai dar nosso jeito!”
 47 E ai, ela voltou,
 48 ela voltou com o filho,
 49 e ai, quando chegou no dia seguinte,
 50 que eu vou atender,
 51 ela fala:
 52 “Agora eu espero o tempo
 53 que for pra eu ir embora!”
 54 Porque ela tinha uma porta de saída,
 55 ela tinha um acolhimento familiar em outro Estado.
 56 Mas, sem o filho, ela não iria.”

Nas orações acima, a agente narra a chegada de uma mulher a casa abrigo e os percalços enfrentados para ‘resgatar’ o filho. A agente convoca elementos discursivos que apontam para a vulnerabilidade da mulher – *“Ela chegou numa quinta-feira, à noite, numa quarta-feira, à noite, de um feriado prolongado”, “... dentro de uma favela, que tá em confronto com o tráfico...”*. Em seguida, o emprego repetitivo do verbo *“escutei”* nos dá a ideia de envolvimento e disposição frente às demandas da mulher. Na oração 19, utiliza a palavra *“nãos”* referindo-se aos fatores que dificultam o ‘resgate’ do filho desta mulher e, mesmo com estes *“nãos”*, a mulher persistia e novo contato era feito. Até o momento que ela decide sair, buscar seu filho, demonstrando o desejo de voltar para o abrigo – *“Vou buscar meu filho! Vou poder voltar?”*. E, produzindo uma fala coletiva (*“Vamos comprar essa briga.”; “A gente da vai dar nosso jeito.”*), a agente afirma que ela poderá voltar. E ela voltou com seu filho: *“Agora eu espero o tempo que for pra eu ir embora!”*.

Resultados obtidos

Agente 01 Casa Abrigo:

- 1 “A primeira coisa que a gente percebe, dentro da casa,
- 2 é a mudança de autoestima dessa mulher.
- 3 Essa mulher chega na casa fragilizada,
- 4 essa mulher chega triste,
- 5 essa mulher chega desarrumada, desmotivada e,
- 6 logo em seguida, num espaço muito curto de tempo, a gente já começa a perceber uma mudança nessa mulher.
- 7 Essa mulher começa a se apropriar de ser mulher.
- 8 Tudo que ela passou
- 9 isso ai tá muito destruído,
- 10 então, a gente começa a perceber isso claramente.
- 11 Uma coisa muito interessante, que eu percebo muito isso,
- 12 é, a maioria dos casos,
- 13 não são casos pontuais,
- 14 são histórias
- 15 que vem se repetindo,
- 16 que vem se arrastando por muito tempo e muito ligada a falta de LIMITE.”

No trecho acima, a agente produz uma fala sobre os resultados obtidos durante o abrigo. A mudança de autoestima é apontada como o primeiro resultado obtido pelas mulheres e percebido pelos agentes durante o abrigo. Elencando algumas características da mulher, no momento de sua chegada à Casa Abrigo - “*fragilizada*”, “*triste*”, “*desarrumada*”, “*desmotivada*”, a agente aponta a importância do empoderamento para enfrentamento às violências contra a mulher. Nas orações 1, 6 e 10, ao utilizar a locução pronominal “*a gente*”, equivalente ao pronome pessoal ‘nós’, a agente produz uma fala coletiva, atribuindo as ações “*percebe*” e “*começa a perceber*” aos demais agentes da Casa Abrigo. Em seguida, utiliza o pronome pessoal “*eu*” (oração 11), assumindo o papel de sujeito da oração, relativizando sobre a vulnerabilidade presente na história de cada mulher, história marcada pela violência e revitimização (orações 15 e 16).

Na oração 7 - “*Essa mulher começa a se apropriar de ser mulher*” -, a agente enfatiza a mudança de autoestima para o empoderamento da mulher e consequente

redefinição identitária. Ao utilizar o termo “*ser mulher*”, a agente produz uma fala que remete à categoria “*mulher*”. Para Fleury-Teixeira e Meneghel (2015), em um meio repleto de contradições e sentidos, atribuir um significado à categoria mulher traduz-se em um ato político. Atualmente, a categoria mulher, distante daquele conceito formulado em 1970 pelo feminismo radical, com sentido universal, de unidade, de irmandade e determinado pela biologia, apresenta-se como um sentido político (PEDRO, 2011). A compreensão do termo desvela não somente as características da “mulher”, mas seu lugar na cultura e na história, expressando o contexto do qual emerge, bem como do futuro que almeja. Desta maneira, não há uma definição única de “mulher” em um cenário histórico, ou seja, o sentido não é encontrado em uma característica específica, mas construído através de uma rede complexa de aspectos que não podem ser pressupostos, mas descobertos (NICHOLSON, 2000). Piscitelli (2002) afirma que, de uma complexa rede de características, em determinados contextos algumas se sobressairiam no exercício de um papel dominante por longos períodos, o que, no entanto, não implica sua universalização.

Agente 02 Casa Abrigo:

- 1 “Eu atendi há pouco tempo uma residente
- 2 que era latente o desejo dela
- 3 de criminalizar:
- 4 “Ele tem
- 5 que pagar
- 6 o que ele fez comigo.
- 7 Não é justo
- 8 eu tá aqui
- 9 e ele tá lá fora”.
- 10 E ai, eu fui,
- 11 em cada atendimento a gente ia refletindo,
- 12 ia refletindo com ela
- 13 e mostrando pra ela:
- 14 “Olha,
- 15 o processo tá assim,
- 16 o processo tá assado.
- 17 Pra acontecer isso
- 18 que você tá querendo,
- 19 é isso e isso...”

20 E toda vez, eu ia conversando com ela,
 21 fazendo
 22 ela entender
 23 que RECOMEÇAR seria mais fácil
 24 que CRIMINALIZAR.
 25 E fui mostrando pra ela as ansiedades dela,
 26 as dificuldades que ela estava tendo,
 27 por conta do comportamento agressivo dela com as pessoas que
 poderiam tá ajudando.
 28 E ali você vai vendo resultado,
 29 no dia-dia, quando ela vai se modificando
 30 e quando ela volta para um atendimento
 31 e ela não volta na mesma estaca,
 32 que ela não volta na mesma insistência.
 33 E até quando ela diz:
 34 “É,
 35 isso aqui deixa de lado,
 36 quando eu sair,
 37 eu resolvo.
 38 Eu quero resolver isso aqui.”
 39 E aí, você vê que aquilo, todas as reflexões,
 40 que a gente usa muita esse termo,
 41 porque a gente não tem
 42 o que fazer
 43 a não ser REFLETIR com ela.
 44 Então, os resultados, se o outro quer mudança,
 45 ele vai ter resultado.
 46 Mas, se essa mulher não quiser mudança,
 47 não tem como.
 48 Como se a gente fosse malhar em ferro frio.
 49 Entendeu?”

Seguindo a argumentação sobre os resultados obtidos dentro da Casa Abrigo, a agente enfatiza a construção da resiliência durante o abrigamento. Resgatando e relatando, brevemente, parte de um atendimento, a agente relativiza sobre a mudança de atitude de uma mulher abrigada que, inicialmente, mostrava-se insatisfeita com sua reclusão e a impunidade, visto que o agressor estava em liberdade. O gerundismo se faz presente em diversas orações – “*ia refletindo, ia refletindo*”, “*mostrando*”, “*ia conversando*”, “*fazendo*”, “*fui mostrando*”, “*tá ajudando*”, “*vai vendo*”, “*vai se modificando*”; descrevendo o trabalho caracterizado pela processualidade, onde as ações tiveram início no momento que a mulher chega à casa abrigo e continuaram até alcançar

o objetivo, que era a mudança de atitude da mulher durante o abrigo. Nas orações 23 e 24, utiliza os verbos “*recomeçar*” e “*criminalizar*” caracterizando objetivos possíveis, que demandam posturas antagônicas durante o abrigo. Na sequência, enfatiza o papel da reflexão, afirmando não ter outra opção, “*a não ser REFLETIR com ela*”. Em seguida, atribui os resultados e as mudanças ao desejo da mulher e utiliza, metaforicamente, o ditado “malhar em ferro frio” referindo-se ao trabalho com mulheres que não reconhecem a necessidade de mudança, trabalho árduo, em vão.

Agente 02 Casa Abrigo:

1 “Eu estava num atendimento quando a residente,
 2 que já tava lá na casa uns seis meses,
 3 passou por todo um processo de fortalecimento mãe-filho, de resgate de
 autoestima,
 4 quando ela diz assim:
 5 “Quando participo dos grupos,
 6 eu penso muito
 7 e, hoje, eu cheguei a conclusão que,
 8 se eu tô aqui,
 9 foi porque
 10 eu errei.
 11 Vou falar mesmo a verdade pra senhora.
 12 Sabe por que
 13 eu briguei,
 14 no dia que eu vim parar aqui?
 15 Foi porque
 16 eu falei
 17 pra ele trazer o Sazon pra casa
 18 e ele não trouxe.
 19 Ai, eu com raiva, joguei a comida na parede, as panelas todas na parede.
 20 E ai, ele nervoso, porque as crianças tavam com fome,
 21 e ninguém comeu.
 22 E ai, a gente se engalfinhou!
 23 Então, eu cheguei à conclusão
 24 que eu também tenho
 25 que mudar”.

No trecho acima, a agente resgata parte do relato de uma residente da casa abrigo sobre a mudança de atitude. A reflexão proposta durante o abrigo possibilitou que a residente reavaliasse o motivo da briga e as ações que a levaram até ali, reconhecendo e assumindo seu lugar como sujeito na relação.

Desfechos de Rota: “portas de saída”

Agente 02 CRMM:

- 1 “A gente tem o caso de uma agente de saúde,
- 2 que ela não se separou do marido,
- 3 mas, a violência cessou
- 4 porque ela veio AQUI,
- 5 porque ela fez uma denúncia na delegacia,
- 6 a partir das orientações que ela recebeu aqui, das informações,
- 7 e ai, ela vive hoje com a mesma pessoa,
- 8 mas, sem a violência, a violência não tá presente.”

No trecho acima, a agente apresenta, de maneira sucinta, o ‘desfecho’ da história de uma mulher que buscou ajuda no CRMM e na delegacia, e, após as intervenções, conseguiu afastar a violência de sua relação, dando continuidade ao convívio com o mesmo companheiro. Nas orações 3 e 4, a agente produz uma fala de confiança no trabalho que realiza, enfatizando e atribuindo o fim da violência à busca por ajuda institucionalizada – “... a violência cessou, porque ela veio AQUI...”.

Agente 02 Casa Abrigo:

- 1 “É que,
- 2 dentro da casa, ela tava numa melancolia muito grande, muito grande.
- 3 A gente não conseguia tirar ela daquilo.
- 4 Até que um dia, ela sentou na minha frente
- 5 e falou:
- 6 “eu preciso
- 7 te dizer a verdade!”
- 8 Claro, a gente tem
- 9 que trabalhar com a verdade,
- 10 não tem
- 11 como ser de outra forma.
- 12 Ai, ela diz assim:
- 13 “Eu tive um sonho muito ruim
- 14 e acho
- 15 que aconteceu alguma coisa com fulano³⁸.
- 16 Tô muito preocupada!
- 17 Eu sinto
- 18 que aconteceu alguma coisa com ele.”
- 19 Falei:
- 20 “Você tem
- 21 pra quem ligar?
- 22 Porque, pra ele, a gente não pode ligar.
- 23 Mas, você tem

³⁸ Referindo-se ao companheiro, autor da violência.

24 pra quem ligar,
25 que não seja da família dele,
26 que possa
27 te dar alguma notícia dele?”
28 Porque a gente não tá ali
29 pra ser carrasco de ninguém.
30 E ela falou:
31 “Eu gostaria muito
32 de ligar pro meu vizinho.
33 Porque ele sabe da minha história.
34 E ele sabe
35 que eu sai de casa, com as crianças,
36 por conta das coisas que ele fazia comigo.”
37 E ai, nós ligamos.
38 E ai, ele falou assim:
39 “Vem pra casa,
40 que ele esta internado no CTI,
41 clamando por você o tempo inteiro.
42 Tá esperando só você,
43 pra morrer!
44 Ele sofreu um acidente de carro.
45 E ele só geme seu nome.
46 Tá esperando
47 você chegar,
48 pra morrer!”
49 E ai, o que você faz naquela hora?
50 Tem que
51 levar ela embora,
52 que ela quer ir embora.
53 E ai, depois nós ligamos pra ela,
54 até o filho dela que atendeu, tipo, uns três dias depois,
55 a gente ligou:
56 “Ah, tá tudo bem!
57 Meu pai continua internado,
58 a minha mãe tá trabalhando,
59 a gente tá bem, tia,
60 a gente tá bem!””

No trecho acima, a agente faz um breve relato sobre o abrigo de uma mulher e os fatores determinantes para o desabrigo. O estado emocional da mulher é pontuado como uma barreira para o trabalho durante o abrigo. A empatia e valorização da história da mulher estão presentes durante todo o relato, assim como o respeito à alteridade. A decisão sobre o desabrigo é influenciada pela informação

de hospitalização do companheiro, decisão respeitada pela agente que, em seguida, acompanha o caso, certificando-se sobre a situação da família.

Agente 02 Casa Abrigo:

1 “Atendemos uma mulher
2 que só tinha porta de saída pro nordeste.
3 Foi Recife...
4 E, a gente não tem nenhum subsidio fora da casa
5 que a gente possa se apoiar.
6 Então, a equipe senta pra queimar a cabeça,
7 pra quebrar a cabeça,
8 pra ver
9 como é
10 que a gente vai fazer
11 pra buscar.
12 E ai, a gente lançou mão de um serviço
13 que chama CAN – Correio Aéreo Nacional –
14 que faz o traslado de pessoas,
15 e ai, a gente vai lá,
16 “de pires na mão”,
17 com um projeto debaixo do braço, pedir uma parceria,
18 pra que a gente não entre naquela fila
19 que todo mundo entra,
20 sensibilizando,
21 sensibilizar o Comando Aéreo.
22 E ai você vai sensibilizar um Capitão,
23 pra que ele entenda
24 que você não pode entrar naquela fila.
25 É a gente conseguiu!
26 E ai, nós identificamos que,
27 no Estado em que ela tava
28 não tinha base da Aeronáutica.
29 Então, a gente tinha
30 que mandar ela pra Recife, de Recife pra União dos Palmares, né, União
dos Palmares.
31 E ai, fizemos contato com o serviço de Recife, com a Superintendência,
32 vou lá, falo com a Superintendência de Recife,
33 sensibilizo todo mundo,
34 manda relatório,
35 troca e-mail, burocracia toda.
36 A equipe daqui ABRAÇOU a proposta junto com a gente,
37 então, foi uma porta de saída muito estruturada.
38 Porque ela foi pra Recife,
39 o pessoal foi na base,
40 acolheram ela,
41 levaram para o abrigo deles, do município deles,
42 ela pernitoitou lá e, no dia seguinte,
43 eles foram, no veículo deles,
44 levar até a família.

45 E depois mandaram pra gente, o e-mail,
 46 com as fotos dela sendo recebida.
 47 Eu me arrepio
 48 só de lembrar.”

No trecho acima a agente relata a estruturação de ‘porta de saída’, descrevendo os percalços enfrentados. A distância e a ausência de apoio são elencados como barreiras iniciais neste processo. Em seguida, com o emprego das metáforas “... *a equipe senta pra queimar a cabeça, pra quebrar a cabeça...*” enfatiza o trabalho árduo e o envolvimento da equipe para superar as barreiras iniciais e “*de pires na mão*”, a agente produz uma fala ‘subalternizada’ ao “*pedir uma parceria*” do Comando da Aeronáutica. Na sequência, a distância é, novamente, pontuada como uma barreira, sendo necessário buscar apoio em Recife, cumprindo com toda a burocracia que se apresenta neste processo. O verbo “*sensibilizar*” – “... *sensibilizando, sensibilizar o Comando Aéreo*”; “*sensibilizar um Capitão*”; “*sensibilizo todo mundo*” – enfatiza as dificuldades enfrentadas junto ao Comando Aéreo e a Superintendência de Recife. O verbo “abraçou” é metaforicamente empregado dando ênfase ao comprometimento da equipe na estruturação desta ‘porta de saída’. Com uma fala emocionada, a agente descreve as etapas desta ‘porta de saída’: “*Eu me arrepio, só de lembrar*”.

Agente 01 DEAM:

1 “Então, eu acho que a mulher
 2 que busca o atendimento,
 3 que efetivamente esteja precisando
 4 e saiba
 5 que ali é o caminho certo pra ela, o registro de ocorrência, um processo
 criminal contra o agressor e todas as coisas né, todas as esferas do
 judiciário,
 6 que vão acoplados a isso.
 7 Porque existem a questão na vara de família, a questão de bens
 patrimoniais,
 8 pra tudo ser discutido, divórcio, entre outras coisas.
 9 Não que, necessariamente, uma mulher que registra a ocorrência contra
 o acusado
 10 ela tem
 11 que se separar dele.
 12 Quem somos nós

13 pra julgar isso?
 14 Mas, que muitas das vezes a mulher sofre com isso a vida inteira.
 15 E aí, de repente o registro de ocorrência faz com que
 16 cesse essa violência.
 17 Ou não, ela faz o registro de ocorrência
 18 e não vai cessar,
 19 ela vai continuar.
 20 Então, ela tem que decidir,
 21 tem que definir,
 22 Tem
 23 que se separar desse agressor.
 24 Mas, se ela busca
 25 e segue essa orientação,
 26 ela vai ter, com certeza,
 27 a liberdade dela restituída, dignidade,
 28 ela vai sair pra vida,
 29 ela vai ter a oportunidade
 30 de ser uma mulher independente e tudo mais.”

Neste trecho, com um discurso marcado pela hesitação, o agente segue uma argumentação sobre as possibilidades de uma rota e um desfecho idealizado pela via da Segurança Pública e Justiça. O agente produz uma fala que apresenta a ‘denúncia’ como única possibilidade ou caminho para a mulher que busca por ajuda – “... *que ali é o caminho certo pra ela, o registro de ocorrência, um processo criminal contra o agressor...*”, limitando as possibilidades da rota e opondo-se a fala da ‘Agente 02 Casa Abrigo’ (páginas 31 e 32), que busca a mudança de atitude destas mulheres durante o abrigo. Em seguida, produz uma fala sobre a ‘judicialização’ da relação, elencando algumas ações pertinentes a esfera jurídica, dentre elas: o “*divórcio*”. A seguir, o agente segue uma linha argumentativa com algumas contradições. Nas orações 9, 10 e 11, produz uma fala que expressa o reconhecimento e respeito à alteridade da mulher que decide permanecer na relação. Na oração 14, reconhece e enfatiza a cronicidade da violência contra a mulher (“... *a mulher sofre com isso a vida inteira.*”), caracterizando a revitimização (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015, p. 318–319). Na sequência, evoca o “*registro de ocorrência*”, caracterizando a busca pela DEAM, relativizando sobre a intensidade e frequência da violência (orações 15 até 19). Nas orações 20 até 23,

ênfatiza a ‘separação’ como única solução para uma relação onde a violência persiste, mesmo após o “registro de ocorrência” - *“Então, ela tem que decidir, tem que definir, tem que se separar desse agressor”*. Em seguida, produz uma fala positiva em relação ao trabalho da DEAM, onde a mulher encontraria a solução para os seus problemas, reconquistando sua liberdade, dignidade e independência.

6.2 Percepção dos Agentes sobre a Rede de Atendimento

A fragmentação das ações nos serviços de atenção à mulher em situação de violência, bem como o acesso a estes serviços são aspectos institucionais que dificultam o trabalho em rede. Por falta de articulação entre os serviços, as mulheres são revitimizadas nos diversos espaços institucionais. Diante deste cenário, o enfrentamento da violência contra a mulher exige a articulação efetiva entre diferentes setores: saúde, segurança pública, justiça, assistência social e trabalho, assim como requer o envolvimento da sociedade civil organizada em redes integradas de atendimento (GOMES et al., 2009).

A atuação em rede é um modo de pensar e executar o trabalho, envolvendo a parceria entre instituições, seus agentes e seus saberes. Pressupõe uma ação horizontal, com objetivos comuns, sendo executada a partir das competências de cada ente. Dessa maneira a atuação em situações de violência demanda uma concertação, uma pactuação de um saber-fazer, evitando-se duplicação de ações, revitimização e lacunas de atendimentos.

“Na configuração de uma ‘rede’ pretende-se que exista articulação entre as ações particulares de cada serviço, o que somente ocorrerá quando houver uma produção assistencial que é minimamente partilhada pelos diferentes serviços, para o que há que ter definições institucionais que dialoguem entre si, serviços organizados em dinâmicas de atendimento que também, de algum modo, devem convergir para aspectos compartilhados dessa assistência, assim como há que se ter comunicação e interação entre os diversos profissionais envolvidos. Sendo assim, compartilhar intervenções

assistenciais é vital para a constituição de atuações em redes”
(SCHRAIBER et al., 2012, p. 238).

A presente seção “Percepção dos Agentes sobre a Rede Especializada de Atendimento” tem o objetivo de identificar elementos que apontem fluxos de atendimento entre as instituições que compõe a Rede de Atendimento Especializado à mulher vítima de violência, conhecendo e analisando as relações de poder entre os principais agentes neste campo.

A seguir, apresentaremos elementos discursivos que caracterizam o trabalho em rede, no campo das “Políticas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher”, bem como, a relação entre os agentes (indivíduos e instituições) que integram este campo.

Agente 02 CRMM:

- 1 “A Política Nacional prevê uma intersetorialidade.
- 2 Ou seja, conversa e articulação entre vários setores das Políticas Públicas,
- 3 mas, a Segurança Pública, a Habitação, o Trabalho, não veem a violência de gênero, a violência contra a mulher como objeto da sua intervenção.
- 4 A Educação também não vê... A Saúde, inclusive, também... (risos).
- 5 A Saúde vai tratar os agravos, o seu hematoma, a cabeça rachada, o dente quebrado:
- 6 “Mas, eu não tenho nada com isso...
- 7 A assistente social que tem,
- 8 fala com ela...””

O trecho acima, a agente produz uma fala que convoca uma das três premissas que sustentam o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – a Intersetorialidade³⁹ (orações 1 e 2). Na sequência (orações 3, 4 e 5), a agente convoca argumentos do senso comum, relativizando sobre a participação dos demais setores das políticas públicas, apontando o não reconhecimento da violência de gênero e da violência contra a mulher como objetos de ação destes setores e, conseqüentemente, aponta para a existência de um ‘hiato’ entre as ações preconizadas pela Política Pública e sua baixa

³⁹ “A Intersetorialidade compreende ações em duas dimensões: uma envolvendo parceiras entre organismos setoriais e atores em cada esfera de governo (ministérios, secretarias, coordenadorias, etc.); e outra, implica uma maior articulação entre políticas nacionais e locais em diferentes áreas (saúde, justiça, educação, trabalho, segurança pública, etc.)” (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011a, p.24).

implantação – “*A Política Nacional prevê uma intersectorialidade. Ou seja, conversa e articulação entre vários setores das Políticas Públicas, mas, a Segurança Pública, a Habitação, o Trabalho, não veem a violência de gênero, a violência contra a mulher como objeto da sua intervenção.*” - expondo um ponto frágil na implementação das ações previstas pelo Pacto Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres. Por fim, denuncia ‘uma certa’ disputa entre agentes da rede, quando pressupõe criticamente que os agentes da Saúde não estariam disponíveis para uma abordagem que ultrapasse a lógica clínica.

Diante da ampliação da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, percebe-se a necessidade de discussão do tema da “intersectorialidade” que, em tese, poderia proporcionar a articulação de todas as políticas públicas, proporcionando um atendimento mais integral das usuárias que são assistidas por estas. As ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, desde o “Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher”, em 2007, possuem como eixos a transversalidade de gênero, a efetividade de ações referentes à temática e a intersectorialidade, buscando a integração das três esferas de governo e a descentralização das políticas públicas (MIRANDA et al., 2015).

No trecho acima (pagina 137), encontramos, ainda, elementos característicos da Intertextualidade manifesta. Ao citar a intersectorialidade, a agente produz uma fala onde emprega elementos presentes na Política e no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Segundo Fairclough (2001), o conceito de Intertextualidade⁴⁰ faz referência à propriedade que tem o texto de ser cheio de

⁴⁰ Fairclough (2001) distingue duas formas de Intertextualidade: 1) Intertextualidade Manifesta – constituição de texto que recorre explicitamente a outros textos específicos; 2) Interdiscursividade (ou Intertextualidade Constitutiva) – constituição de texto por meio de elementos (tipos de convenção) das ordens de discurso (interdiscursividade).

fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante.

Agente 02 JVDFM:

- 1 “A gente encaminha pra outros serviços
- 2 que, talvez, tenham uma possibilidade de atendimento dessa mulher
- 3 mais amplo.
- 4 A violência contra a mulher não é só um problema da justiça,
- 5 não é um problema só de segurança,
- 6 não é um problema só de assistência!
- 7 é isso tudo junto!”.

Neste trecho, a agente enfatiza o reconhecimento da violência contra a mulher como objeto de ação intersetorial e interdisciplinar, valorizando as ações desenvolvidas pelas demais instituições da Rede de Atendimento à mulher em situação de violência.

Sustentando tais argumentos, D’Oliveira & Schraiber (2013) afirmam que estabelecimento de uma rede de serviços necessita do reconhecimento recíproco entre os diversos setores assistenciais, nas suas especificidades e também no que tenham em comum, ou seja, serem parte de uma rede de proteção de direitos. Para isso, há que superar a visão restrita e independente de cada disciplina, profissão, serviço e setor assistencial sobre o problema, e há que reconhecer as mulheres como cidadãs, titulares de direitos e capazes de escolhas autônomas sobre suas vidas. Para a efetiva proteção dos direitos, é necessário o reconhecimento por todos dos eixos de desigualdade social, especialmente, no que tange às diversas manifestações das desigualdades de gênero, mas também de classe e raça/etnia.

Agente 02 JVDFM:

- 1 “Eu acho que dentro da Justiça
- 2 tem um limite também né.
- 3 Dentro da Justiça, eu acho
- 4 que é feito
- 5 o que pode ser feito.
- 6 A mulher que chega requerendo as medidas protetivas,
- 7 ela vai ser ouvida,
- 8 vai ser analisado
- 9 e vai ser julgado.
- 10 Tem um limite né.

- 11 A gente encaminha pra outros serviços
 12 Que, talvez, tenham uma possibilidade de atendimento, à essa mulher,
 mais amplo...”

No trecho acima, a agente produz uma fala que aponta para a necessidade do (re)conhecimento dos limites da instituição (oração 2). Na oração 6, afirma que a “*medida protetiva*” é o desejo das mulheres que buscam o JVDPM e, na sequência, apresenta as ações processuais realizadas pelo JVDPM “*vai ser ouvida, vai ser analisado e vai ser julgado*” (orações 7, 8 e 9). Com a afirmação “*Tem um limite...*” (oração 10), aponta aplicação da Lei como o limite de sua instituição. Tal fala reafirma o reconhecimento de uma ampla divisão do trabalho intersetorial no atendimento às múltiplas demandas das mulheres.

De acordo com Mello (2017), a Lei Maria da Penha prevê medidas de proteção de urgência em seus arts. 22, 23 e 24 que são medidas cautelares e de bastante utilidade nos casos de violência doméstica. Ao Juiz cabe analisar a conveniência da adoção de tais medidas, verificar a existência de pressupostos, podendo designar audiência de justificação.

As medidas de proteção de urgência previstas na Lei Maria da Penha possuem caráter meramente exemplificativo e não esgota o rol de medidas passíveis de adoção. Sua finalidade é preservar a integridade física e psicológica das mulheres, e na maioria das vezes, preservar também a integridade física dos filhos, contra qualquer espécie de violência de que trate o *art. 5º* da lei (MELLO, 2017).

Agente 01 Casa Abrigo:

- 1 “Acho, assim, que nós,
 2 eu como diretora dessa casa, há oito anos,
 3 é isso que
 4 eu sempre trabalho com a equipe
 5 que tá comigo
 6 e nós temos esse limite da nossa instituição.
 7 E, é nesse limite da instituição
 8 que nós temos que focar.
 9 Então, quando essa mulher entrou na casa

10 até o dia que ela sair,
 11 aqui dentro, nesse tempo, nós temos que oferecer pra ela
 12 o melhor que a gente tiver, em todos os sentidos, em acolhimento, em cuidado,
 em carinho, em informação,
 13 tudo isso a gente tem
 14 que oferecer pra ela.
 15 O que esta fora da nossa instituição
 16 nos causa uma frustração,
 17 porque a gente tem muito pouco
 18 pra oferecer pra essa mulher.
 19 Então, a gente se depara com situações
 20 que eu avalio como muito difíceis pra essa mulher.
 21 O que nós não podemos fazer
 22 é aliança com essa fragilidade dela,
 23 então, nós não podemos dizer pra ela
 24 o quanto vai ser difícil,
 25 porque ela precisa sair dessa casa,
 26 mas, nós não temos nada
 27 pra oferecer pra ela pós abrigamento.”

Seguindo a argumentação presente no trecho anterior, o trecho acima apresenta elementos que apontam a divisão do trabalho intersetorial e os limites das ações da Casa Abrigo. Nas orações 4 e 5, a agente assume o papel de Líder da equipe – “... *eu sempre trabalho com a equipe que tá comigo...*” -, assumindo a responsabilidade do trabalho, afirmando a existência e o reconhecimento, por parte da equipe, dos limites da instituição (orações 6, 7 e 8). Nas orações 9 e 10, ao utilizar os verbos “*entrar*” e “*sair*” a agente produz uma fala que delimita o espaço de ação da Casa Abrigo. Este limite é reforçado o uso das palavras “*dentro*” e “*fora*”, expressando oposição entre estes espaços. Onde “*dentro*” (orações 11 até 14) remete ao espaço interno da Casa Abrigo, lugar de proteção, ambiente seguro e controlado, definido pelos agentes; “*fora*” (orações 15 até 18) aponta para a vida fora da Casa Abrigo, espaço sem o controle e a segurança oferecidos pela Casa Abrigo, e de exposição à violência.

A agente produz, ainda, uma fala que aponta a vulnerabilidade de gênero⁴¹ que a mulher em situação de abrigamento vivência. O abrigamento visa o acolhimento

⁴¹ “A noção de vulnerabilidade enfatiza o contexto sócio-histórico – que produz sujeitos mediante a reiteração discursiva de normas e valores -, e não indivíduos isolados. Vulnerabilidade de gênero refere-se

provisório, seguro e em local acolhedor para mulheres em situação de violência que se encontrem sob ameaça e necessitem de proteção. Porém, o processo de desabrigamento é um desafio para estas mulheres. Nas orações 21 e 23, a agente produz uma fala sobre as atitudes que devem ser evitadas e combatidas durante o abrigamento destas mulheres. Na oração 22, utiliza a metáfora “*aliança com essa fragilidade*” apontando a importância de fortalecer estas mulheres durante o abrigamento; na oração 24, reafirma a importância do fortalecimento e busca de autonomia, visando o desabrigamento. Nas orações 26 e 27, a agente produz uma fala que aponta o desabrigamento como um desafio para a equipe da Casa Abrigo.

Agente 02 DEAM:

- 1 “... nós colocamos a disposição delas
- 2 um ROL de serviços prestados por outros órgãos, a defensoria pública, o
- 3 judiciário, o ministério público.
- 4 Dentro da defensoria pública tem até o NUDEM né, o CIAM, enfim,
- 5 órgãos que vão prestar todo auxílio que essa mulher precisa.
- 6 Abrigamento, caso ela queira,
- 7 caso seja necessário né,
- 8 nós falamos da questão do abrigamento.

Nas orações acima, o agente 02 DEAM produz uma fala que revela conhecimento da rede de serviços especializados e apresenta as possibilidades de encaminhamento disponíveis após o atendimento na DEAM. Nas orações 1 e 7, utiliza o pronome “*nós*” como sujeito das ações expressas pelos verbos “*colocamos*” e “*falamos*”, produzindo um efeito de fala coletiva, ação realizada, supostamente, por todos os agentes da DEAM. Na oração 4, o agente produz uma certa idealização sobre a capacidade de resposta institucional – “... *órgãos que vão prestar todo auxílio que essa mulher precisa.*”. Em seguida, produz uma fala de reconhecimento da autonomia da mulher diante da possibilidade de abrigamento – “*Abrigamento, caso ela queira, caso seja necessário...*”.

Agente 02 CRMM:

- 1 “E é isso,

a uma situação de vulnerabilidade associada a normas e valores que tem por base a heterossexualidade compulsória” (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015, p. 400).

2 acho
 3 que os Centros de Referência são serviços invisibilizados dentro da
 Política.
 4 (...) eu acho
 5 que eles são invisibilizados pela Política,
 6 isso é uma coisa
 7 que a gente discutia muito em reunião de rede,
 8 por mais que você divulgue o trabalho,
 9 por mais que você diga 500 vezes
 10 o que você faz,
 11 as coisas não chegam,
 12 as mulheres não chegam,
 13 a gente não consegue...
 14 E ai, é isso,
 15 e ai você tem um serviço invisibilizado.
 16 Ai, o Governo vai lá
 17 cria uma Casa da Mulher Brasileira...
 18 invés de fortalecer
 19 o que existe,
 20 Ele cria um outro serviço
 21 que suprime os Centros de Referência.
 22 Porque, se a proposta da Casa da Mulher Brasileira é ter todos os
 serviços ali,
 23 é como se fosse a porta da esperança.
 24 A mulher entra
 25 e resolve...”

No trecho acima, a agente segue uma argumentação sobre a dificuldade para manutenção do serviço e descontinuidade das ações por parte do Governo. A invisibilidade é (re)conhecida e discutida (e, talvez, se reproduza) por toda a Rede. Nas orações 3, 5 e 15, a agente aponta a pouca autonomia dos Centros de Referência, com dificuldade para realizar ações simples, como a divulgação do serviço. O termo “*invisibilizado*” é metaforicamente utilizado, enfatizando tais dificuldades. Nas orações 9 e 10, “*por mais que você diga 500 vezes o que você faz...*”, onde o numeral “500” remete à uma atividade árdua e repetitiva e que, mesmo assim, não alcança seu objetivo. A seguir, convoca argumentos baseados em dados oficiais, dando mais sustentação ao discurso. Nas orações 16 até 19, produz uma fala que aponta ações governamentais desconexas, ampliando a rede, com a criação de novos serviços, como a Casa da Mulher

Brasileira⁴²; e, ao mesmo tempo, fragilizando a própria rede, deixando de investir nos Centros de Referência e demais serviços existentes. Na oração 23, utiliza a metáfora “*porta da esperança*”⁴³, se referindo à proposta da Casa da Mulher da Brasileira, como um local onde ‘todos os seus problemas serão solucionados’, ignorando a complexidade das dinâmicas que envolvem a violência contra a Mulher.

Agente 02 CRMM:

- 1 “Em termos de POLÍTICA PÚBLICA, em termos de REDE, eu acho
- 2 que há um desconhecimento,
- 3 na verdade, as mulheres conhecem a Lei Maria da Penha,
- 4 elas sabem,
- 5 elas tem uma noção.
- 6 Mas, você tem um enfoque muito grande nas delegacias, no sistema de
- 7 justiça e na segurança pública.
- 8 Então, há um desconhecimento da rede como um todo
- 9 e, eu acho que isso tem muito a ver com a judicialização da vida,
- 10 a gente vive num estado penal,
- 11 também, que dá um enfoque muito grande a denúncia, as delegacias, a
- 12 justiça,
- 13 como se fossem os únicos serviços
- 14 capazes de resolver a situação.”

No trecho acima, a agente segue uma linha argumentativa similar àquela desenvolvida no trecho anterior, produzindo uma fala que remete às dificuldades para efetivação política pública. Aqui, a agente emprega o substantivo “*desconhecimento*” para nomear as dificuldades, expressando a falta de conhecimento/ reconhecimento dos serviços que compõe a Rede. Em seguida, convoca argumentos do senso comum, relativizando a fragmentação da rede e desconhecimento sobre os serviços que a compõe, apontando para ações focalizadas na “denúncia” e nas instituições da Segurança Pública e

⁴² “A Casa da Mulher Brasileira, uma das ações previstas no Programa Mulher: Viver sem Violência, é um espaço de acolhimento e atendimento humanizado e tem por objetivo geral prestar assistência integral e humanizada às mulheres em situação de violência, facilitando o acesso destas aos serviços especializados e garantindo condições para o enfrentamento da violência, o empoderamento e a autonomia econômica das usuárias” (BRASIL; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013).

⁴³ “Porta da Esperança” era uma atração do “Programa Silvio Santos”, nas décadas de 1980 e 1990. O quadro oferecia a oportunidade para que o telespectador adquirisse produtos de sua necessidade, ou realizassem sonhos. Algumas pessoas não tinham seu desejo realizado, mas Silvio Santos garantia que sua equipe continuaria tentando realizar o desejo. Já para quem era atendido, uma grande festa ocorria no palco.

Justiça, chocando-se com proposto pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Como já dito em diversas seções dessa dissertação, a rede de enfrentamento é marcada pela multiplicidade de serviços e de instituições. Para que o enfrentamento da violência se efetive, é importante que serviços e instituições atuem de forma articulada e integrada. No âmbito da assistência, é fundamental que os serviços trabalhem a partir de uma perspectiva intersetorial e que definam fluxos de atendimento compatíveis com as realidades locais contemplando as demandas das mulheres em suas diversidades. A perspectiva da intersetorialidade representa um desafio na medida em que insta a uma ruptura com o modelo ‘tradicional’ de gestão pública, que tende à departamentalização, à desarticulação e à setorialização das ações e das políticas públicas (BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011b).

Agente 02 JVDFM:

- 1 “... a gente tem uma rede
- 2 que tá cheia de buracos enormes,
- 3 serviços fechando
- 4 e a gente não tem muito
- 5 pra onde encaminhar a mulher
- 6 e a gente tá se sentindo cada vez mais sozinho neste lugar.”

No trecho acima, a agente constrói uma argumentação sobre uma das dificuldades encontradas na Rede de Atendimento. Na oração 2, utiliza a metáfora “*buracos enormes*” referindo-se justamente a estas dificuldades, produzindo uma fala que aponta o fechamento de alguns serviços da Rede (orações 2 e 3), gerando descontinuidade nas ações dos demais serviços da Rede (orações 4 e 5).

Chamo atenção para este trecho, pois, apresenta uma ideia antagônica ao trecho do Agente 02 DEAM (páginas 5 e 6), que produz uma fala idealizada sobre a capacidade de resposta institucional, tendo “*um rol de serviços à disposição da mulher*”, dando uma

visada sobre os diferentes lugares que os agentes (e instituições) ocupam na Rede, influenciando relações e produzindo diferentes perspectivas de uma mesma Rede.

No que concerne à oferta e estrutura da rede de serviços, não é possível deixar de mencionar que nos últimos 3 anos, o Brasil vive uma crise política, econômica e social que teve início após uma série de escândalos políticos envolvendo membros do alto escalão do Governo e empresas públicas e privadas, ocasionando um golpe de estado e Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. O governo sucessor, de Michel Temer, assume uma postura neoliberal em relação às políticas públicas, desencadeando uma reordenação de prioridades e intenso corte de verbas.

Neste período, vivenciamos o desmonte de serviços e enfraquecimento das políticas para as mulheres. Serviços, que compõe as Redes de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, passaram por inúmeras mudanças que incidiram de maneira prejudicial na gestão, no orçamento e na estrutura organizacional, impactando na qualidade do atendimento prestado na oferta de serviços às mulheres em situação de violência. Tais mudanças caracterizam um retrocesso nas conquistas obtidas através das políticas públicas para mulheres, desde 2003.

No Estado (e Município) do Rio de Janeiro, após sucessivas denúncias de toda sorte de desvios de verba pública (levando à prisão do ex-governador), também vivenciamos grande instabilidade econômica e política, desencadeando crise, manifestações e greves de servidores da segurança pública e defesa civil, saúde e educação; aumento no número de assassinatos dos agentes de segurança pública (principalmente policiais militares); etc. Serviços como CIAM reduziram suas atividades devido à redução de pessoal, bem como os demais Centros de Referência; houve um longo período de “paralisação” dos agentes da Polícia Civil, impactando no atendimento aos cidadãos e, no caso das DEAMs, às mulheres em situação de violência.

Os profissionais, em suas ações diárias sentem na pele tal conjuntura, e, quando os “buracos” na rede de atendimento parecem aumentar, o esforço é o de manter as conquistas dos marcos legais e das políticas públicas vigentes (que ainda estão longe de serem acessíveis a todas mulheres que delas precisam). O maior desafio é o de manter a qualidade da atenção às mulheres em situação de violência, valorizar a expertise acumulada e continuar com o compromisso de defesa dos direitos dessas mulheres. Como vimos, a atuação em rede continua a ser um desafio, assim como a Intersetorialidade e não raro há ações que são duplicadas e outras que permanecem ausentes.

6.3 Rota Crítica: Caminho percorrido por cinco mulheres em busca de ajuda

O presente subcapítulo reúne trechos das entrevistas realizadas com cinco mulheres, moradoras do município do Rio de Janeiro, que percorreram diferentes caminhos em busca por ajuda contra a violência por parceiro íntimo.

Com isso, a estruturação deste subcapítulo leva em consideração a cronicidade da violência apresentada em cada caso. Os casos apresentam uma “mini biografia” de cada mulher, seguida de trechos das entrevistas e suas respectivas análises e, por fim, breve desfecho, apresentando a situação de cada mulher no momento da entrevista. Busquei, com auxílio de diagramas, descrever a síntese da rota crítica de cada mulher, respeitando os lapsos de tempo que a memória da narrativa impõe.

Karen – é negra, tem 35 anos, é moradora de uma favela na zona portuária do município do Rio de Janeiro. Viveu uma relação de 14 anos com o agressor, com quem teve um casal de filhos, com idades de 15 e 6 anos. Possui ensino médio, no momento da entrevista não estava trabalhando, porém, possuía atividade remunerada durante seu relacionamento (auxiliar de consultório dentário). A primeira agressão aconteceu no

período da primeira gestação. Relata ter sofrido violência física, psicológica e patrimonial.

Karen:

- 1 “A primeira vez que o XXXXX me agrediu,
- 2 eu tava grávida do XXXXXXXX.
- 3 Ele me deu um chute.
- 4 Depois ele me pediu desculpa,
- 5 enfim, desculpei...
- 6 E, ele não me batia constantemente, ainda.
- 7 Pedia desculpa,
- 8 me pedia desculpa, perdão,
- 9 “nunca mais vai acontecer”, aquele lenga lenga todo
- 10 e eu perdoei.
- 11 Então, eu tive o XXXXXXXX,
- 12 ele chegou a umas duas outras vezes
- 13 me agredir grávida do XXXXXXXX, ainda,
- 14 mas, eu desculpava,
- 15 porque entra várias coisas nisso aí.
- 16 Entra a questão sentimental,
- 17 que entra o amor,
- 18 você acha
- 19 que a pessoa não vai fazer mais, realmente,
- 20 que vai melhorar,
- 21 que vai mudar...”

No trecho acima, Karen produz uma argumentação onde narra o primeiro “episódio” de violência. A primeira gestação é elencada como “condição” agravante para a violência. Há certo “consenso cultural de senso comum” no Brasil que considera a gravidez como um período protegido da vida das mulheres, cercada por valores que enaltecem determinados aspectos atribuídos à figura materna, influenciando a definição de papéis familiares. No entanto, em determinados contextos sociais e relacionais, durante a gravidez e o puerpério as mulheres estão expostas à violência perpetrada pelo parceiro íntimo. A violência exerce grande impacto para a saúde da gestante, com consequências que podem, também, comprometer a gestação e o recém-nascido (AUDI et al., 2008; CAVALCANTI, 2016; PINTO et al., 2017).

No estudo da OPAS, Sagot (2000) afirma que o período gestacional não tem sido um momento de apoio e proteção para as mulheres, por parte de seus parceiros. Pelo

contrário, no período gestacional pode-se ter início do abuso ou do ciclo da violência. Muitos agressores atacam diretamente as mulheres durante este período, tendo o abdômen e a cintura como os alvos mais frequentes de suas agressões.

As etapas do ciclo da violência são elencadas, dando uma visada sobre a cronicidade da violência. Na oração 8, o uso do advérbio “*ainda*” atenua a frequência e intensidade da violência. Em seguida, o sentimento pelo ex-companheiro e a crença na mudança de atitude são pontuados como fatores que a mantinham naquela relação, dificultando a busca por ajuda. O ciclo da violência, conforme apresentado anteriormente neste trabalho, inicia-se de forma lenta e silenciosa, progredindo em intensidade e consequências. O agressor muitas vezes não lança mão inicialmente de agressões físicas, mas coíbe a liberdade individual da vítima, fomentando humilhações e constrangimento. Portanto, a violência psicológica em geral precede à física; no entanto, ela deve ser identificada independente de sua relação com a violência física (LUCENA et al., 2016).

Karen:

- 1 “As nossas brigas, no início, eram muito por ciúme de ambas as partes.
- 2 Eu era muito ciumenta, também.
- 3 Então, a justificativa era essa.
- 4 Na maioria das vezes, a justificativa sempre foi essa.
- 5 Só que, no final das contas, a gente já tava separado,
- 6 então, não precisava mais justificativa.
- 7 Qualquer motivo era justificativa.
- 8 Se a gente fosse falar um assunto
- 9 que envolvesse os filhos da gente
- 10 e houvesse uma palavra que desagradasse
- 11 o que ele esperava ouvir,
- 12 ele me batia.
- 13 E ele nunca poupou os meus filhos disso.
- 14 Meus filhos sempre foram testemunhas das minhas agressões físicas, sempre.”

Neste trecho, Karen produz uma fala com elementos discursivos que remetem aos “motivos” da violência. O ciúme é elencado e apontado como o principal motivo da violência, no início do relacionamento. Na oração 2, “*Eu era muito ciumenta...*”, Karen

produz uma fala que a distancia do lugar de vítima, reconhecendo seu papel de sujeito na relação. Em seguida, a separação do casal é elencada e apontada como fator importante para o aumento na frequência da violência. Nas orações 7 até 12, a banalização e a naturalização da violência são descritas, onde a violência é utilizada para “resolver” qualquer assunto que o desagrade (ex-companheiro). Na oração 14, ao utilizar o termo “*testemunha*”, Karen produz uma fala que aponta exposição de seus filhos à violência. A exposição da criança à violência por parceiro íntimo pode ser: direta, quando a criança presencia a violência; indireta, neste caso, a criança não presencia a violência, mas é afetada pelos agravos que esse evento traz à saúde física e mental de sua mãe. Ambas são consideradas situações de risco para o desenvolvimento de problemas emocionais, escolares e de comportamento (DURAND et al., 2011). De acordo com Heise & Garcia-Moreno (2002), crianças que testemunham violência entre seus pais estão mais propensas a desenvolver diversos problemas emocionais e comportamentais, baixo rendimento escolar, baixa autoestima, desobediência, pesadelos, distúrbios do sono, etc.

Karen:

- 1 “Numa briga, ele foi
- 2 pra cortar o meu cabelo,
- 3 cortou até com a faca de pão, dessas de serrinha,
- 4 e eu fui
- 5 pra segurar.
- 6 Nisso que eu fui
- 7 pra segurar,
- 8 ele puxou
- 9 e eu precisei levar 05 pontos aqui⁴⁴.
- 10 Foi uma patroa,
- 11 que eu sou auxiliar de dentista,
- 12 que me suturou.
- 13 E ela falou:
- 14 “Não! Você vai dar queixa.
- 15 Você vai fazer a ocorrência”.
- 16 Ai eu fui pra delegacia,
- 17 registrei o primeiro boletim, em 2005, em Caxias, na DEAM de lá.
- 18 Fiz corpo delito, tudo bonitinho.
- 19 Mas, não chegou a dar em nada.

⁴⁴ Apontando para a mão esquerda.

20 Porque, 12 anos atrás, era mais ainda levado no nada.
 21 Depois desse período, eu não prestei mais ocorrência.
 22 Apanhei constantemente, várias vezes,
 23 e não fiz outros boletins.
 24 Eu comecei a fazer ocorrências, MESMO, em 2011.
 25 Que eu tava grávida da XXXXXXXX, com 05 meses de gravidez,
 26 em fevereiro de 2011, ele me bateu, no meio da rua,
 27 e quando ele me bateu,
 28 eu troquei de roupa
 29 e fui pra delegacia.
 30 Ai, foi a PRIMEIRA de todas.
 31 E não parei mais”.

No trecho acima, Karen narra a primeira vez que procura a DEAM, dando início a busca por ajuda institucionalizada. Nas orações 1 até 3, Karen produz uma fala com elementos discursivos que transmitem a ideia de humilhação, onde o corte do cabelo, símbolo da feminilidade, remete a mutilação do feminino (PERROT, 2003). Nas orações 4 até 9, produz uma fala sobre a tentativa de defender, impedindo o corte do cabelo, resultando numa lesão na mão esquerda. Nas orações 10 até 15, produz uma fala sobre o apoio recebido naquele momento, afirmando que sua patroa a auxiliou suturando a lesão e incentivando-a a denunciar seu companheiro. Apoio de familiares, amigos e vizinhos é um importante fator no processo decisório na busca por ajuda institucionalizada, porém, os cuidados às lesões feitos de forma “doméstica” (o “sutar a lesão”) impedem que mulheres em situação de violência busquem as unidades de saúde, momento em que poderiam receber orientação e apoio, tendo seus casos notificados.

O Ministério da Saúde, através da Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011, prevê a obrigatoriedade da notificação compulsória⁴⁵, que faz referência à comunicação de casos novos de doenças, agravos e eventos em saúde, incluindo a “*Violência doméstica, sexual e/ou outras violências*”. A notificação da violência contra a mulher constitui-se num importante instrumento de controle epidemiológico auxiliando no conhecimento do perfil

⁴⁵ Vale lembrar que a violência contra a mulher foi incluída na lista de doenças, agravos e eventos em saúde através da Lei Nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que estabeleceu a notificação compulsória, em todo território nacional, dos casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

da violência e dos “sujeitos envolvidos” (“vítima” e “agressor”), possibilitando a realização de ações de prevenção, além de determinar a necessidade de investimentos em núcleos de vigilância e assistência (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; CASA CIVIL; SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, 2003; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011; GARBIN et al., 2011; VELOSO et al., 2013; GARBIN et al., 2015).

Na sequência, produz uma fala sobre o primeiro registro de ocorrência e os demais procedimentos pertinentes naquele momento – “*Fiz corpo delito, tudo bonitinho*”. Nas orações 19 e 20, o emprego da expressão “*nada*” produz a ideia de desapontamento diante da ineficácia das ações após o registro de ocorrência. Nas orações 21, 22 e 23, Karen produz uma fala onde evidencia o desapontamento, pontuado nas orações 19 e 20, tornando-se uma barreira na busca por ajuda institucionalizada. Na oração 24, Karen segue sua argumentação produzindo uma fala sobre “os silêncios” que cercam e invisibilizam a violência contra a mulher.

A segunda gestação é elencada e apontada como motivo que leva Karen a retomar a busca por ajuda institucionalizada, quebrando o longo período de silêncio existente entre o primeiro registro de ocorrência (2005) e o registro relatado no trecho acima (2011).

Karen:

- 1 “Mas, depois que eu tive a segunda filha, a XXXXXXXX,
- 2 foi uma coisa mais recorrente assim, poucos prazos.
- 3 E eu comecei a registrar boletins de ocorrência, seguidamente.
- 4 E, a gente começou a separar mais tempo.
- 5 Eu ficava, a primeira vez de 40 dias separados, depois 02 meses,
- 6 depois eu fiquei 09 meses,
- 7 depois eu voltava.
- 8 Ai, passava aquele período de tudo muito bom, no início,
- 9 depois, qualquer briga era motivo.
- 10 Só que não era só a questão
- 11 dele me dar um tapa.
- 12 As agressões físicas pioraram muito.
- 13 Ele não é usuário de drogas,
- 14 não faz uso constante de álcool, também não.
- 15 Só que ele começou
- 16 a me bater
- 17 de me cortar.

18 Me cortou aqui⁴⁶ com a faca,
 19 me cortou aqui na perna, em 2012.
 20 Me deu uma queda,
 21 que eu fiquei 10 dias, quase,
 22 sem poder andar.
 23 Então, foi tudo assim,
 24 piorando.
 25 E eu comecei a dar queixa de tentativa de homicídio, de tudo.
 26 Ai, a gente separava,
 27 daqui a pouco passava meses,
 28 ele pedia desculpa
 29 e eu, mais uma vez, tentava.
 30 Porque eu amava ele
 31 e, agora, eu tinha 02 filhos,
 32 e eu queria aquela família junto.”

Seguindo a argumentação do trecho anterior, no trecho acima, Karen produz uma fala sobre as modificações nos ‘padrões da violência’. A segunda gestação é, novamente, elencada, tornando-se um ‘marco’ importante na decisão para a busca por ajuda. Nas orações 4 até 7, os períodos de separação tornam-se mais longos e mais frequentes, tornando-se uma estratégia de *Coping*⁴⁷ (comportamento de evitação). Segundo Dell’Aglia & Hutz (2002), comportamento de evitação inclui tentativas cognitivas ou comportamentais de manter-se longe do estressor. Englobando respostas, como procurar esquecer, evitar o problema, fugir da situação, ir para outro lugar, deixar o tempo passar, afastar-se das pessoas envolvidas.

O ciclo da violência está presente em todo o trecho e é evidenciado nas orações 4 até 9. Nas orações 10 até 12, Karen enfatiza o aumento da intensidade da violência. Em seguida, ao afirmar que o ex-companheiro não faz uso de drogas ilícitas ou de álcool, Karen produz uma fala que demonstra conhecimento sobre os fatores associados à VPI.

Nas orações 15 até 22, Karen aponta o aumento da frequência e da intensidade dos “episódios” de violência, evidenciados pela utilização de arma branca (faca) e das lesões

⁴⁶ Apontando para o antebraço esquerdo, onde há uma cicatriz.

⁴⁷ As estratégias de *Coping* podem ser classificadas nas seguintes categorias: 1) Ações agressivas, 2) Evitação, 3) Distração, 4) Apoio social, 5) Ação direta, 6) Inação, 7) Outra (DELL’AGLIO; HUTZ, 2002, pp. 8-9).

causadas pela violência. Na oração 25, Karen começa a qualificar as violências, antes banalizadas, como homicídios, evidenciando mudança no status de percepção da violência. Em seguida, os períodos de separação são, novamente, apontados como estratégia de enfrentamento. Nas orações 30 até 32, a idealização de família é pontuada como motivo para uma nova tentativa e retomada da relação.

Karen:

1 “Ele tava deitado com meus filhos, no quarto,
 2 eu tava no sofá,
 3 ouvindo música, na sala.
 4 Ele desceu.
 5 A cervejinha que eu tava tomando,
 6 ele pegou
 7 e tacou no meu rádio.
 8 Ele deu um tapa no meu rosto,
 9 ai ele abriu a gaveta,
 10 pegou a faca
 11 e passou aqui⁴⁸,
 12 não cortou.
 13 Mas, passou aqui
 14 e aqui⁴⁹ cortou.
 15 Eu comecei a gritar
 16 pra ele sair de casa,
 17 pra ele sumir.
 18 Ele falou
 19 que não ia
 20 e subiu.
 21 Quando ele subiu,
 22 eu subi,
 23 pra ele poder sair de casa,
 24 pra tacar as roupas dele pra baixo
 25 e joguei uma bomboniére na parede.
 26 Nisso que joguei,
 27 pegou no pé dele.
 28 Mas, eu não taquei nele,
 29 eu não peguei
 30 pra cortar ele
 31 e ele se cortou.
 32 E ele pegou o ferro de passar roupa
 33 e me deu a primeira porrada,
 34 eu cai na cama,
 35 ele continuou dando.
 36 Eu consegui contar umas 07, pelo menos.
 37 Ele me causou uma perfuração de crânio,

⁴⁸ Apontando para a coxa esquerda.

⁴⁹ Apontando para a face externa da coxa esquerda.

38 eu nem senti que furou,
 39 eu fiquei tipo que anestesiada de tanta porrada.
 40 Eu só gritava – “Socorro, socorro!”
 41 Mas, ninguém aparecia.
 42 E, quando ele me suspendeu,
 43 ele falou:
 44 “Tá vendo
 45 o que você faz
 46 eu fazer com você?”
 47 Ai, a polícia até apareceu.
 48 Ele mesmo chamou.
 49 Que lá tinha UPP, na época.
 50 Pra mim registrar ocorrência,
 51 e eu não quis registrar,
 52 porque ele seria preso na hora.
 53 Eu pensei:
 54 “É o pai dos meus filhos!”
 55 Eu pensei muito nessa questão, pai dos meus filhos na cadeia.
 56 Não fiz o boletim de atendimento médico na hora.
 57 Eu levei dois dias
 58 pra ir no hospital.
 59 Eu fiquei com receio,
 60 porque, o médico poderia chamar a polícia”.

Com uma narrativa emocionada, no trecho acima, Karen produz uma argumentação com elementos discursivos que, inicialmente, transmitem a ideia de um “dia comum com sua família”. Porém, é um dos momentos de violência mais intensos narrados por ela. As violências física e patrimonial são convocadas possibilitando que tenhamos noção da intensidade da violência, evidenciada pelo emprego de arma branca (orações 9 até 14). Em seguida, segue sua argumentação com uma fala que demonstra o desejo de Karen em expulsar o ex-companheiro de casa. Na oração 23, “... *pra ele sair de casa...*”, temos o emprego do eufemismo, suavizando o desejo de Karen que era expulsar o agressor.

Na sequência, Karen produz uma fala que aponta aumento na intensidade da violência, evidenciada nas orações 32, 36 e 37, onde a gravidade das agressões produz séria ameaça à vida. Nas orações 40 e 41, a banalização da violência é, novamente, acionada e, desta vez, aponta para o comportamento dos vizinhos de Karen que, por provavelmente presenciarem repetidos “episódios” de violência, tendem a ignorar e

desconsiderar os pedidos de ajuda, aceitando e naturalizando a violência contra a mulher (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015).

Nas orações 44, 45 e 46, utilizando o recurso da intertextualidade manifesta – “*Tá vendo o que você faz eu fazer com você?*”, Karen reproduz a fala do ex-companheiro que a responsabiliza pela violência, caracterizando a culpabilização da vítima. Na oração 48, Karen produz uma fala sobre o comportamento de seu ex-companheiro que, ao chamar a polícia, reconhece suas ações como excessivas, quicá protagonizando um pedido de ajuda para imposição de “limite” aos seus atos de violência.

Em seguida, Karen afirma que, mesmo após intervenção policial, não registrou queixa deste “episódio” de violência, legitimando mais uma vez a violência sofrida. Na oração 54, o companheiro violento é transmutado para o lugar do papel de pai (“O pai dos meus filhos na cadeia”), a que deve ser poupado e, novamente, a ideia de “preservação da família” é elencada como motivo para não registrar ocorrência, retardando também a busca por uma unidade de saúde, evitando a notificação e a denúncia.

Karen:

- 1 “Ela me obrigou.
- 2 Ela falou:
- 3 “Você vai fazer queixa sim!”
- 4 Eu tenho sensações muito ruins
- 5 quando eu paro
- 6 pra lembrar de tudo isso.
- 7 De quando eu trabalhei dez dias,
- 8 que ela me medicava,
- 9 pra eu auxiliar ela na cirurgia.
- 10 E ela me orientava como pessoa,
- 11 na parte que ela podia”.

Neste trecho, Karen produz uma fala sobre o apoio/orientação que recebeu de sua “patroa-amiga”. Utilizando, novamente, o recurso da intertextualidade manifesta, Karen reproduz a fala de sua “patroa” – “*Você vai fazer queixa sim!*”, com o tom de ordem. Com uma fala emocionada, Karen recorda o período em que precisava ser medicada para continuar trabalhando. Em seguida, reafirma o apoio recebido de sua patroa, dando ideia

de empatia e companheirismo, buscando alcançar um objetivo comum, “superar” a violência. Neste trecho, a solidariedade entre as mulheres, sororidade⁵⁰, é evocada e demonstra a importância do apoio entre mulheres, independente das diferenças (classe, raça, etnia, gênero, geração).

Karen:

1 “Eu sofri violência de todas as formas por aquele cara.
 2 Então, assim, ele tentou
 3 se fazer de bom.
 4 Ele me furtou coisas em casa,
 5 quando eu fui trabalhar.
 6 Já não morava comigo,
 7 já morava no aluguel,
 8 foi lá
 9 e pegou pertences de casa.
 10 Até bujão de gás, ele me levou.
 11 Cheguei na delegacia,
 12 pra registrar a ocorrência.
 13 Fui na DEAM.
 14 Foi até,
 15 acho,
 16 a última vez que fui na DEAM.
 17 O policial não queria registrar a ocorrência,
 18 que ele queria
 19 me fazer entender
 20 que, na cabeça dele, ele tinha direito a minha casa.
 21 Eu falei:
 22 “Não! Até onde eu sei qualquer delegacia,
 23 eu posso registrar.
 24 Eu quero registrar!”
 25 Mas, pelo policial que me atendeu naquele momento,
 26 eu não tinha feito a ocorrência.
 27 Ele, até, tinha me batido,
 28 mas, eu não tava marcada.
 29 Então, registrei as coisas
 30 que ele me furtou,
 31 as outras que ele deixou quebrada.
 32 Mas, aí, ele me banalizou.
 33 E, ainda, falou
 34 que isso eu podia fazer na delegacia da minha região.
 35 E eu falei
 36 que demorava muito,
 37 falei
 38 que tenho trocentos processos

⁵⁰ Sororidade – tradução conceitual do termo “*sorité*” – “um construto simbólico de uma solidariedade considerada “própria” a relações entre mulheres e a processos identitários feministas que parecem prosseguir *ad eternum*” (COSTA, 2009, p. 14).

39 correndo.
 40 Porque, a pessoa mora na favela,
 41 recebe a correspondência,
 42 que ai não manda oficial de Justiça.
 43 recebe a correspondência,
 44 finge que não,
 45 não vai à audiência,
 46 não vai indo,
 47 não vai indo
 48 e é arquivado.
 49 Assim é fácil.
 50 A Lei, nisso ai, tem esse erro.
 51 No meu processo mesmo, atual, o oficial de justiça, por duas vezes,
 fez a tal da certidão de periculosidade,
 52 porque não queria entrar na favela”.

Neste trecho, Karen segue uma argumentação sobre os diferentes tipos de violência que vivenciou. A violência patrimonial é, novamente, elencada, transmitindo a ideia de revitimização e da cronicidade da violência. Em seguida, Karen produz uma fala com elementos discursivos que apontam a dificuldade dos agentes em reconhecer as diferentes formas de violência contra a mulher e, por vezes, reproduzindo argumentos do senso comum que desconsideram e banalizam o relato da mulher e dificultam a busca por ajuda institucionalizada. Nas orações 21 até 24, Karen segue sua argumentação com uma fala sobre reconhecimento e garantia de seus direitos. Nas orações 27 e 28, a violência física é evocada e o emprego das expressões “até” e “mas” transmitem a ideia banalização e naturalização da violência física e de suas consequências (lesões, hematomas, etc.). Na sequência, produzindo uma fala que aponta insatisfação com o atendimento recebido, Karen reafirma a dificuldade dos agentes em reconhecer os tipos de violência contra a mulher. Nas orações 40 até 52, segue uma argumentação apontando a dificuldade para realização das ações judiciais em território dominado pelo tráfico, tornando-se uma barreira para a busca por ajuda institucionalizada.

Karen:

1 “Ele me bateu em 12 de outubro de 2016.
 2 Eu fui levar um aparelho,
 3 que a minha filha usava.

4 Ele mandou
 5 eu sair da porta dele.
 6 Quando eu virei,
 7 ele me empurrou,
 8 desenroscou uma vassoura
 9 e deu nas minhas pernas.
 10 Não sei
 11 quantas ele deu.
 12 Mas, ele deu o suficiente e com tanta força que,
 13 eu sou preta,
 14 ficou roxo na hora.
 15 Então, eu corri pra Unidade de Polícia Pacificadora.
 16 Eu registrei ocorrência,
 17 fui pra delegacia.
 18 Ai, a policial que me atendeu, lá na 17ª,
 19 falou:
 20 “Você não acha melhor
 21 ir pro abrigo?
 22 Você não vai ficar segura na sua casa.”
 23 Ai, eu falei:
 24 “Sem a minha filha, eu não vou pro abrigo.”
 25 E voltei pra casa.”

No trecho acima, Karen segue uma argumentação sobre o momento em que, pela primeira vez, é aconselhada e orientada sobre o abrigamento. As violências física e verbal são elencadas, caracterizando os tipos de violência vivenciados por Karen. As orações 10 até 14 transmitem a intensidade da violência. Em seguida, Karen afirma ter procurado ajuda na Unidade de Polícia Pacificadora e Delegacia Geral, onde registrou a violência. Reconhecendo a gravidade da situação, a agente de Polícia Civil orienta Karen sobre a possibilidade de abrigamento. Em seguida, Karen recusa o abrigamento, transmitindo a ideia de proteção dos filhos, sem os quais não iria para o abrigo.

Karen:

1 “De quinta a domingo, eu passei três dias,
 2 sem poder dormir.
 3 Quando foi na sexta-feira de manhã,
 4 ele já tinha ligado pra minha mãe,
 5 ele já tinha ido no meu irmão
 6 falar
 7 que o pessoal do tráfico ia
 8 me matar,
 9 porque eu chamei a polícia pra ele,
 10 e que eu não podia sair de casa.

11 Foi a primeira vez
 12 que, realmente, eu achei
 13 que podia morrer.
 14 Quando foi no domingo,
 15 eu peguei,
 16 organizei tudo, documentação médica, alguns pertences
 17 e fui pra delegacia,
 18 pra registrar
 19 que sofri ameaça de morte,
 20 e solicitei abrigo.
 21 E cheguei no abrigo, em 11 de dezembro do ano passado.”

Acima, Karen segue sua argumentação produzindo uma fala sobre a decisão pelo abrigo. A sensação de insegurança é elencada e está presente em todo o trecho. A violência psicológica é pontuada e se faz presente através das ameaças sofridas por Karen – *“o pessoal do tráfico ia me matar”*; *“eu não podia sair de casa”*. As orações 7 até 10 podem ser interpretadas de duas formas. Por um lado evidencia a presença do tráfico deliberando sobre a vida particular, dificultando a busca de ajuda institucionalizada e promovendo a revitimização das mulheres em situação de violência. Por outro, esse pode ter sido argumento retórico (bastante verossímil) do agressor para aterrorizar a mulher. Nas orações 11 até 13, mesmo após tantas violências, a *“sensação de morte”* é, pela primeira vez, elencada e apontada como fator decisório para o abrigo. E, conforme Sagot (2000), a percepção no aumento da violência e o risco de morte, dentre outros, são apontados como fatores facilitadores na busca por ajuda.

Karen:

1 “Eu nem sabia, exatamente,
 2 quanto tempo eu ia ficar.
 3 E, enquanto não acontecia nada,
 4 eu fui ficando.
 5 Porque a Justiça não faz uma comunicação com o abrigo,
 6 do passo a passo, do que tá acontecendo.
 7 O abrigo me trouxe, no dia 31 de janeiro, no Fórum
 8 e não tinha acontecido nada no processo.
 9 Em fevereiro, eu queria sair do abrigo,
 10 porque eu ia voltar pra casa.
 11 Foi quando a Assistente Social e a Psicóloga de lá,
 12 sentaram comigo, num atendimento,
 13 e me perguntaram:

14 “Até onde eu achava
 15 que a minha vida valia alguma coisa pra mim?”
 16 Que eu não conseguia ver,
 17 eu já tava entrando numa fase de uma medição de forças com ele
 18 : “Ele faz isso,
 19 eu vou fazer aquilo!”
 20 Não importava
 21 quanto eu fazia
 22 pra me defender,
 23 pra quem via de fora,
 24 era sempre isso
 25 que aparentava.
 26 E, se eu voltasse pra lá,
 27 ele podia
 28 me matar.
 29 Então, eu pensei,
 30 pensei
 31 e consegui absorver isso,
 32 que elas conseguiram
 33 me passar.
 34 Elas fizeram uma reflexão comigo,
 35 de eu me lembrar desde a primeira vez
 36 que ele me bateu.
 37 E quantas vezes ele me bateu gravemente?
 38 Então, assim, eu conseguia raciocinar,
 39 quantos episódios importantes já tinham tido
 40 que eu sobrevivi.
 41 Como uma vez que ele me pendurou no colo
 42 pra me jogar do quarto.
 43 O quarto da minha casa é no terceiro andar.
 44 Só que, antes, eu não entendia isso.
 45 Eu tava tão acostumada com esse ciclo,
 46 com aquela confusão que a gente acha
 47 que é amor.
 48 De que ele me batia,
 49 mas daqui a pouco ele voltava pra mim,
 50 e eu não conseguia entender
 51 o quanto mal ele me fazia.
 52 O abrigo, pra mim, foi uma grande chance
 53 de voltar a pensar na minha vida, em mim”.

No trecho acima, seguindo a argumentação do trecho anterior, Karen produz uma fala sobre o período de abrigo e o apoio recebido neste período. Produzindo uma fala marcada pela incerteza, Karen chama nossa atenção para a falta de comunicação entre o Judiciário e a Casa Abrigo, que poderia amenizar a ansiedade das mulheres abrigadas. Nas orações 7 e 8, a morosidade das ações do Judiciário é pontuada, a vida

dessa mulher que fica em compasso de espera e com isso, a ansiedade e o “desejo de sair do abrigo” só aumentam.

O trabalho das agentes da Casa Abrigo é elencado, permitindo que Karen reflita sobre o valor de sua vida e reavalie suas ações e decisões. Proporcionando, ainda, reflexão sobre “todos” os episódios violentos que ela viveu e sobreviveu. Em seguida, através do breve resgate e relato de um destes episódios (orações 41, 42 e 43), Karen, novamente, nos dá noção da intensidade e cronicidade da violência vivenciada. Na sequência, o ciclo da violência é, mais uma vez, elencado e, a sucessiva vivência de suas etapas é apontada como “motivo” da naturalização da violência, no caso de Karen. Nas orações 52 e 53, Karen produz uma fala positiva e esperançosa: *“O abrigamento, pra mim, foi uma grande chance de voltar a pensar na minha vida, em mim”*.

Karen:

- 1 “Eu vivi, vítima de violência doméstica, por 15 anos e 8 meses,
- 2 porque quem começou a permissão, na cabeça dele,
- 3 foi eu.”
- 4 Quando eu tentei frear ele,
- 5 quando eu me separei,
- 6 era tarde.
- 7 Ele já tava no hábito”.

No trecho acima, Karen produz uma fala com elementos discursivos que apontam para culpabilização da vítima e legitimação da violência contra a mulher. Nas orações 1 até 3, Karen enfatiza que, para seu ex-companheiro, a culpa da violência era dela, que permitia tais atos que, posteriormente, tornaram-se legítimos e habituais, difíceis de parar – *“... era tarde. Ele já tava no hábito”*.

Karen permaneceu abrigada por 6 meses e, no momento desta entrevista, havia optado pelo desabrigamento há 2 meses. Beneficiária do “Aluguel Social” morava na zona norte do município do Rio de Janeiro, em companhia de sua filha. E, após viver, “vítima” da violência doméstica, por 15 anos e 8 meses e, permanecer abrigada, por 6

meses, Karen não se calou e participa de eventos ou programas onde possa contar sua história para todas e todos.

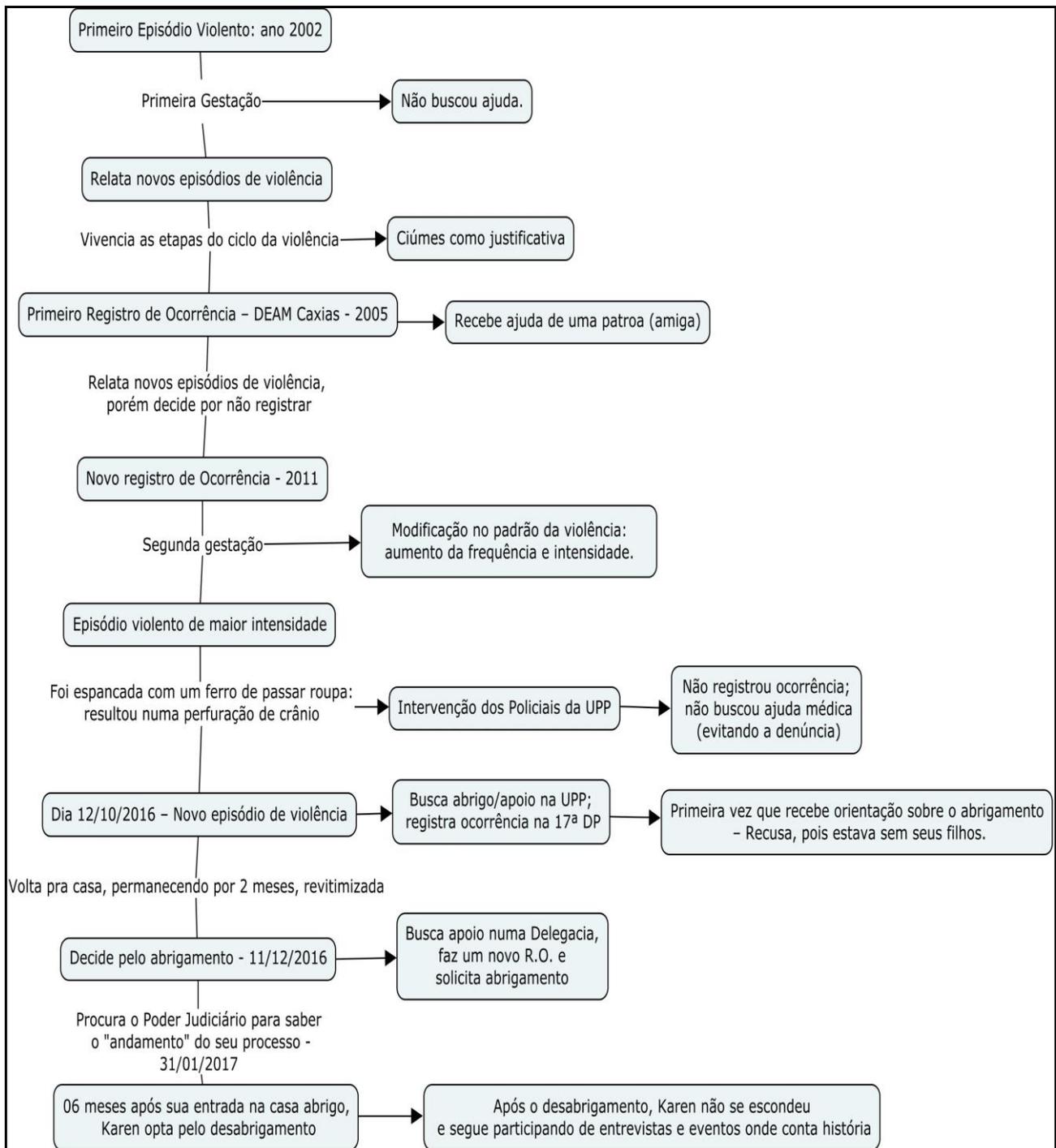


Figura 4 Rota Crítica - Karen⁵¹

⁵¹ Dentre as mulheres entrevistadas, a narrativa de Karen foi a única que apresentou uma sequência cronológica dos eventos narrados, além de mencionar datas dos acontecimentos. Por tal motivo, este é o único diagrama que possui eventos datados.

Stela – é branca, tem 42 anos, é moradora da zona sul do município do Rio de Janeiro. Viveu uma relação de 2 anos e 6 meses com o agressor, com quem teve um filho, com 6 meses de vida no momento da entrevista. É graduada em Engenharia e possui atividade remunerada em sua área de formação. Relata ter sofrido violência física, moral e psicológica.

Stela:

- 1 “E, a primeira vez, foi muito no começo da relação.
- 2 Tipo, com dois meses, três meses, sei lá.
- 3 E, eu fui fazer uma trilha de bicicleta com ele, numa trilha de terra.
- 4 Eu não ando de bicicleta nem na cidade.
- 5 E, eu fui fazer uma trilha de terra,
- 6 pra agradar a pessoa.
- 7 23 km de trilha e eu levei 5 tombos.
- 8 No último tombo, eu virei o pé.
- 9 Ele, simplesmente, me hostilizou de uma forma horrorosa, tipo:
“CARALHO, QUE MERDA!”
- 10 Ele pegou a minha bicicleta, puto,
- 11 e saiu andando.
- 12 E a minha sorte é que, por um acaso,
- 13 a gente já tava no final da trilha.
- 14 Essa foi a minha sorte.
- 15 Porque, se não, eu teria ficado com o pé virado.
- 16 E ai, eu chorei muito,
- 17 chorei muito
- 18 e ele lá pedindo desculpa,
- 19 disse que se desequilibrou
- 20 que perdeu a cabeça,
- 21 mas, que ele, às vezes, é assim,
- 22 passa um pouco da medida,
- 23 mas que foi mal.
- 24 Falei pra ele:
- 25 “Se for
- 26 pra ser assim,
- 27 eu não quero.
- 28 Se foi uma coisa pontual,
- 29 tudo bem, passou.
- 30 A gente segue daqui.”
- 31 Seguiu dai!”

No trecho acima, Stela produz uma fala sobre o primeiro episódio de violência. Na oração 6, Stela segue sua argumentação com uma fala que aponta o início de uma relação de subordinação – “... *pra agradar a pessoa*”. Nas orações 7 e 8, Stela produz uma fala

com elementos que apontam sua fragilidade e vulnerabilidade naquele momento. Em seguida, a violência psicológica, através de xingamentos e insultos, é pontuada, caracterizando o tipo de violência sofrida por Stela. Na oração 12, o emprego da expressão “... *por um acaso*”, transmite a ideia de falta de controle sobre a situação. Na sequência, ao empregar a expressão “*chorei muito*”, repetida por duas vezes, Stela enfatiza sua fragilidade naquele momento. Nas orações 16 até 23, o terceiro estágio do ciclo da violência (fazer as pazes ou “lua de mel”) é elencado, o ex-companheiro de Stela mostra-se “arrependido”, pede desculpas e justifica seu comportamento.

Stela:

1 “E ai, que eu me lembre,
 2 assim, uma outra que foi muito marcante pra mim,
 3 foi uma vez, logo depois,
 4 não foram muitos meses depois, um mês depois e tal.
 5 Vieram uns amigos dele, de fora do Brasil, uns amigos Canadenses.
 6 Ele é muito machista!
 7 E ai, os caras chegaram
 8 e teve um dia
 9 que eu me vi, na casa dos amigos,
 10 porque eles alugaram um apartamento em Ipanema.
 11 E ai, eu fiz uma brincadeira com os caras,
 12 eu nem lembro exatamente
 13 qual foi a brincadeira,
 14 foi uma brincadeira boba.
 15 Tava claro pra todo mundo
 16 que era uma brincadeira.
 17 E, na frente de todo mundo, ele me mandou calar a boca,
 18 me expulsou da casa dos caras.
 19 E, eu falei:
 20 “Cara, você nunca mais vai fazer isso comigo.
 21 Acabou!
 22 Acaba aqui.”
 23 Ele me ligou,
 24 foi pra minha casa,
 25 pediu perdão, “pelo amor de Deus”,
 26 pediu desculpa,
 27 “eu passei do ponto, da medida...”
 28 Eu perdoei
 29 e isso foi se repetindo várias vezes.”

Neste trecho, Stela segue sua argumentação relatando um novo episódio de violência, enfatizando o curto espaço de tempo os episódios. O machismo é elencado e

apontado por Stela como característica do ex-companheiro. Em seguida, Stela descreve um ambiente que transmite a ideia de confraternização entre amigos. Na oração 9, ao empregar a expressão “*eu me vi*”, Stela produz novamente uma fala que denota falta de controle das situações. Nas orações 17 e 18, a violência psicológica é mais uma vez pontuada – “... *ele mandou eu calar a boca, me expulsou da casa dos caras*”. A expressão “*todo mundo*” transmite a ideia de plateia, audiência comprovando seu relato. Nas orações 21 e 22, Stela produz uma fala que transmite a ideia de tentativa de imposição de limite, não aceitando mais tal situação. Em seguida, a terceira fase do ciclo da violência é evocada, possibilitando que tenhamos uma visada sobre a cronicidade da violência. E, nas orações 28 e 29, Stela produz uma fala com elementos discursivos que apontam a banalização da violência contra a mulher.

Stela:

- 1 “Na família dele, todo mundo sempre me enalteceu muito, tipo:
- 2 “Nossa, como ele melhorou muito,
- 3 porque, agora, tem você”.
- 4 E isso foi
- 5 me iludindo.
- 6 Fui pensando assim:
- 7 “Não, se ele melhorou muito,
- 8 ele vai melhorar nessas agressividades, nessa coisa, né.”
- 9 E, junto a isso, veio a questão da minha idade,
- 10 veio a questão
- 11 de que eu já estava com uma menopausa precoce,
- 12 veio a necessidade
- 13 do “eu quero ser mãe”,
- 14 veio
- 15 que ele topou fazer o tratamento de gravidez comigo
- 16 e veio
- 17 que eu fui aceitando toda e qualquer espécie de violência dele.
- 18 Até quando eu descobri que,
- 19 esse tempo de, sei lá, um ano,
- 20 ele já me traía com outra pessoa.
- 21 Um ano ou mais, sei lá.
- 22 Um ano ele me traía.
- 23 Eu fazia um curso, nos finais de semana,
- 24 e ele aproveitava esse curso.
- 25 E ele começou a sair com essa mulher,
- 26 me traiu com essa mulher.
- 27 Ai, eu fui descobrir,

28 quando eu tava fazendo já,
 29 quando eu tava no penúltimo embrião
 30 que eu tinha feito,
 31 eu descobri a traição.
 32 Fiz uma viagem,
 33 quando eu voltei dessa viagem,
 34 ele falou
 35 que tinha terminado
 36 e que se arrependeu de tudo
 37 que fez.
 38 Mais uma vez eu perdoei,
 39 mais uma vez eu fui
 40 e fiz,
 41 peguei o último embrião.
 42 Nesse último embrião, eu engravidei.
 43 Depois que eu engravidei,
 44 descobri
 45 que ele tava com a mulher.
 46 E ele falou:
 47 “Que se dane
 48 se eu tava grávida,
 49 que ele...tô com a mulher”
 50 Que não queria mais nada comigo.”

Neste trecho, Stela segue uma argumentação com elementos discursivos que apontam alguns fatores importantes e decisivos em sua relação. A crença de que a mulher seria capaz de “mudar as atitudes” do homem, que permeia o senso comum, evidenciado pelo discurso “de apoio” familiar – *“Nossa, como ele melhorou muito, porque, agora, tem você”* -, é elencada e apontada como motivo para permanecer na relação – *“E isso foi me iludindo”*. Um conjunto de estereótipos é convocado com grande força ideológica: a mulher com sua doçura feminina conduziria o homem agressivo aos padrões esperados de conduta amorosa e comportamento adequado. Impossível não lembrar o mito da bela e da fera. O uso repetido do verbo “veio” aponta sucessivos fatores (orações 9 até 15) que influenciaram o relacionamento, legitimando e naturalizando a violência – *“... e veio que eu fui aceitando toda e qualquer espécie de violência dele”*, transmitindo a ideia de barganha entre o feminino (mãe) e masculino (violento).

Na sequência, Stela produz uma fala onde a “necessidade de ser mãe” é apontada entre os motivos para permanecer neste relacionamento, evidenciando, acriticamente, a ideia patriarcal de realização do feminino através da maternidade. Uma mulher só se constituiria a partir do ser mãe, e mais, uma boa mãe (REZENDE, 2016). Nas orações 38 e 39, a repetição da expressão “*mais uma vez*” transmite a ideia de cronicidade, caracterizando a vivência do ciclo da violência. Em seguida, produz uma fala sobre o que parece ser a única ação sob seu controle: o uso dos embriões e a gestação. A infidelidade é pontuada, bem como a violência psicológica, ocasionando nova separação. Como discute a literatura, a traição e a agressão, muitas vezes, parecem ser as formas como os homens exercem essa relação de dominação, enfatizando a sua liberdade no exercício da sua sexualidade e não aceitando oposição à mesma, subordinando a mulher a sua conduta (CIZINO DA TRINDADE; DE ALMEIDA; ALVES ROZENDO, 2008).

Stela:

1 “Quando eu fui ter o meu filho,
 2 ele pediu
 3 pra estar comigo no dia do nascimento do meu filho.
 4 Eu permiti.
 5 E, desde então, eu tento ter uma boa relação com ele.
 6 Eu tive uma depressão pós-parto.
 7 Com um mês de o meu filho nascido,
 8 ele tava na minha casa,
 9 porque eu permiti a visitação normal.
 10 Permitia
 11 que ele entrasse lá,
 12 a qualquer horário que quisesse,
 13 na hora que ele quisesse.
 14 Até o dia que eu fui falar pra ele:
 15 “Olha, você...
 16 Isso não é ser pai.
 17 Você pegar
 18 e botar o meu filho, com nem um mês, numa cadeirinha de balanço
 19 e ficar zapeando no celular...”
 20 Ai, ele: “Você é uma idiota,
 21 você é uma imbecil.”
 22 Que eram sempre essas
 23 as agressões usadas.
 24 “Você é uma idiota, uma imbecil.
 25 É por isso

26 que eu tenho uma outra pessoa.
 27 Porque você é uma desequilibrada.”
 28 Nisso começou uma discussão.
 29 Ele levantou,
 30 abriu a porta
 31 pra ir embora.
 32 Eu abri a porta atrás dele.
 33 No que eu abri a porta atrás dele,
 34 ele me deu um tapa na cabeça.
 35 Eu acho
 36 que ele achou
 37 que ia
 38 me intimidar.
 39 Só que, no que ele me deu um tapa na cabeça,
 40 eu revidei,
 41 arranhei a cara dele toda.
 42 Só que eu tava com meu filho no colo.
 43 No que eu tava com meu filho no colo,
 44 ao invés dele pegar,
 45 ir embora,
 46 ele pegou o meu cabelo
 47 e foi
 48 me levando até embaixo⁵², com meu filho no colo.
 49 Ai, meu pai chegou,
 50 me segurou por trás,
 51 me puxou,
 52 fechou a porta.
 53 E eu gritava pra ele:
 54 “Eu vou na delegacia.
 55 Agora acabou!
 56 Eu vou na delegacia,
 57 eu vou na delegacia.
 58 Chega!
 59 Eu não vou ser mais agredida por você.”
 60 Meu pai botou o pé na porta,
 61 não deixou
 62 ele entrar.
 63 E, eu fui pra delegacia.
 64 E foi dai
 65 que surgiu o primeiro B.O.,
 66 que foi o da Maria da Penha”.

O trecho acima possui considerável importância, pois, Stela segue argumentação sobre o momento da busca por ajuda institucionalizada. Stela produz uma fala que aponta o nascimento de seu filho como um momento importante em seu relacionamento. Nas orações de 1 até 4, segue uma argumentação com uma fala empoderada, onde ela permite

⁵² Apontando na direção do chão.

a presença do ex-companheiro no momento do parto e sua participação na vida do seu filho. Afinal, o filho desejado era seu e com sua permissão seria também desse pai. Nas orações 10 até 13, produz uma fala que aponta a dificuldade para estabelecer limites, dando liberdade ao ex-companheiro. Em seguida, a violência psicológica (xingamentos, insultos verbais e humilhação) é evocada, sendo o tipo de violência recorrente nesta relação. Na oração 27, a expressão “*desequilibrada*” atesta contra a sanidade mental de Stela, desqualificando-a para o cuidado de seu filho. Na sequência, a violência física é, pela primeira vez, elencada, caracterizando modificação nos padrões da violência. Nas orações 42 e 43, Stela aponta um “agravante” para a violência – “... *eu tava com meu filho no colo.*”, a presença do filho recém-nascido, não impediu a violência física, contrariando a expectativa de postura protetora do filho. O apoio familiar é, pela primeira vez, pontuado – “*meu pai chegou, me segurou por trás, me puxou, fechou a porta*”. O uso repetido da oração “*eu vou na delegacia*” dá uma visada sobre a porta de entrada, onde a delegacia seria a instituição prioritária, reafirmada nas orações 63 até 66. Na oração 55 - “*Agora acabou!*” -, produz uma fala sobre o fim da relação que, até então, não tinha acabado, tendo a violência física como “ponto final”.

Stela:

- 1 “Eu acho
- 2 que foi a humilhação perante meu pai,
- 3 eu ser agredida daquela forma.
- 4 O meu filho, eu falei:
- 5 “Eu não quero
- 6 que meu filho veja isso.
- 7 Eu não quero
- 8 que meu filho veja
- 9 a mãe dele sendo agredida,
- 10 vendo
- 11 a mãe dele sendo xingada”.
- 12 Não é essa a educação
- 13 que eu tive.
- 14 Eu me senti,
- 15 fazendo uma analogia muito horrorosa,
- 16 mas eu me senti como:
- 17 “a menina do asfalto, que é super bem criada,

- 18 e sobe a favela,
19 pra ter uma relação com um traficante, com um marginal””.

Acima, Stela produz uma fala sobre fatores que impulsionaram a busca pela ajuda institucionalizada. A presença de seu pai e seu filho, no momento da violência física, é apontada como fator impulsor na busca pela ajuda. Nas orações 4 até 11, produz uma fala que remete a ideia de instinto de proteção, evitando que seu filho seja exposto à violência por parceiro íntimo, estimulando a busca por ajuda. Nas orações 17 até 19, Stela segue uma argumentação evocando duas categorias do imaginário sobre o Rio de Janeiro – “favelado” e morador do “asfalto” -, centrais na estratificação social do município e de seus conflitos, evidenciando o distanciamento existente entre estas categorias e suas realidades (SILVA; LEITE, 2007). Ao utilizar as expressões “*A menina do asfalto*” e o “*traficante*”, Stela, metaforicamente, revela que as relações, especialmente as amorosas, entre estes dois “personagens” estão fora das expectativas sociais para as mulheres de sua classe.

Stela:

- 1 “Ah, sinceramente, como eu tava com depressão,
2 eu parecia uma zumbi.
3 Cheguei lá,
4 falei aconteceu isso.
5 Pra mim, era tipo:
6 “Gente, aconteceu de novo!”.
7 Eu com meu filho no colo, todo mundo chocado,
8 com uma criança de menos de um mês no colo, no dia do meu
aniversário, entrando numa delegacia,
9 pra dizer que o pai do meu filho,
10 me agrediu com meu filho no colo.
11 Nem chorar,
12 eu chorei.
13 Eu fiquei abismada,
14 porque foi ali
15 que eu descobri
16 que ele tinha 08 B.O.’s., além do meu...”

No trecho acima, Stela segue a argumentação sobre a ajuda institucionalizada, relatando o atendimento na delegacia. Enfatizando sua condição emocional – “... *como eu*

tava com depressão, eu parecia um zumbi.” – onde o emprego da metáfora “zumbi”, remete a pouca atenção, sem emoção, expressão. A oração 6 produz uma fala que aponta a revitimização e reincidência da violência, tendo como audiência os agentes da DEAM. Nas orações 7 até 10, usa a seu favor os sentidos socialmente construídos de “pai protetor” x “homem violento” (que nada respeita), onde a presença do filho recém-nascido no momento da agressão é, mais uma vez, elencada, tornando-se “agravante” para a violência. Nas orações 13 até 16, Stela produz uma fala com elementos que apontam a reincidência do ex-companheiro – “... *foi ali que eu descobri que ele tinha 08 B.O.’s, além do meu...*”, demonstrando seu comportamento agressor consistente e repetitivo.

Stela:

- 1 “Eu fui na delegacia.
- 2 Na delegacia, eles já fizeram toda a parte de medida protetiva.
- 3 E eu só fui chamada aqui⁵³,
- 4 pra falar com a psicóloga.
- 5 Só que, como agora, tá ficando mais agressivo,
- 6 eles tão querendo tirar meu filho da minha casa,
- 7 sem comunicar comigo.
- 8 Tá ficando uma coisa muito, muito...
- 9 Tá me apavorando muito,
- 10 o que pode acontecer.
- 11 Eu acho
- 12 que as coisas podem ficar muito grave,
- 13 então, eu resolvi,
- 14 até por orientação do meu advogado, fazer outro B.O.,
- 15 de outra violência, pedir mais uma medida protetiva,
- 16 pra gente ter um pouco de respiro nessa situação toda.
- 17 E eu vou conversar com ele,
- 18 pra gente começar um processo, logo, de guarda, visitação, etc.
- 19 Porque eu acho
- 20 que tá muito temeroso”.

Neste trecho, Stela produz uma argumentação onde aponta as instituições das quais recebeu apoio. A delegacia foi a instituição priorizada na busca por ajuda, conforme dito anteriormente. Na oração 3, o JVD FM, local onde foi realizada a entrevista, é elencado por Stela como parte de sua rota. Nas orações 6 e 7, produz uma fala sobre perda de

⁵³ 1º JVD FM, local da entrevista.

controle da situação, onde “eles” (ex-companheiro e a família dele) tentam se apropriar do filho dela, na casa dela. A mudança nos padrões da violência, com aumento da agressividade e novas formas de abuso, são elencadas e apontadas por Stela como motivos do seu retorno ao JVDPM, bem como, do retorno à delegacia e solicitação de nova medida protetiva, porque a anterior não tem sido eficaz, conforme orientação de seu advogado.

A entrevista de Stela aconteceu após o atendimento da equipe multiprofissional do 1º JVDPM, mencionado acima. Naquele momento, ela estava separada do agressor, permanecia morando com seu filho, na mesma residência mencionada durante a entrevista.

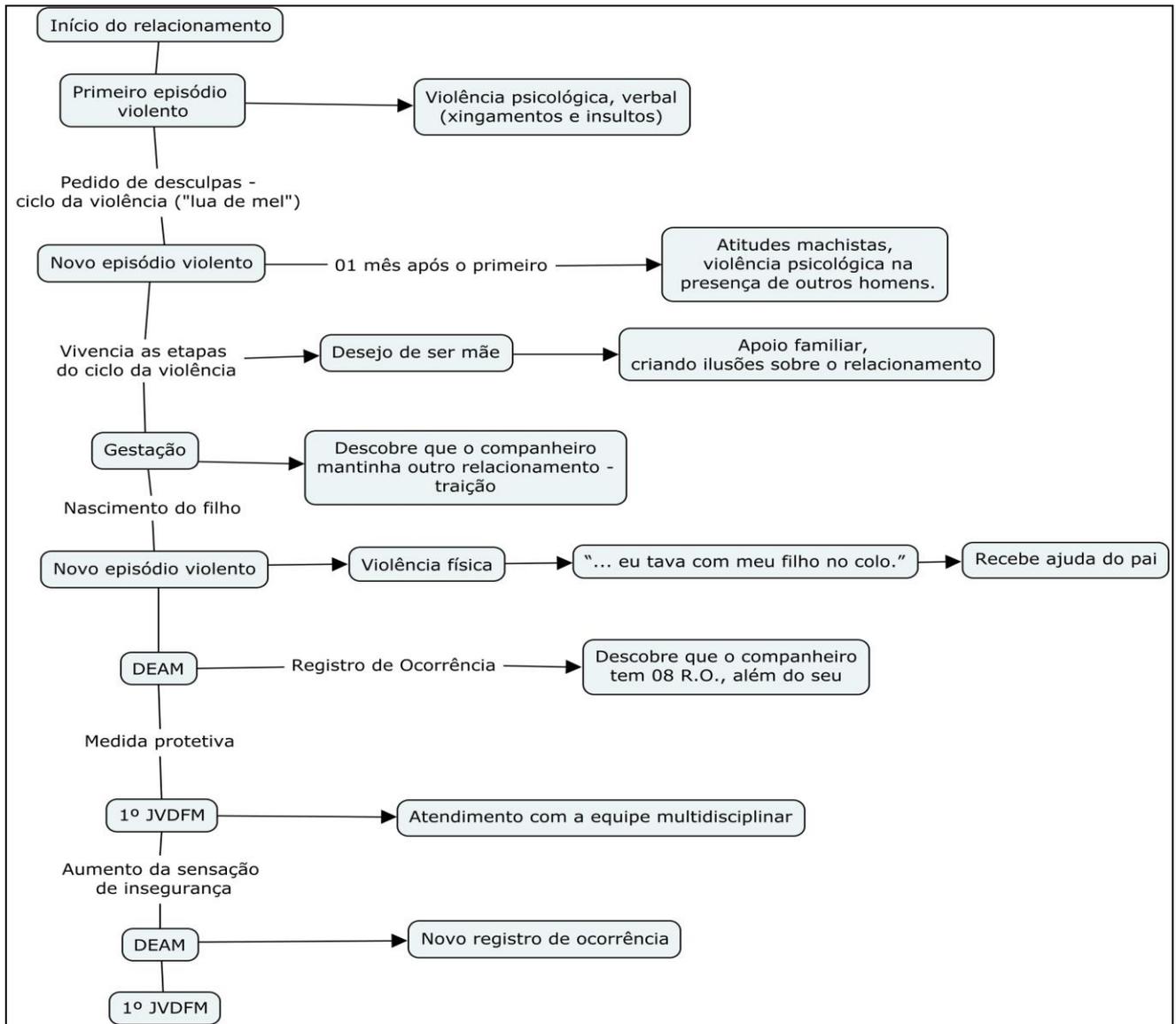


Figura 5 Rota Crítica - Stela

Montserrat – é negra, tem 37 anos, é moradora da zona norte do município do Rio de Janeiro. Viveu um relacionamento de 8 anos com o agressor, não tiveram filhos. É graduada em Serviço Social e possui atividade remunerada em sua área de formação.

Relata ter sofrido violência psicológica.

Montserrat:

1 “Eu entendi
 2 que eu fui violentada no momento em que o meu ex-companheiro...
 3 É... Na verdade, foi uma violência psicológica.
 4 Eu me separei dele
 5 e quando eu fui em casa,
 6 buscar algumas coisas que me pertencia,
 7 eu não queria encontra-lo em casa.
 8 Porque tava muito recente,
 9 eu não queria contato com ele.
 10 Esperei
 11 ele sair.
 12 Fui até em casa,
 13 buscar...
 14 E aí, quando ele percebeu
 15 que eu tinha pego algumas coisas,
 16 eu não peguei tudo.
 17 Peguei algumas coisas, coisas materiais.
 18 Ele foi na casa da minha mãe.
 19 E, na casa da minha mãe, estava eu, uma amiga, o meu tio idoso,
 minha mãe idosa.
 20 E ele foi
 21 e ameaçou.
 22 Falou pro meu tio
 23 que ia meter a mão nas coisas
 24 e ia pegar.
 25 Porque não tinha ninguém
 26 que pudesse contê-lo,
 27 pelo fato dele ser um homem jovem
 28 e só tinha mulheres e um idoso.
 29 Pegou minha televisão,
 30 que eu tinha comprado.
 31 Porque ele deu tipo 20 % do valor da televisão
 32 e eu paguei 80%.
 33 Então, a televisão era minha.
 34 Ai, ele falou assim:
 35 “Tô levando a televisão.
 36 E amanhã tô voltando
 37 pra pegar a geladeira!
 38 E quero ver
 39 quem vai fazer alguma coisa

40 pra eu não pegar”.

No trecho acima, Montserrat inicia uma argumentação sobre o momento em que identifica a violência em seu relacionamento. Produzindo uma fala hesitosa – “*É... Na verdade, foi uma violência psicológica.*” (orações 1 até 4), Montserrat invoca conhecimentos de sua área de formação (assistente social), reconhecendo a situação vivida como violência psicológica. Enfatizando o término do relacionamento e produzindo uma fala sobre demarcação de limites, nas orações 4 até 7, relata o momento em que resgata alguns pertences, sem conhecimento do ex-companheiro, o que teria sido o “motivo” da violência. Na oração 17, produz uma fala evasiva, não definindo o que pegou. Nas orações 31 até 33, Montserrat produz uma fala sobre divisão de bens, relacionando o valor gasto para compra, e segundo seu entendimento a TV seria propriedade dela, pois ela pagou a maior parte. Em seguida, as violências psicológica e patrimonial são elencadas, caracterizando os tipos de violência sofridas por Montserrat, visto que seu ex-companheiro desejava reaver os pertences (televisão e geladeira) que foram retirados da casa, seguindo com ameaça à Montserrat e seus familiares, fisicamente vulneráveis. Nas orações 22 até 26 e 36 até 40, produz uma fala sobre delimitação de poder, ameaça e dominação, atitudes do ex-companheiro ao perceber a vulnerabilidade de Montserrat, seus familiares e sua amiga.

Montserrat:

- 1 “Bom, fui à delegacia.
- 2 Eu fui com uma amiga, numa delegacia normal, de bairro, né.
- 3 A 21ª DP, próximo à minha casa e chegando lá,
- 4 o investigador me chamou,
- 5 pra ir pra fora da delegacia.
- 6 Foi uma experiência horrível,
- 7 eu chorava muito.
- 8 E aí, o investigador me levou pra fora da delegacia
- 9 e falou:
- 10 “Olha,
- 11 deixa isso pra lá.
- 12 Porque as mulheres quando se separam,
- 13 elas gostam

- 14 de arrumar confusão.
 15 Eu já tive um caso parecido.
 16 Acho melhor
 17 você não fazer isso.
 18 Você vai prejudicar o rapaz!”
 19 E aí, eu fui na delegacia da mulher.
 20 Peguei um transporte
 21 e fui lá pro Centro do município.
 22 Fui na DEAM.
 23 Chegando na DEAM,
 24 eu tive uma outra recepção.
 25 Na verdade, eu me senti acolhida,
 26 fui atendida por dois homens!”

No trecho acima, Montserrat produz uma fala sobre a ajuda institucionalizada. Enfatizando sua fragilidade emocional – “... *eu chorava muito.*” – Montserrat afirma que o primeiro lugar onde procurou por ajuda foi uma “*delegacia comum*” e qualifica o atendimento recebido como “*uma experiência horrível*”. Nas orações 3 até 5, descrevendo o atendimento recebido pelo agente que a recebeu na Delegacia Geral, aponta para uma atitude ilegal, que deve acontecer fora da delegacia (oração 8) para não ter testemunhas e permanecer invisível. Em seguida, reproduz uma fala do agente como representante dos homens e não representante da Lei, uma vez que ele se coloca no lugar do agressor e o defende, culpabilizando a vítima (oração 18). Demonstrando que, mesmo com o trabalho realizado pelas DEAMs, os agentes de Polícia Civil (das delegacias gerais) reproduzem e perpetuam comportamentos machistas durante o atendimento das mulheres “vítimas” de VPI, evidenciando a falta de capacitação dos agentes. Nas orações seguintes, Montserrat segue sua argumentação produzindo uma fala onde compara o atendimento recebido na Delegacia Geral e na DEAM, onde, persistindo, procurou por ajuda especializada. Na DEAM, afirma ter sido acolhida, recebendo atendimento qualificado, o que independe do gênero do agente.

Montserrat:

1. “Pelo fato dele não ter falado
2. em me bater,
3. ou me matar.
4. Só que ia pegar uma coisa, um bem material,

5. o investigador que me acolheu
6. teve dúvidas se aquilo dali, realmente,
7. caberia um R.O.
8. E ai, ele foi,
9. perguntou ao colega dele, ao lado.
10. O colega dele é advogado,
11. é investigador e formado em direito,
12. falou:
13. “Olha,
14. faz um R.O.,
15. que depois a delegada vai ver se cabe ou não!
16. Porque, realmente, eu também não sei.”
17. E, assim, a gente fez.
18. Ele fez o R.O.,
19. teve aquela coisa.
20. Esqueci como se chama,
21. de ter
22. que ficar tantos metros de distância,
23. a gente fez isso”.

No trecho acima, Montserrat produz uma fala sobre a complexidade existente na qualificação da violência contra a mulher. Elencando condições agravantes para a violência contra a mulher – “*em me bater ou me matar*”, Montserrat aponta a dificuldade dos agentes em reconhecer as violências patrimonial e psicológica como violência contra a mulher. Em seguida, enfatiza que foi acolhida, sua denúncia foi registrada e demais procedimentos foram adotados, mesmo havendo dúvidas na identificação e qualificação dos tipos de violência.

Montserrat:

- 1 “Passaram, mais ou menos, de 5 a 7 dias
- 2 e o meu ex-companheiro entrou em contato comigo,
- 3 falando:
- 4 “Olha,
- 5 a delegacia entrou em contato comigo,
- 6 falando
- 7 que eu preciso ir lá!
- 8 Você vai
- 9 me prejudicar, por conta do meu trabalho.
- 10 E eu não posso.
- 11 Eu nunca fui envolvido com nada!
- 12 Eu tô apavorado!”
- 13 Ai, ele pegou a televisão
- 14 e levou na minha casa.
- 15 E falou assim pra mim:

16 “Eu vou
 17 te devolver a televisão.
 18 A geladeira eu não peguei.
 19 E, vou
 20 te pedir um favor.
 21 Tem
 22 como você tirar a queixa?”
 23 E ai, eu fiz como todas essas mulheres
 24 que a gente vê por ai.
 25 Eu não voltei pra ele.
 26 Mas, eu também não queria prejudica-lo.
 27 Ele nunca me ameaçou.
 28 Eu não queria ter feito aquilo.
 29 Mas, não me arrependo
 30 E fiz.
 31 E, não me arrependo
 32 de ter retirado.
 33 E, quando eu ouço falar sobre as mulheres
 34 que os homens são violentos,
 35 que elas vão lá
 36 e retiram a queixa,
 37 eu me vejo”.

Neste trecho, Montserrat segue uma argumentação onde relata o momento, após o registro de ocorrência, em que o ex-companheiro a procura e, pensando somente nas consequências que o afetariam, propondo uma troca – *“Eu vou te devolver a televisão... Tem como você tirar a queixa?”*. Nas orações 8 e 9, produz uma fala que aponta a culpabilização, transferência de responsabilidades, onde ela seria a culpa por prejudica-lo. Na oração 12, produz uma fala sobre a intervenção de uma autoridade maior, que o deixou *“apavorado”*. Nas orações 19 e 20, percebemos a mudança no discurso do ex-companheiro que, antes, era um discurso autoritário e, agora, mostra-se subalterno, fazendo um pedido. Montserrat afirma ter retirado à queixa contra seu ex-companheiro, pois *“não queria prejudica-lo”* e por este ter sido o único episódio de violência. Em seguida, Montserrat produz uma fala auto depreciativa – *“eu fiz como todas essas mulheres que a gente vê por ai”*, ao se comparar com outras mulheres em situação de violência que retiraram a denuncia de violência. Com emprego repetitivo do verbo *“arrepender”*, Montserrat reafirma a certeza sobre a decisão, mesmo que contraditória.

De acordo com Brandão (2006), dentre as mulheres que se dirigem à DEAM convictas da denúncia e da necessidade de punição aos agressores, poucas se manifestam favoráveis à prisão do acusado. A maioria afirma querer somente “dar um susto”, “uma prensinha nele”, “um castigo”, “chamar para conversar”, “que ele me dê sossego”, “que ele me deixe em paz”, “que ele saia de casa” ou permanecer na própria casa, já que “ele quer que eu saia de casa”.

A denúncia da situação abusiva à polícia, que geralmente ocorre logo após o episódio agudo, tem função específica de interromper momentaneamente o ciclo da violência, introduzindo uma autoridade externa que contribui para modificar a correlação de forças no contexto familiar (BRANDÃO, 2006). Saffioti (1999), a partir de um levantamento de 178 denúncias feitas na Delegacia de Defesa da Mulher (SP), mostra que 70% dos casos foram arquivados por desistência da vítima em prosseguir com o processo, 21% dos acusados foram absolvidos, e somente 2% dos casos chegaram à condenação (FALCKE et al., 2009).

De acordo com Falcke et al. (2009), a ambiguidade no tocante à punição legal do acusado é uma característica marcante nas queixas femininas apresentadas à DEAM. De modo geral, as mulheres justificam sua denúncia pelo receio de novas agressões ou ameaças, pelo imperativo de ter que fazer alguma coisa, pela disputa da casa durante o processo de separação ou para procurar seus direitos (BRANDÃO, 2006). O alto índice de desejo de retirada da queixa é interpretado pelos policiais como resultado de submissão excessiva ou de descrédito da postura feminina. Entretanto, as mulheres que retiram a queixa não reconhecem sua atitude como um ato contraditório à denúncia. Ao contrário, atribuem-lhe um sentido positivo que indica certo êxito na negociação com o acusado, seja em relação ao objetivo de reordenação do contexto familiar ou de viabilização da separação conjugal. Em alguns casos, também foi identificada a

suspensão relacionada a um mal-estar da vítima com a denúncia realizada, por ter sido uma decisão precipitada (FALCKE et al., 2009).

Montserrat:

1 “Eu fui lá,
 2 pra retirar a queixa,
 3 e a investigadora falou assim:
 4 “Olha,
 5 não tem como!
 6 Não tem como
 7 retirar!”
 8 E ai, depois de um tempo, mais ou menos dois meses, eu recebi um
 comunicado
 9 que aquilo dali ia ser arquivado.
 10 Porque a delegada não tinha entendido como ameaça.
 11 Porque eu entendi como uma violência,
 12 porque eu fui ameaçada a partir do momento
 13 que ele falou:
 14 “Quero ver
 15 quem é
 16 que vai
 17 me impedir?”
 18 Porque só tinha na casa pessoas mais fracas que ele,
 19 ele era mais forte.
 20 Então, eu entendi isso como ameaça.
 21 Mas, os policiais não entenderam isso como ameaça.
 22 Tanto que, na hora de fazer o R.O.,
 23 eles me acolheram diferentemente da delegacia normal,
 24 eles ficaram com duvida,
 25 mas, fizeram.
 26 Porque eles são muito acolhedores.
 27 Pelo menos aquele atendimento que tive,
 28 eles foram muito acolhedores.”

No trecho acima, Montserrat segue uma argumentação sobre sua tentativa de retirada da queixa. Novamente, Montserrat produz uma fala com elementos discursivos sobre a complexidade para reconhecimento e qualificação dos tipos de violência contra a mulher e afirma que sua tentativa de “retirar” da queixa foi negada. Em seguida, enfatiza que houve arquivamento de sua denúncia, pois, a delegada responsável não considerou os atos relatados como violência, assim como os agentes que a acolheram, no momento da denúncia. Na sequência, produz uma argumentação justificando seu entendimento sobre violência e o motivo de procurar apoio policial.

A Lei Maria da Penha, em seu Art. 16⁵⁴, estabelece que a retratação⁵⁵ à representação somente será admissível perante o juiz, em audiência designada para isso. Com isso, as retratações feitas em Delegacias não terão qualquer efeito. No caso da mulher não comparecer em juízo, cabe ao Ministério Público dar continuidade ao processo penal. A retratação em juízo tem como objetivo verificar se a mulher está sofrendo algum tipo de pressão, tendo em vista que sua decisão deve ser voluntária e espontânea. Além disso, assegura que a mulher em situação de violência terá um contato pessoal com o Juiz e o Ministério Público que poderão conscientizar a vítima sobre a necessidade de levar o processo adiante, especialmente para possibilitar ao agressor ou à mulher submissão a acompanhamento multidisciplinar, como instrumento de prevenção a futuras agressões (ALMEIDA, 2010).

No momento desta entrevista, dois anos após este episódio, Montserrat permanecia separada de seu agressor e vivia com seus familiares (mãe e tio).

⁵⁴ “Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta lei, só será admitida a renúncia perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público” (BRASIL, 2014, p. 15).

⁵⁵ De acordo com Almeida (2010), “a renúncia significa abdicação do exercício de um direito, porém, o legislador utiliza a terminologia retratação da representação para referir-se ao ato da vítima (ou de seu representante legal) reconsiderar o pedido-autorização antes externado (pois não se renúncia um direito já exercido)”.

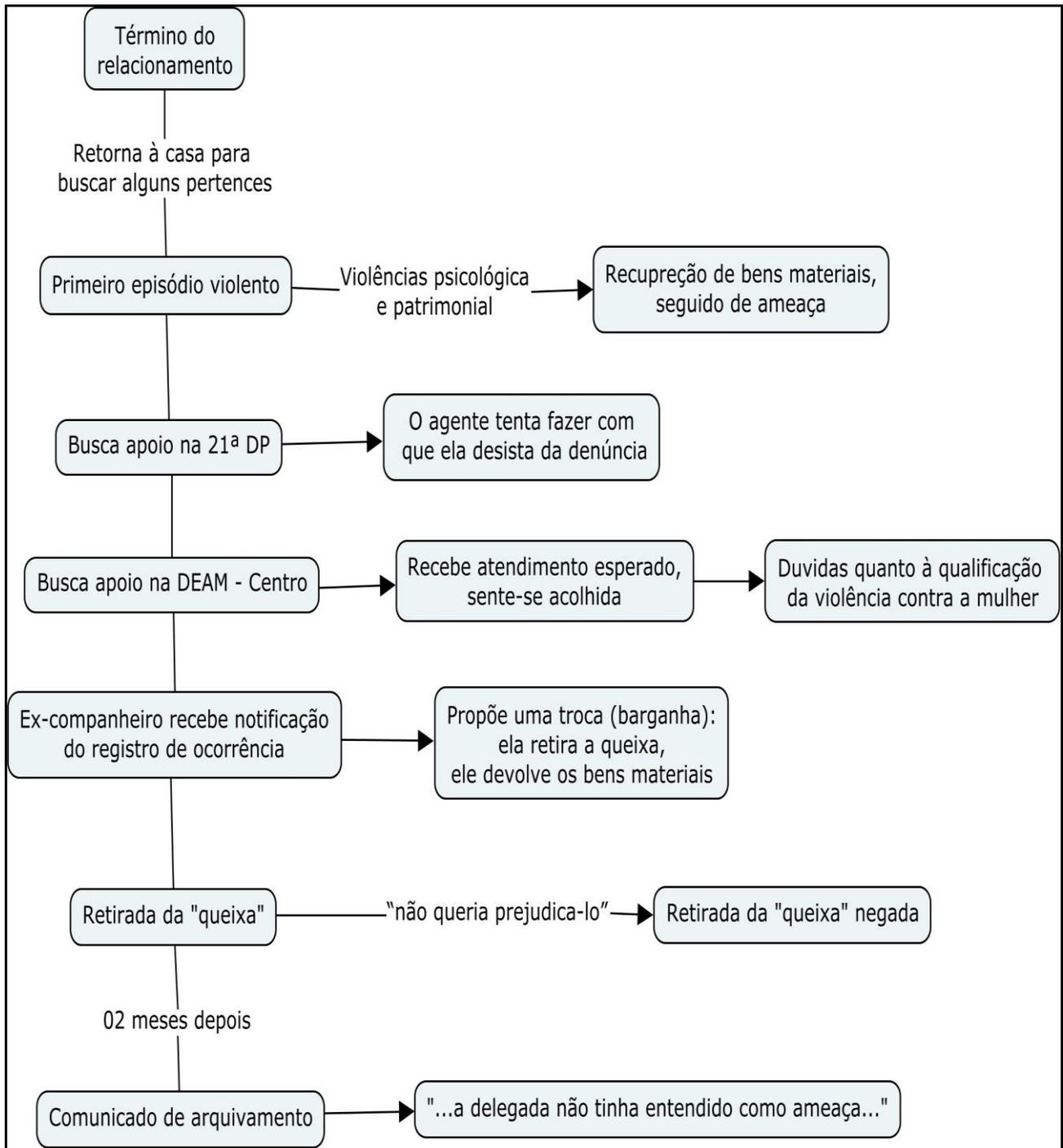


Figura 6 Rota Crítica - Montserrat

Suely⁵⁶ – é branca, tem 32 anos, é moradora de uma favelada zona norte do município do Rio de Janeiro. Viveu um relacionamento de 11 anos com o agressor, com quem teve 3 filhos. Possui ensino médio e atividade remunerada (técnica em enfermagem). Relata ter sofrido violência física.

Suely:

- 1 “Eu sofri essa agressão, a partir de um momento
- 2 que ele me viu num barzinho,
- 3 bebendo com uma amiga.
- 4 Eu morava junto com ele,
- 5 mas já estava separado.
- 6 Ele chegou em casa
- 7 me agredindo,
- 8 me batendo.
- 9 E isso tudo aconteceu na frente das crianças.
- 10 Ele me xingou bastante
- 11 e falou
- 12 que era
- 13 pra ir embora da casa dele.
- 14 Eu falei
- 15 que não iria,
- 16 que a casa era das crianças.
- 17 Ai, eu fui,
- 18 eu moro numa comunidade,
- 19 eu fui na U.P.P.
- 20 Ai lá, eu encontrei dois policiais,
- 21 que retornaram comigo até minha residência.
- 22 Chamaram ele
- 23 pra conversar”.

No trecho acima, Suely inicia seu relato com uma argumentação sobre o que seria o primeiro episódio de violência, reconhecido por ela, e a busca por ajuda institucionalizada. O ciúme é, implicitamente, elencado como “justificativa” para a violência – “... *eu sofri essa agressão a partir do momento que ele me viu num barzinho, bebendo com uma amiga*”. As orações 1 até 3, transmitem uma ideia machista, em que bar não é lugar de mulher. Em seguida, enfatiza que o casal já estava separado, porém, moravam juntos. A oração 6 - “*ele chegou em casa*” - remete a ideia de demarcação de

⁵⁶ Esta participante terminou a entrevista muito emocionada, apresentando um discurso carregado de culpa. Foi necessária intervenção da Doutoranda Roberta Flach, realizando um “atendimento social”.

território, propriedade privada, espaço onde ninguém o impediria ou o contrariaria, visto que ele é “o homem da casa”. A reação violenta do ex-companheiro de Suely pode ser compreendida como uma tentativa de reaver o controle sobre sua esposa, uma vez que o casal estava recém-separado, reafirmando sua identidade masculina através da violência (BLAY, 2001; CORTEZ; SOUZA, 2008; OLIVEIRA; SANTOS, 2014). As violências física e psicológica (verbal) são convocadas – “... *me agredindo, me batendo...*”; “*Ele me xingou bastante...*”, caracterizando os tipos de violência sofridas por Suely. Em seguida, produz uma fala sobre a disputa da casa, do espaço de convivência. Nas orações seguintes, Suely produz uma fala sobre a busca por ajuda institucionalizada, recorrendo à Unidade de Polícia Pacificadora instalada na favela onde mora, onde foi acolhida pelos policiais que, através de uma ação de aconselhamento entre homens, interviram na situação.

Suely:

- 1 “Eu fui abrir o boletim de ocorrência,
- 2 depois fui fazer o laudo.
- 3 Ai, ele ficou detido algumas horas.
- 4 E ai, ocorreu todo esse processo.
- 5 Isso tudo aconteceu em março.
- 6 A gente tá separado até hoje.
- 7 De março até aqui, já teve a audiência,
- 8 foi semana passada a audiência.
- 9 Eu fui à delegacia de São Cristóvão”.

Nas orações 1 até 3, Suely segue uma argumentação apontando procedimentos realizados a partir da busca por ajuda, dando uma ideia de processualidade entre estas ações, iniciada com o registro de ocorrência, posterior encaminhamento para os exames necessários (laudo) e a detenção temporária do agressor. O uso do pronome na primeira pessoa “eu”, transmite a ideia de empoderamento, onde ela é o agente que realiza as ações das orações 1 e 2. Na oração 4, ao utilizar a expressão “*todo esse processo*”, Suely ratifica a ideia de processualidade, transmitida nas orações anteriores, e aponta para a audiência (oração 7), incluindo-a neste mesmo processo. Na oração 9, Suely afirma que a

denúncia foi registrada numa delegacia geral, mostrando que as mulheres em situação de violência podem e devem buscar ajuda em todas as delegacias e não somente nas DEAMs.

Suely:

- 1 “Não posso
- 2 nem explicar,
- 3 porque foi a primeira vez
- 4 que eu passei por uma delegacia.
- 5 Demorou muito.
- 6 Eu cheguei lá,
- 7 era nove horas da noite.
- 8 Eu só fui sair de lá
- 9 era seis horas da manhã.
- 10 Demorou muito”.

Neste trecho, Suely produz uma fala com elementos discursivos sobre o atendimento recebido na delegacia. Sendo esta a primeira vez que vai a uma delegacia, não possui “parâmetros” para comparação. Suely não qualifica o atendimento recebido, porém nas orações 5 e 10, enfatiza que seu atendimento “*demorou muito*”.

Suely:

- 1 “Esse foi o primeiro
- 2 que eu tive o impulso
- 3 de procurar ajuda né.
- 4 Já ocorreram outras,
- 5 mas eu acho
- 6 que você se submete a isso,
- 7 eu acho
- 8 que é
- 9 porque eu gostava muito do meu parceiro.
- 10 Eu mesma me pergunto:
- 11 “Como que eu me submeti
- 12 a aceitar isso?””

No trecho acima, Suely produz uma fala onde reconhece que este não foi o primeiro episódio de violência. Afirmando ser este o primeiro episódio em que teve o “*impulso de procurar ajuda*”, nos dá uma visada sobre a dificuldade das mulheres em identificar os atos violentos presentes em sua relação. Em seguida, o sentimento pelo companheiro é elencado como “motivo” para o não reconhecimento da violência. Nas orações 6 e 11, a

submissão é invocada, transmitindo a ideia de supremacia masculina como geradora de sofrimento. A naturalização do poder masculino sobre o corpo e as escolhas da mulher, fruto dos estereótipos culturais, tem servido para legitimar a prática da violência doméstica. Reconhecer e aceitar, sem reflexões ou críticas, as atitudes autoritárias do homem, como manifestações violentas de ciúme, desconformidade com a separação e com a denúncia policial, constitui estímulo à perpetuação da violência (LOURENÇO RIBEIRO et al., 2009; CARVALHO et al., 2010; ACOSTA et al., 2015).

Suely:

- 1 “A partir do momento que eu me senti vulnerável.
- 2 Aceitar.
- 3 Acho que, também, um pouco de culpa minha.
- 4 Acho que não tinha PULSO
- 5 pra correr atrás de ajuda.
- 6 Me fortaleci com aquele episódio
- 7 e fui atrás de ajuda”

No trecho acima, Suely produz uma fala sobre a complexidade existente entre a “busca por ajuda” e a permanência numa relação abusiva. A vulnerabilidade é elencada como elemento decisivo para a busca por ajuda. Em seguida, Suely produz uma fala auto culpabilizadora, responsabilizando-se pela situação que vivenciava – *“Acho que, também, um pouco de culpa minha.”*, admitindo não ter *“pulso”* para *“correr atrás de ajuda”*. Essa oração possibilita que tenhamos uma noção do impacto que os discursos baseados nos estereótipos de gênero exercem sobre as mulheres, e sobre a sociedade em geral, culpabilizando as “vítimas”, legitimando a violência contra a mulher. Na sequência, Suely produz uma fala que evidencia o seu fortalecimento, naquele episódio, levando a procurar apoio.

No momento da entrevista, Suely permanecia separada do ex-companheiro, morava em companhia de seus filhos. Esta entrevista se deu nas dependências do 1º JVDPM, após atendimento da equipe multidisciplinar.

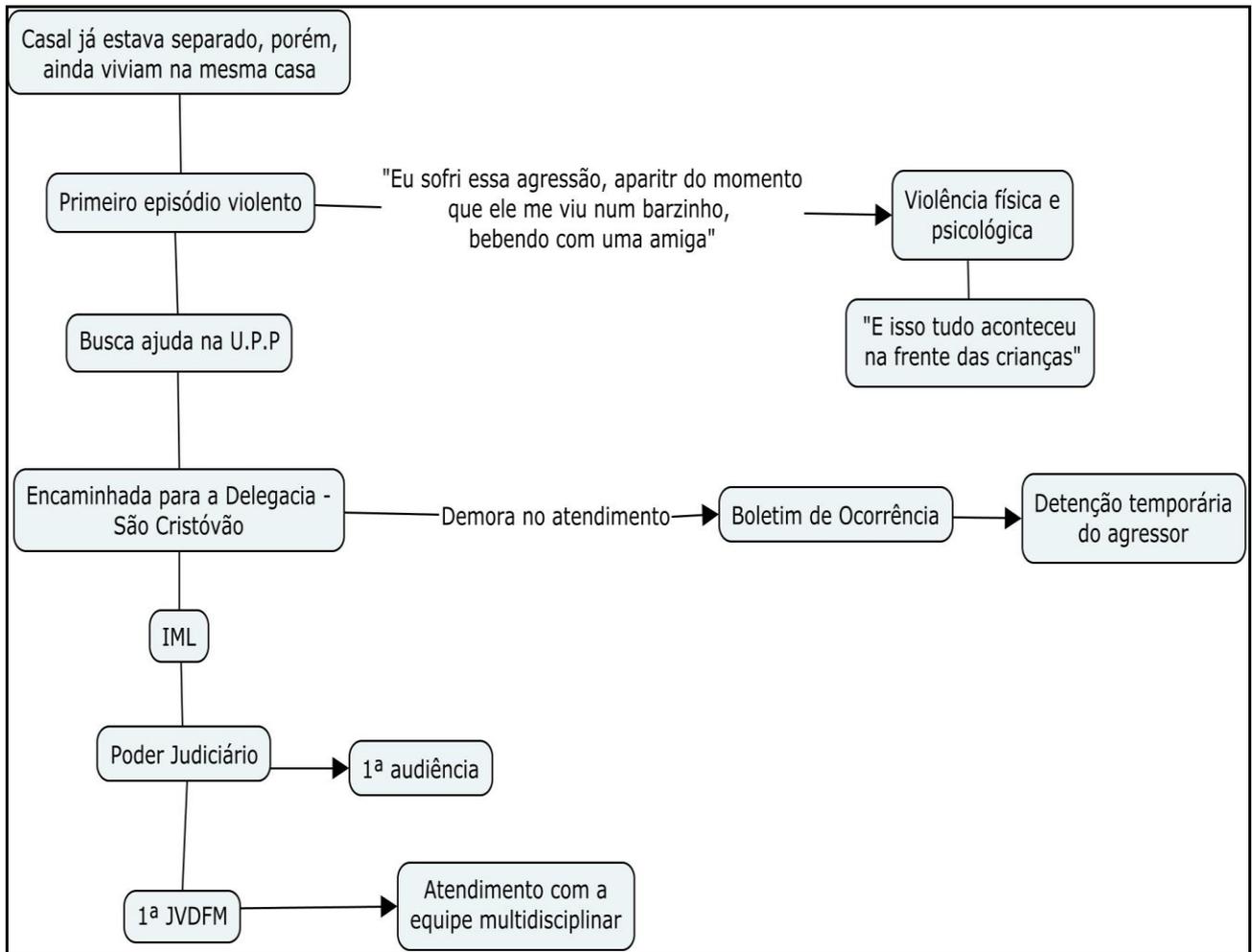


Figura 7 Rota Crítica - Suely

Adriana - é negra, tem 51 anos, é moradora de uma favela na zona norte do município do Rio de Janeiro. Viveu um relacionamento de 5 anos com a agressora, não tem filhos. Possui ensino médio, exerce atividade remunerada (auxiliar de serviços gerais). Relata ter sofrido violência psicológica.

Adriana:

- 1 “Tive um relacionamento homoafetivo.
- 2 E, no começo, até foi legal,
- 3 existia sentimento.
- 4 Mas, com o passar do tempo,
- 5 ela se mostrou uma pessoa com problema com bebida
- 6 e, além da bebida, tinha droga.
- 7 Então, isso me machucou demais,
- 8 me magoou demais.
- 9 E o sentimento que eu tinha por ela, por esse problema,
- 10 foi
- 11 diminuindo,
- 12 diminuindo,
- 13 diminuindo.
- 14 Até que ficou insustentável, o convívio.”

No trecho acima, Adriana inicia seu relato caracterizando início do seu relacionamento. Na oração 1, a homoafetividade é elencada, dando visibilidade a VPI em relações homoafetivas. Em seguida, o consumo de drogas (lícitas e ilícitas) é pontuado como fator dificultador para a relação – “... *ela se mostrou uma pessoa com problema com bebida e, além da bebida, tinha droga*”. Evidenciado com o emprego da expressão – “*Então, isso me machucou demais, me magoou demais*”. De acordo com Day et al. (2003), a incidência de violência doméstica tem sido considerada maior em abusadores de substâncias psicoativas na maioria das sociedades e culturas e presente nos diferentes grupos econômicos. Desempenha um papel desencadeante de atos violentos pela ação desinibidora da censura, assumindo o agressor, condutas socialmente reprováveis. O emprego do gerúndio “*diminuindo*” transmite a ideia de uma ação processual, que se deu com o passar do tempo e a repetição do verbo (repetido 3 vezes).

No Brasil, a violência por parceiro íntimo nas relações homoafetivas entre mulheres é pouco documentada. Avena (2010) atribui a dificuldade de realizar um levantamento destes dados aos seguintes fatores: 1) não existem dados confiáveis sobre o número da população homossexual; 2) crença de que este tipo de violência só aconteça entre casais heterossexuais, onde o homem é sempre o agressor. A autora afirma, ainda, que a questão tende a sair da esfera do desconhecido, ao se desfazer dois mitos: o estereótipo de socialização da mulher (“naturalmente”, elas são não violentas) e a visão idílica das relações lesbianas (seriam relações entre iguais, fora de toda forma de poder). A VPI em casais homoafetivos tem sido tema de interesse de alguns pesquisadores, sobretudo em função de novas configurações sociais e familiares (SANTOS, 2012; CEZARIO et al., 2015; MOREIRA; CECCARELLI, 2016).

De acordo com Moreira & Ceccarelli (2016), as mulheres homossexuais, assim como as mulheres heterossexuais, tendem a negar a existência da violência. Elas raramente procuram ajuda por receio da revelação de sua sexualidade e situação. Desta forma, evitam procurar ajuda institucionalizada por medo do preconceito e discriminação. O preconceito torna-se uma barreira, dificultando o acesso das “vítimas” homossexuais aos serviços da Rede de Atendimento. Estes autores afirmam, ainda, que sem campanhas de informação adequadas e imagens positivas de relacionamentos homossexuais, aliados ao silêncio da sociedade, em discutir a temática, muitas vítimas acabam por não reconhecer seus relacionamentos como agressivos e não buscam ajuda devida.

Adriana:

- 1 “Chegamos
- 2 a nos casar.
- 3 E depois do casamento, piorou.
- 4 Piorou,
- 5 porque ela se sentiu segura
- 6 – “Agora eu tô casada,
- 7 não tem como
- 8 ela me deixar mais!”
- 9 Ai que piorou a situação.

10 Ela passava noites fora de casa,
 11 chegava agressiva
 12 e tinha ameaças.
 13 Nunca houve agressão.
 14 Porque eu SEMPRE, antes que acontecia o pior,
 15 eu saía de casa.
 16 Preferia sair,
 17 ia pra casa da minha irmã,
 18 que mora perto”.

No trecho acima, Adriana segue uma argumentação que permite observarmos que a ex-companheira adota o modelo conservador do opressor, reproduzindo modelos de conjugalidade violenta entre casais heterossexuais. Na oração 14, o advérbio “*sempre*” enfatiza as vezes que Adriana sai de casa, transmitindo a ideia de estratégia para evitar conflito, assumindo o “papel” de oprimido.

De acordo com Luz & Gonçalves (2014), ao contrário do que aponta o senso comum, as normas de gênero atravessam as relações amorosas e conjugais, independente de serem homo ou heterossexuais, determinando modos hierárquicos e desiguais de relacionamento. Havendo, no caso de alguns relacionamentos homoafetivos, uma apropriação da concepção bipolar de gênero, ou seja, da oposição masculino-feminino. Essa divisão pode transformar-se em fonte de violência. Vale lembrar que essa violência não se dá, necessariamente, entre homem-dominador e mulher-dominada. Numa relação conjugal lésbica, por exemplo, uma mulher pode assumir o papel do dominador (violento) e a outra, o papel de vítima, conforme exemplificado pela relação de Adriana.

Adriana:

1 “Depois que passava aquela onda da bebedeira,
 2 ela chorava,
 3 pedia desculpa,
 4 dizia
 5 que não ia fazer mais isso,
 6 e acabava fazendo tudo de novo.
 7 Até que chegou uma hora,
 8 que tava insustentável.
 9 Eu não conseguia ficar mais dentro da minha casa.
 10 Porque a casa é MINHA
 11 e não conseguia ficar dentro de casa.
 12 E aquilo tava

13 me sufocando,
 14 me deixando muito nervosa.
 15 Até que aconteceu
 16 de eu não suportar mais,
 17 procurei a delegacia.
 18 A inspetora que me atendeu,
 19 me indicou aqui, o Fórum.
 20 E eu vim,
 21 abri um processo.
 22 Porque eu queria
 23 que ela saísse da minha casa,
 24 eu não tava aguentando mais.
 25 ::: Não tava aguentando o convívio,
 26 tava
 27 me sufocando.
 28 E eu não tava suportando⁵⁷.
 29 A audiência, a audiência, ainda, não foi marcada.
 30 Mas, eu consegui tirar ela da minha casa,
 31 ela não tá mais⁵⁸.
 32 Eu tô mais tranquila”.

No trecho acima, Adriana relata o momento em que decide procurar por ajuda. Nas orações 1 até 6, Adriana produz uma fala com elementos discursivos que remetem aos típicos ciclos da violência doméstica e familiar contra a mulher – *“Depois que passava aquela onda da bebedeira, ela chorava, pedia desculpa, dizia que não ia fazer mais isso, e acabava fazendo tudo de novo”*, demonstrando certa semelhança com a VPI entre casais heterossexuais. A presença do ciclo da violência permite, ainda, pensarmos nas estratégias de enfrentamento empregadas pelas mulheres em situação de violência. Em seguida, produz uma fala sobre a dificuldade da convivência como fator determinante na decisão por busca por ajuda. Nas orações 12 até 14, o emprego do gerúndio - *“sufocando”* e *“deixando muito nervosa”* - evidencia tal dificuldade que se prolongava no decorrer do tempo, deixando-a saturada, levando-a a *“não suportar mais”*, indo à delegacia em busca de ajuda. Na sequência, a delegacia e o JVDPM (Fórum) são apontados como instituições onde Adriana buscou por ajuda. Na oração 21, o processo judicial é elencado e mostra-se como o momento inicial, demonstrando publicamente

⁵⁷ Angustiado neste momento do relato.

⁵⁸ Único momento em que a participante olhou pra mim durante toda a entrevista.

insatisfação com a situação vivida, afirmando o desejo de terminar esta relação. Nas orações 24 até 28, mostra-se angustiada e produz uma fala onde, novamente, emprega o gerúndio - “*não tava aguentando*”, “*sufocando*”, “*não tava suportando*”, reforçando a ideia da dificuldade vivida. Nas orações 30 até 32, com uma fala confiante e segura, Adriana afirma estar mais tranquila, pois “conseguiu tirar” a companheira de sua casa, apontando para o resultado positivo obtido após o apoio obtido no JVD FM e reassumindo o controle em seu território, sua casa.

Adriana:

1 “Mas, ela continua perturbando,
 2 eu acho
 3 que eu vou ter
 4 que trocar o número do meu telefone,
 5 porque, não dá.
 6 Ela tá
 7 me importunando muito.
 8 No trabalho, ela me importuna.
 9 Tá importunando as pessoas
 10 que moram perto de mim.
 11 Tá importunando as pessoas, os funcionários.
 12 Como eu trabalho com serviços gerais,
 13 então, eu presto serviço num órgão público.
 14 E como eu trabalho muito tempo lá,
 15 eu tenho amizades com os funcionários,
 16 eu tenho o telefone deles,
 17 eu tenho o ‘zap’ deles,
 18 eu tenho o ‘face’.
 19 E ela invadiu meu telefone,
 20 pegou o telefone de algumas pessoas
 21 e fica importunando.
 22 Eu tô com a medida protetiva.
 23 Ela não poderia tá fazendo isso.
 24 Eu sei
 25 que isso vai complicar,
 26 mas eu vou ter
 27 que comunicar.
 28 Ela conseguiu,
 29 um sentimento lindo que eu sentia,
 30 ela conseguiu DESTRUIR!
 31 Ela conseguiu destruir!
 32 E, hoje, eu tenho pena.
 33 Porque eu sei
 34 que o final é TRISTE”.

No trecho acima, Adriana produz uma fala sobre a persistência da violência, mesmo a busca por ajuda. A revitimização é elencada, permitindo uma nova comparação à VPI nas relações heterossexuais, através de elementos que demonstram violência psicológica. O “cybercrime” é elencado, chamando nossa atenção para esta nova expressão da violência entre parceiros íntimos: o abuso digital nas relações afetivo-sexuais (ALVES; SANTOS, 2017; FLACH; DESLANDES, 2017).

De acordo com Flach & Deslandes (2017), o abuso digital nos relacionamentos afetivo-sexuais é uma nova expressão da violência entre parceiros íntimos, um fenômeno emergente. Dentre os tipos de abusos digitais, temos: (1) a agressão direta e controle; (2) a associação com outros tipos tradicionais de violência entre parceiro íntimo; e (3) a interação das formas de abusos digitais nos relacionamentos afetivo-sexuais com *sexting*⁵⁹.

A medida protetiva é elencada, demonstrando o cumprimento da Lei Maria da Penha para os casos de VPI entre mulheres. Em seguida, chama nossa atenção para o descumprimento da medida protetiva e afirma ter ciência sobre as implicações de denunciar os abusos que está sofrendo neste momento (esta entrevista ocorreu no momento em Adriana foi ao 1º JVDPM para denunciar os persistentes abusos de sua ex-companheira).

A Lei nº 13.641, sancionada em 03 de abril de 2018, altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, tipificando o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência. Agora, quem descumprir uma medida protetiva imposta por juízo cível ou

⁵⁹ “A prática do sexting consiste no envio de mensagens de texto, fotografias e vídeos de conotação sexual, com nudez, para um determinado sujeito ou para um grupo. O sexting como prática consensual não é designado como uma violência, todavia, sua postagem não consentida constitui, como forma de revenge porn, um tipo de abuso digital nas relações afetivo-sexuais. O revenge porn ocorre com maior frequência na fase de término dos relacionamentos afetivo-sexuais, quando um dos ex-parceiros ou ambos compartilham na Internet fotos e vídeos criados durante o relacionamento afetivo-sexual, sem o consentimento de um dos envolvidos, com o intuito de difamar, humilhar, chantagear e/ou se vingar” (FLACH; DESLANDES, 2017, p. 10–13).

criminal responderá pelo crime tipificado no *Artigo 24-A* da Lei Maria da Penha, que assim dispõe:

*“Descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência.
Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei:
Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos.
§1º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.
§2º Na hipótese de pressão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.
§3º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis”.*
(PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; CASA CIVIL, 2018).

Antes desse novo artigo, quando o agressor descumpria a medida protetiva imposta, revitimizandando as mulheres, cabia informar tal descumprimento ao juízo que determinou a medida protetiva que, de posse dessas informações, decretaria a prisão preventiva do acusado com base no crime praticado anteriormente (ameaça, lesão corporal, etc.) ou, somente, determinaria o cumprimento de medida protetiva mais enérgica à aplicada anteriormente. Vale ressaltar que tal conduta não era considerada crime (ROSA, 2018).

Na sequência, encerra seu relato produzindo uma fala emocionada sobre o fim de seu relacionamento, devido à violência, atribuindo a responsabilidade a sua agressora.

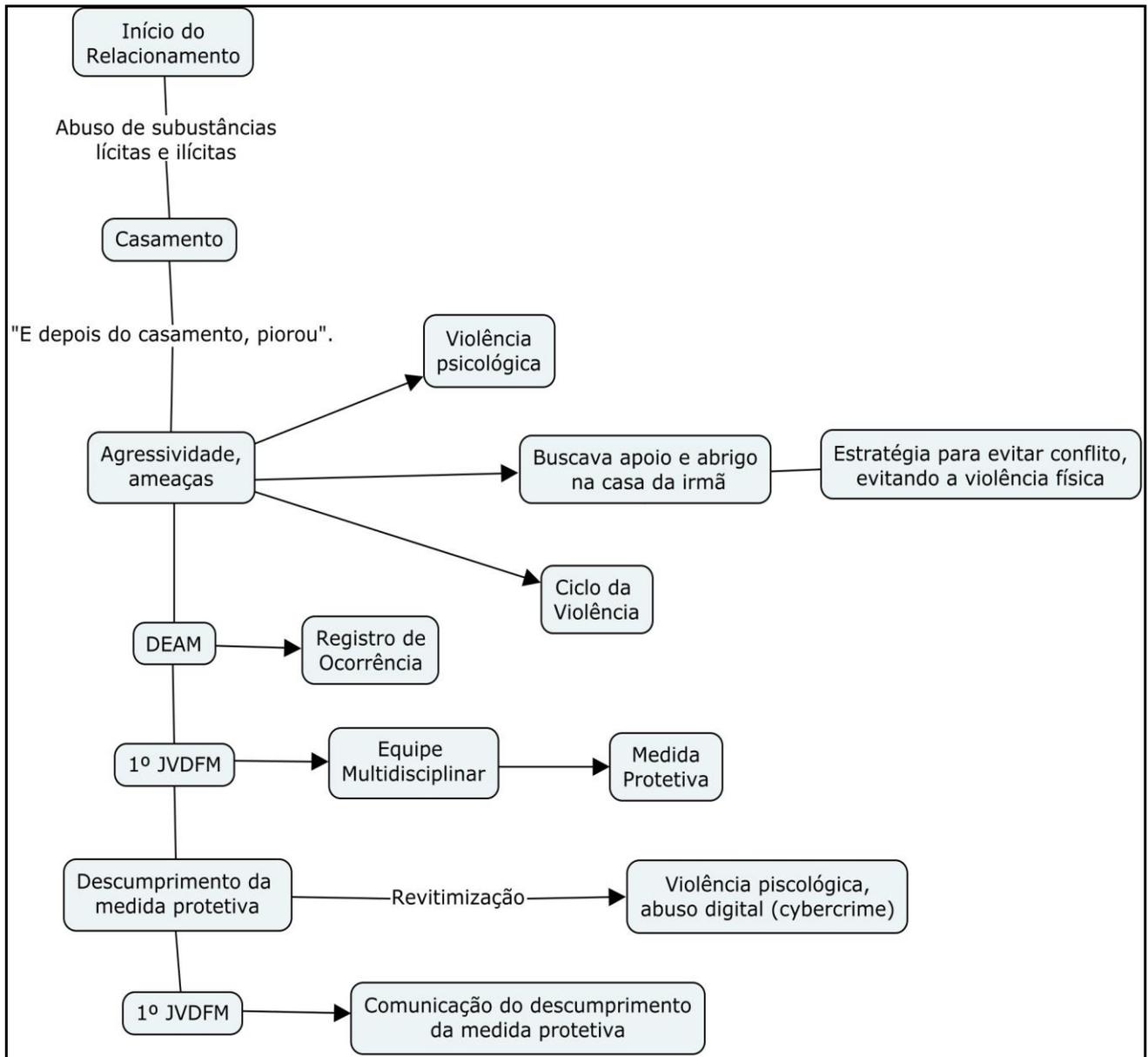


Figura 8 Rota Crítica - Adriana

Os relatos destas cinco mulheres ofereceram diversidade e riqueza de fatos, possibilitando a identificação de elementos discursivos que apontam a persistente influência das concepções patriarcais e machistas que povoam o senso comum. As etapas do ciclo da violência se fizeram presente em todos os relatos, apontando a cronicidade da violência e a persistente revitimização destas mulheres, seja por parte dos agressores ou pela sociedade como um todo. A violência psicológica foi a mais frequente, dando uma visada da magnitude deste tipo de violência. Além da violência psicológica, identificamos a violência física, patrimonial e abuso digital, uma nova expressão da VPI. A culpabilização da vítima foi outro fator que se fez presente nestes relatos. Com isso, identificamos elementos que apontam para “os motivos” da violência: ciúmes; separação do casal; manter ou reaver o controle na relação.

Assim como no estudo coordenado por Sagot (2000), identificamos fatores que facilitam e dificultam a busca por ajuda. Dentre os fatores que impulsionam a busca por ajuda, temos: modificação no padrão de violência; risco de morte; traição; a segunda gestação (no caso de Karen); humilhação diante de familiares; percepção da vulnerabilidade; empoderamento. Já os fatores que dificultam, encontramos: idealização da família perfeita; ideia de preservação da família a qualquer custo (“pai dos meus filhos na cadeia”); mito do amor romântico; dificuldade em identificar a violência; preconceito; medo; a crença de que a mulher seria capaz de “mudar as atitudes” do homem; desejo de ser mãe; atitudes dos agentes das instituições (desmotivando a denúncia). Vemos que, em grande parte, os fatores dificultadores estão ligados às concepções patriarcais.

A ‘rede de apoio informal’ mostrou-se bastante discreta e com ações pontuais. Em sua maioria, foram as mulheres que apoiaram as mulheres em situação de violência. O único homem a prestar ajuda foi o pai de Stela, ao intervir no momento da violência física. Chamo atenção para o caso de Karen que, em todo o seu relato, aponta a presença

de seus familiares (mãe e irmão), presença que não se configuram em apoio; bem como, a falta de apoio dos vizinhos e amigos, que, segundo Karen, sempre presenciaram suas brigas; tais comportamentos caracterizam a banalização e naturalização da violência.

Dentre as instituições da Rede Especializada de Atendimento à Mulher em situação de Violência, as DEAMs foram o primeiro e mais frequente destino das mulheres. Além das DEAMs, tivemos: UPP/Polícia Militar, Delegacia Geral, JVDFM, Casa abrigo. Em sua maioria, devido a sua condição emocional, as mulheres não qualificaram o atendimento recebido nas instituições por onde passaram. Porém, encontramos elementos que apontam a dificuldade dos agentes em identificar e qualificar os tipos de violência contra a mulher, a falta de comunicação entre as instituições da Rede e morosidade nas ações.

Dentre estes casos, tivemos oportunidade de analisar o relato de Adriana, exemplificando a violência nas relações homoafetivas. Observamos a adoção do modelo conservador do opressor, reproduzindo modelos de conjugalidade violenta entre casais heterossexuais. O uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas foi, pela primeira vez, pontuado, mostrando-se um fator decisivo para tomada de decisão e busca por ajuda.

7 Conclusões

Com a finalização deste trabalho, identificamos alguns fatores/ resultados similares aos encontrados no estudo encomendado pela OPAS e coordenado por Sagot (2000). Pudemos perceber que uma das principais motivações para iniciar a busca por ajuda, é que as mulheres identifiquem atitudes abusivas, reconhecendo-as como violentas e inaceitáveis numa relação afetiva-sexual.

Porém, identificar e reconhecer a violência não significa, necessariamente, que as mulheres iniciem uma rota crítica e denunciem seu(sua) agressor(a). Tal decisão é complexa e envolve diversos fatores. Antes disso, mulheres em situação de VPI utilizam diferentes estratégias para lidar com a violência, expor sua situação a terceiros.

Dentre as estratégias de *Coping* (enfrentamento) adotadas pelas mulheres em situação de VPI, foram relatadas estratégias de evitação de confronto, buscando abrigo na casa de familiares; tentativa de proteger-se da violência física, reagindo à agressão; estratégias para imposição de limites como tentativa de separação e/ou longos períodos de separação do casal; reatar o relacionamento, com a finalidade de diminuir a violência, que teria aumentado após a separação.

Em seus relatos, as mulheres produziram falas com elementos discursivos sobre possíveis motivos para a violência. Dentre estes motivos, temos: ciúmes; separação do casal; a necessidade do “agressor” em reaver seu poder, demarcando limites através da violência; atitudes e comportamentos machistas; existência de uma relação de subordinação; culpabilização e responsabilização da vítima pela violência sofrida; falta de controle da situação, por parte da vítima.

Assim como no estudo de Rotas Críticas, coordenado por Sagot, identificamos fatores que impulsionam e dificultam a tomada de decisão e a busca por ajuda institucionalizada.

Dentre os fatores que dificultam a busca por ajuda, temos: o sentimento pelo companheiro; a crença na mudança de atitude, que foi um ato isolado, pontual; idealização da família perfeita; preservação e proteção da família; não deseja ver “o pai de seu filho preso”; ser moradora de comunidade dominada pelo tráfico; crença de que a mulher seria capaz de modificar o comportamento do homem; discurso familiar sobre a mudança do homem; necessidade/desejo de ser mãe; julgamento/mau atendimento por parte dos profissionais, reproduzindo ideias e comportamentos do senso comum.

Por outro lado, se evidenciaram como fatores motivadores da busca por ajuda: modificações no padrão de violência, com aumento na intensidade e frequência da violência; gestação; proteção dos filhos; aumento na gravidade das lesões; apoio de amigos e familiares; sensação de morte (medo de morrer); infidelidade; humilhação; o “amor acabou”.

Estes fatores permitem uma comparação com os resultados encontrados no estudo realizado por Sagot, em diferentes países da América Latina, na década de 1990. Demonstrando a persistência de uma cultura patriarcal, (re)produzindo discursos (e práticas) machistas, sexistas.

Após (re)avaliar todos estes fatores, a mulher decide “romper o silêncio” e buscar por ajuda e, neste momento, uma ‘rede de apoio informal’, constituída por familiares, amigos, vizinhos e colegas de trabalho, pode contribuir com as próximas decisões e ações nesta rota. Neste trabalho, ‘rede de apoio informal’ desempenhou atividades pontuais e, em sua maioria, realizadas por mulheres. A banalização e naturalização da violência contra a mulher materializam-se no discurso de Karen, ao afirmar que seus familiares e vizinhos sempre presenciaram a violência sofrida por ela, mas nunca a apoiaram.

A DEAM foi a instituição mais acionada pelas mulheres em situação de VPI, no município do Rio de Janeiro, apontando a DEAM como importante porta de entrada para

a rede especializada de atendimento à mulher em situação de violência, enfatizando a prevalência de ações com caráter repressivo/punitivo dos agressores. Apesar de sua reconhecida expertise no atendimento às mulheres em situação de violência, as participantes deste trabalho apontam a dificuldade dos agentes da DEAM em identificar e qualificar as formas de violência contra a mulher, tornando-se uma barreira para a constituição da Rota Crítica.

Além da DEAM, as mulheres participantes deste trabalho, procuraram por apoio em delegacias gerais. Porém, o atendimento recebido não correspondeu com o esperado, tendo os agentes adotado atitudes inadequadas, aconselhando às mulheres para não denunciar os agressores, revitimizando-as. O JVDFM foi, na maioria dos casos, a instituição de escolha para encaminhamento das mulheres que buscaram apoio na DEAM ou delegacia geral, ratificando a existência de ações com caráter repressivo/ punitivo no enfrentamento à violência contra a mulher.

As Unidades de Polícia Pacificadora foram acionadas por duas das entrevistadas e, numa das vezes, pelo agressor, apontando a importância dos agentes de segurança pública nas comunidades dominadas pelo tráfico. A Casa abrigo esteve presente somente em uma das narrativas, a mais intensa, longa e crônica, desempenhando importante papel na preservação da integridade física, orientação e aconselhamento no período de abrigamento de Karen.

A busca por ajuda é complexa, com avanços e retrocessos, demandando ações de diferentes atores. Dentre estes atores, os profissionais que prestam atendimento às mulheres em situação de VPI, quando acionados, possuem papel de destaque, cabendo a eles identificação da violência, orientação e encaminhamentos necessários. Durante a realização de suas atividades, estes profissionais (re)formulam suas identidades, assumindo características identitárias particulares e partilhadas entre os profissionais

daquela mesma categoria, criando uma identidade profissional, um *habitus* processualmente incorporado, que os auxilia na execução de suas atividades diárias.

A identidade profissional permite que estes agentes desenvolvam certa identificação com a temática Violência contra a Mulher, valorizando e reconhecendo a importância de suas ações para o enfrentamento da violência contra a mulher, além de assumirem uma postura empática e sensível durante seu trabalho. Ao incorporar esse ‘*habitus* profissional’, os agentes adotam discursos (e práticas) marcados pelo reconhecimento da alteridade, valorizando e respeitando as decisões da mulher, mesmo que estas se oponham às esperadas pela maioria, bem como, reconhecendo e valorizando as estratégias de *Coping* (enfrentamento) adotadas pelas mulheres.

Reconhecer e valorizar as estratégias de *Coping* é um elemento importante para evitar a revitimização, auxiliando na compreensão dos fatores envolvidos na tomada de decisão das mulheres na busca por ajuda. Dentre estes fatores, os profissionais também identificam e apontam fatores que impulsionam e dificultam a decisão de busca por ajuda.

Os fatores impulsores apontados pelos profissionais entrevistados indicam proximidade com as experiências relatadas pelas mulheres entrevistadas: modificação no padrão da violência, com aumento da frequência e/ou da intensidade da violência; novas formas de agressão; infidelidade; violência contra os filhos ou outros membros da família. Reconhecem que os fatores dificultadores são influenciados pelos estereótipos de gênero socialmente estabelecidos, a saber: a ideia um papel social com destino único para todas as mulheres – crescer, casar, ter filhos e cuidar da família; medo julgamento e da culpabilização por parte de amigos, familiares, vizinhos, etc.; sentimentos de culpa, fracasso e impotência causando “paralisia”; dependência emocional e financeira; religiosidade contribuindo para a manutenção e perpetuação dos papéis feminino e

masculino; baixa escolaridade e poucas oportunidades de emprego; ausência de apoio familiar; além do atendimento inadequado e informações insuficientes.

Após equacionar estes fatores e decidir romper o silêncio, os agentes afirmam não existir um roteiro predefinido que estabeleça uma única porta de entrada, a mulher deve buscar por ajuda na instituição que ela tenha como referência ou com a qual se identifique.

O apoio oferecido pelas instituições (e agentes) da rede especializada de atendimento à mulher em situação de violência tem objetivo de reduzir vulnerabilidades as quais estas mulheres estão expostas, desenvolvendo atividades que contribuam para o empoderamento das mulheres, superando o isolamento provocado pela violência. Além de trabalhar questões sobre (des)igualdade de gênero, violência, machismo, etc.

Os resultados obtidos/ percebidos após o apoio institucional oferecido, temos: mudança na autoestima (para melhor); redefinição identitária, reconhecendo-se como mulher; mudança de atitude e revisão de suas ações. Tais resultados conduzem ao desfecho de rota ou “porta de saída”. Dentre as “portas de saída” apresentadas pelos agentes encontramos diferentes caminhos e possibilidades que são construídos pelas mulheres durante sua rota, não sendo possível estabelecer um padrão.

Percebemos que a atuação em rede mostrou-se fator determinante na construção da “porta de saída”, possibilitando a criação de fluxos de assistência, permitindo o atendimento das diferentes demandas apresentadas pelas mulheres. Porém, para alcançarmos êxito no trabalho em rede é necessário que as instituições (e agentes) reconheçam e assumam a violência contra a mulher como objeto de suas atividades, reconhecendo e respeitando os limites de cada instituição, realizados os encaminhamentos necessários.

Além disso, é preciso superar dificuldades para manutenção de serviços e descontinuidade das ações por parte do Governo, que invisibilizam instituições em toda Rede. Com isso, encontramos grande dificuldade para efetivação da política pública, resultando no fechamento de instituições, criando “enormes buracos” na Rede, gerando descontinuidade da assistência.

Na realização deste trabalho, como descrito anteriormente, tivemos como limitação o pequeno número de participantes. Porém, estas cinco participantes forneceram relatos marcantes e diversidade de experiências.

Durante o trabalho de campo, encontrei muitos homens (agressores) com vontade de contar sua “versão da história”, o que faz pensar sobre a importância de ouvir os agressores, conhecer um pouco de sua história e o caminho percorrido por eles (motivações, experiências, etc.). A essa perspectiva de trabalhos futuros, a análise sobre as redes de atendimento nas capitais brasileiras permitiria um diagnóstico estratégico sobre a atual situação do enfrentamento à violência contra mulheres, ponderando avanços e retrocessos.

8 Referências⁶⁰

ACOSTA, D. F. et al. Violence against women committed by intimate partners: (in)visibility of the problem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 24, n. 1, p. 121–127, mar. 2015.

AFONSO, J. I. G. (...) **Mais gosto de ti”??? Diferenças entre homens e mulheres nas crenças e comportamentos sobre violência conjugal**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Criminal e do Comportamento Desviante-Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2010.

ALBUQUERQUE NETTO, L. et al. Isolation of women in situation of violence by intimate partner: a social network condition. **Escola Anna Nery**, v. 21, n. 1, 2017.

ALMEIDA, L. C. DOS S. Retratação na Lei Maria da Penha: A busca pela preservação da harmonia familiar. **Âmbito Jurídico**, v. XIII, n. n. 73, fev. 2010.

ALVES, A.; SANTOS, L. P. D. OS CRIMES VIRTUAIS NO BRASIL. **JUSFARESC - Revista Jurídica Santa Cruz**, v. 9, n. 9, 13 fev. 2017.

ALVIM, S. F.; SOUZA, L. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. **Revista Psicologia - Teoria e Prática**, v. 7, n. 2, 2005.

AMOSSY, R. (ED.). **Imagens de Si no Discurso: a construção do ethos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2016.

ARAÚJO, M. DE F. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicologia para América Latina**, n. 14, out. 2008.

ARILHA, M.; RIDENTI, S. G. U.; MEDRADO, B. **Homens e Masculinidades: Outras Palavras**. São Paulo: ECOS/ Editora 34, 1998.

AUDI, C. A. F. et al. Violence against pregnant women: prevalence and associated factors. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 5, p. 877–885, out. 2008.

AVENA, D. T. A Violência Doméstica Nas Relações Lésbicas: Realidades E Mitos. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, v. 0, n. 7, p. 99, 2010.

BALDINO, J. M.; DONENCIO, M. C. B. O habitus professoral na constituição das práticas pedagógicas. **Revista Polyphonia**, v. 25, n. 1, p. 263–281, 19 nov. 2015.

BANDEIRA, L. **Fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=REPIDISCA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=171358&indexSearch=ID>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

⁶⁰ As normas para elaboração das referências seguem as regras adotadas pelos programas de pós-graduação do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira.

BARBOSA, C.; NOGUEIRA, C. **Violência escolar e a construção social de masculinidades**. Atas dos Ateliers. **Anais...**: V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e ação. In: ATELIERS GÊNERO. Braga: Universidade do Minho, 2004.

BARSTED, M.; ROMANI, A. **Violência contra a mulher: Um guia de defesa, orientação e apoio**. 9ª (atualizada e ampliada) ed. Rio de Janeiro: CEPIA, 2018.

BEIRAS, A. **Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro**. Instituto Noos, , 2014. . Acesso em: 17 nov. 2018.

BELLENZANI, R.; MALFITANO, A. P. S. Youth, social vulnerability and sexual exploitation: a look from articulation between health and human rights. **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 115–130, dez. 2006.

BLAY, E. A. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres. **Revista USP, São Paulo**, v. 49, n. mar.-mai., p. 82–97, 2001.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68–80, jun. 2005.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'água, 2003. p. 29–72.

BRANDÃO, E. R. Renunciando de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia da mulher. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 16, n. 2, p. 207–231, 2006.

BRASIL et al. (EDS.). **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. 1ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde/ Secretaria de Vigilância em Saúde, 2005.

BRASIL. **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. 4ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL, M. DA S. S. DE P. P. DE S. **Violência Intrafamiliar - Orientações para a Prática em Serviço**. Secretaria de Políticas de Saúde, , 2001. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2016.

BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, 2011a.

BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, 2011b.

BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, 2011c.

BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004a.

BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Anais da Conferência**. : Série Documentos. In: I CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004bDisponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/anais.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

BRASIL; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 58, 2003a.

CARNEIRO, S. Mulheres negras, violência e pobreza. In: **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher. Plano Nacional: Diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003b. p. 11–19.

CARVALHO, C. et al. DINÂMICA DA VIOLÊNCIA ENTRE CASAS A PARTIR DA ÓTICA DA MULHER AGREDIDA NO BAIRRO TRINDADE, FLORIANÓPOLIS/SC. **Cogitare Enfermagem**, v. 15, n. 4, 24 dez. 2010.

CARVALHO, M. E. P. PIERRE BOURDIEU SOBRE GÊNERO E EDUCAÇÃO. **Revista Ártemis**, v. 01, p. 80–93, dez. 2004.

CAVALCANTI, L. F. Violência contra a mulher: avanços, limites e desafios da abordagem do fenômeno nos serviços de saúde. In: **ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS: SUJEITOS, ESTRATÉGIAS E CONTEXTOS**. 1ª ed. Fortaleza: Ed UECE, 2016. p. 31–56.

Central de atendimento à Mulher. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/central>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

Centro de Referência de Mulheres da Maré - Missão e Objetivos - (Violência contra a mulher - Violência de gênero - Violência doméstica). Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/crmm/missao.html>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

CEZARIO, A. C. F. et al. Violência entre parceiros íntimos: uma comparação dos índices em relacionamentos hetero e homossexuais. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 565–575, 2015.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CIZINO DA TRINDADE, R. FRAN.; DE ALMEIDA, A. M.; ALVES ROZENDO, C. INFIDELIDADE MASCULINA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: VIVÊNCIA DE UM GRUPO DE MULHERES. **Ciencia y enfermería**, v. 14, n. 2, dez. 2008.

Coletânea básica penal. 5. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CORDEIRO, N. Government action and women’s rights: housing for women threatened with death in Brazil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 23, p. 259–294, ago. 2017.

CORTEZ, M. B.; SOUZA, L. DE. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, n. 2, p. 171–180, jun. 2008.

CORTEZ, M. B.; SOUZA, L.; QUEIRÓZ, S. S. DE. Violência entre parceiros íntimos: uma análise relacional. **Revista Psicologia Política**, v. 10, n. 20, p. 227–243, dez. 2010.

COSTA, S. G. Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 6, n. 2, p. 1–29, 1 jan. 2009.

DA SILVA, A. C. G. et al. **Violência contra a mulher: uma realidade imprópria.** Disponível em: <<http://www.facene.com.br/wp-content/uploads/2010/11/Viol%C3%Aancia-contra-a-mulher.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1163–1178, 2006.

DANTAS-BERGER, S. M.; GIFFIN, K. Violence in conjugal relations: concealing and taking sexual violence for granted. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 2, p. 417–425, abr. 2005.

Data Rio. Disponível em: <<http://www.data.rio/pages/rio-em-sntese-2>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

DAY, V. P. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, p. 9–21, abr. 2003.

DE BRITO, L. T. **A NOÇÃO DE PERFORMATIVIDADE PARA PENSAR OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS AO MASCULINO NO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.** Anais IV Seminário Enlaçando Sexualidades. **Anais...** In: IV SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES - MORALIDADES, FAMÍLIAS E FECUNDIDADE. Salvador/BA: UNEB, 2015. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/Trabalho-Enla%C3%A7ando-Sexualidades-1-2015.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

DE CASTILHO, E. W. V. **O que é Gênero — Site da PFDC.** Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/pfdc/informacao-e-comunicacao/eventos/mulher/dia-da-mulher/verbet>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

DELL'AGLIO, D. D.; HUTZ, C. S. Coping strategies and attributional styles of children facing stressful events. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 7, n. 1, p. 5–13, jan. 2002.

DELZIOVO, C. R.; DE OLIVEIRA, C. S.; LUIZ, C. L. Atenção a homens e mulheres em situação de violência. In: **Curso Atenção a Homens e Mulheres em Situação de Violência por Parceiros Íntimos.** Curso Atenção a Homens e Mulheres em Situação de Violência por Parceiros Íntimos. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. DE S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 34. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

DO CARMO, P. C. DA C. S.; DE MOURA, F. G. DE A. **Violência Doméstica: A difícil decisão de romper ou não com esse ciclo.** In: FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS. Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278278656_ARQUIVO_VIOLENCIADOMESTICAADIFICILDECISAODEROMPEROUNAOCOMESSECICLO.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção. **Revista de Medicina**, v. 92, n. 2, p. 134–140, 30 jun. 2013.

DREZETT, J. **Contracepção de emergência e violência sexual.** Disponível em: <<http://www.saudedireta.com.br/docsupload/1333111409DrezettJefferson.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2016.

DUBAR, C. **A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURAND, J. G. et al. Impact of exposure to intimate partner violence on children's behavior. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 2, p. 355–364, abr. 2011.

ELLESBERG, M. **Como atender a las mujeres que viven situaciones de violencia doméstica? Orientaciones básicas para el personal de salud.** Nicarágua: Leon: Red de Mujeres contra la Violência y Departamento de Medicina Preventiva y Salud Publica de la Faculdade de Medicina, UNAM., 1998.

FABRETTI, I. T. V.; LIMA, A. M. **TEORIA QUEER: DESCONSTRUÇÃO DO PARADIGMA BINÁRIO DE GÊNERO**. In: XX ENCONTRO REGIONAL DA ABRAPSO MINAS. São João del Rei: nov. 2016.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília., 2001.

FALCKE, D. et al. Violência conjugal: um fenômeno interacional. **Contextos Clínicos**, v. 2, n. 2, p. 81–90, dez. 2009.

FARR, R. Interviewing: the social psychology of the interview. In: **Psychology for Occupational Therapists**. Psychology for Professional Groups. [s.l.] Macmillan Education UK, 1982. p. 151–170.

FIORINDO, P. P. Éthos: Um percurso da retórica à análise de discurso. **Revista Pandora Brasil**, v. 47, out. 2012.

FLACH, R. M. D.; DESLANDES, S. F. Cyber dating abuse in affective and sexual relationships: a literature review. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 7, 2017.

FLEURY-TEIXEIRA, E.; MENEGHEL, S. N. **Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015.

FONSECA, D. H. DA; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Domestic violence against women: realities and social representations. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 307–314, ago. 2012.

GADONI-COSTA, L. M.; DELL'AGLIO, D. D. Mulheres em situação de violência doméstica: vitimização e coping. **Gerais : Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 2, n. 2, p. 151–159, dez. 2009.

GARBIN, C. A. S. et al. Reported violence: occurrences of maltreatment against children and adolescents registered in a police unit. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 64, n. 4, p. 665–670, ago. 2011.

GARBIN, C. A. S. et al. Desafios do profissional de saúde na notificação da violência: obrigatoriedade, efetivação e encaminhamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 1879–1890, jun. 2015.

GARCIA, L. P. et al. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, , 25 set. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2016.

GARCÍA, M. J. et al. **Ruta Crítica de las mujeres afectadas por violencia de pareja en Venezuela**. Venezuela: Fondo de Población de las Naciones Unidas en Venezuela, 2013.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GIDDENS, A.; SUTTON, P. W. **Conceitos Essenciais da Sociologia**. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2016.

GOMES, N. P. et al. Enfrentamento da Violência Doméstica contra a Mulher a partir da Interdisciplinaridade e Intersectorialidade. **Revista de Enfermagem. UERJ, Rio de Janeiro**, v. 17, n. 1, p. 14–17, mar. 2009.

GOMES, R.; MINAYO, M. C. DE S.; SILVA, C. F. R. DA S. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: **Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde/ Secretaria de Vigilância em Saúde., 2005. p. 117–140.

GONZÁLEZ-ORTEGA, I.; ECHEBURÚA, E.; CORRAL, P. Variables significativas en las relaciones violentas en parejas jóvenes: Una revisión. **Behavioral Psychology / Psicología Conductual**, v. 16, n. 2, p. 207–225, 2008.

GROSSI, P. K.; AGUINSKY, B. G. Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contras mulheres nas relações conjugais. In: **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de esquecer**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 9–45.

GRUPO DE ESTUDOS DE GÊNERO LUIZA MAHIN (FDUFBA). **Resenha Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica**. **GEGE Mahin**, 25 abr. 2010. Disponível em: <<https://gegemahin.wordpress.com/2010/04/25/resenha-genero-uma-categoria-util-para-a-analise-historica/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201–246, jun. 2004.

HEILBORN, M. L. **Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HEISE, L.; ELLSBERG, M.; GOTTEMOELLER, M. Ending violence against women. **Population Reports.**, v. XXVII, n. 4, p. 44, 1999.

HEISE, L.; GARCIA-MORENO, C. Violência perpetrada por parceiros íntimos. In: **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde., 2002. p. 87–122.

HEISE, L. L. Violence Against Women: An Integrated, Ecological Framework. **Violence Against Women**, v. 4, n. 3, p. 262–290, jun. 1998.

HERMANN, J.; BARSTED, L. L. (EDS.). **Violência Contra a Mulher – Um Guia de Defesa, Orientação e Apoio**. 3ª ed. (atualizada e ampliada). Rio de Janeiro: CEPIA/ CEDIM, 2000.

IZUMINO, W. P.; SANTOS, C. M. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 16, n. 1, 2005.

KISS, L. et al. Brazilian policy responses to violence against women: Government strategy and the help-seeking behaviors of women who experience violence. **Health and human rights**, v. 14, n. 1, p. E64-77, 2012.

KISS, L. B.; SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento a mulheres em situação de violência. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, n. 23, p. 485–501, dez. 2007.

KRONBAUER, J. F. D.; MENEGHEL, S. N. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 5, p. 695–701, out. 2005.

KRUG, E. G. et al. **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

LAZARUS, R. S.; FOLKMAN, S. **Stress, appraisal, and coping**. New York: Springer, 1984.

Lei Maria da Penha. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/lei-maria-da-penha/pagina-sobre-lei-maria-da-penha>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

Lei Maria da Penha completa dez anos; saiba o que ela diz. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/lei-maria-da-penha-completa-dez-anos-saiba-o-que-ela-diz/>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

LEÓN, M. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **Revista de estudios de género: La Ventana**, v. 2, n. 13, p. 94–106, 2001.

LETTIERE, A.; NAKANO, A. M. S.; RODRIGUES, D. T. Violence against women: visibility of the problem according to the health team. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 42, n. 3, p. 467–473, set. 2008.

LOURENÇO RIBEIRO, D. K. et al. Caracterização das mulheres que sofrem violência doméstica na cidade de São Paulo. **Saúde Coletiva**, v. 6, n. 35, 2009.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação - Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUCENA, K. D. T. DE et al. Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. **Journal of Human Growth and Development**, v. 26, n. 2, p. 139–146, 2016.

LUZ, R. R. DA; GONÇALVES, H. S. Violência doméstica entre casais homossexuais: a violência invisível. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 8, n. 11, p. 80–99, 2014.

MAGALHÃES, I. **Introdução a Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: DELTA, 2005. v. 21.

MAINGUENEAU, D. **Elementos de linguística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARIANO, R. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 11, n. 2, p. 238–258, 16 set. 2011.

MARTINS, A. P. A.; CERQUEIRA, D.; MATOS, M. V. M. **A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil (versão preliminar)**. Brasília: IPEA, mar. 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24608&Itemid=6>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MATA, F. G. DA et al. Neuropsychological assessment of the decision making process in children and adolescents: an integrative review of the literature. **Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)**, v. 38, n. 3, p. 106–115, 2011.

MATOS, M. Gender theories or theories and gender? If and how feminist gender studies became a new science field. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 333–357, ago. 2008.

MEDEIRO, M. S. F. A construção teórica dos conceitos de socialização e identidade. **Revista de Ciências Sociais**, v. 33, n. n. 1, p. 78–86, 2002.

MELLO, A. R. DE. **Feminicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2017.

MENEGHEL, S. N. et al. Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de gênero. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 4, p. 955–963, ago. 2003.

MENEGHEL, S. N. et al. Critical trajectories of female victims of gender violence: discourse analysis of women and staff professionals in Porto Alegre, Rio Grande do Sul State, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 4, p. 743–752, abr. 2011.

MENEGHEL, S. N.; FARINA, O.; RAMÃO, S. R. Histórias de resistência de mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, 2005.

MENEGHEL, S. N.; HIRAKATA, V. N. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 3, p. 564–574, 1 jun. 2011.

MENEGHEL, S. N.; MARGARITES, A. F. Feminicídios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: iniquidades de gênero ao morrer. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00168516, 18 dez. 2017.

MENEGHEL, S. N.; PORTELLA, A. P. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3077–3086, set. 2017.

MENEGHEL, S. N.; VIAL, S. R. M. **Rotas críticas: mulheres enfrentando as violências**. Disponível em: <<https://ddd.uab.cat/pub/athdig/15788946n14/15788946n14p199.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

MENEZES, P. R. DE M. et al. Process of dealing with violence against women: intersectoral coordination and full attention. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 778–786, set. 2014.

MINAYO, M. C. DE S. **O Desafio do Conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 14. ed. São Paulo: HUCITEC Editora, 2014.

MINAYO, M. C. DE S. Trabalho de Campo: Contexto de Observação, interação e Descoberta. In: **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 34^a ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **PORTARIA Nº 104, DE 25 DE JANEIRO DE 2011**. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html>. Acesso em: 25 jun. 2018.

MIRANDA, A. P. R. DE S. et al. **Ações Intersetoriais no Enfrentamento da Violência contra a Mulher**. Para Além da Crise: Experiências e Antecipações Concretas. **Anais...** In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. São Luís - Maranhão: Universidade Federal do Maranhão - Centro de Ciências Sociais - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, ago. 2015 Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/acoes-intersetoriais-no-enfrentamento-da-violencia-contra-a-mulher.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

MONTENEGRO, M. **Lei Maria da Penha: uma análise criminológica-crítica**. 1^a ed. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

MORAES, O. C. R.; MANSO, F. V. (EDS.). **Dossiê Mulher 2018**. 13^a versão ed. Rio de Janeiro: Rio Segurança. Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ), 2018.

MOREIRA, A. M.; CECCARELLI, P. R. Há múltiplas faces na violência por parceiro íntimo. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 26, n. (Supl. 8), p. S351–S354, 2016.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. A Concepção de Família de uma Mulher-Mãe de Vítimas de Incesto. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 3, p. 395–406, 2006.

NASCIMENTO, M. A. F. **Desaprendendo o silêncio: uma experiência de trabalho com grupos de homens autores de violência contra a mulher**. Dissertação (Mestrado)—Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2001.

NETTO, L. DE A. et al. Women in situation of violence by their intimate partner: making a decision to seek a specialized violence support service. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, n. SPE, p. 135–142, 2015.

NETTO, L. DE A. et al. SOCIAL SUPPORT NETWORKS FOR WOMEN IN SITUATIONS OF VIOLENCE BY AN INTIMATE PARTNER. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 26, n. 2, 2017.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9, 1 jan. 2000.

NJAÍNE, K. et al. Violência e perspectiva relacional de gênero. In: **Curso Atenção a Homens e Mulheres em Situação de Violência por Parceiros Íntimos**. Curso Atenção a Homens e Mulheres em Situação de Violência por Parceiros Íntimos. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos - NEPP-DH / CFCH / UFRJ. Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/crm.html>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

OBSERVE - OBSERVATÓRIO DA LEI MARIA DA PENHA. **Identificando entraves na articulação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em cinco capitais.: CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DA LEI 11.340/2006 – LEI MARIA DA PENHA (2007-2010).** Salvador/BA: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia, mar. 2011. Disponível em: <[http://www.observe.ufba.br/_ARQ/relatorio_final_redes\[1\]%20\(1\).pdf](http://www.observe.ufba.br/_ARQ/relatorio_final_redes[1]%20(1).pdf)>. Acesso em: 8 nov. 2016.

OLIVEIRA, M. L. P. DE; MENEGHEL, S. N.; BERNARDES, J. DE S. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 266–274, ago. 2009.

OLIVEIRA, M. G. F.; SANTOS, A. F. P. R. DOS. E quando um não quer e o outro briga? Considerações acerca da judicialização das relações afetivas na cidade de Vila Velha/ES. **Estudos de Sociologia**, v. 19, n. 36, 5 set. 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: Ação e produção de evidência.** [s.l.] Organização Mundial da Saúde., 2012.

PEDRO, J. M. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 12, n. 22, p. 270–283, jun. 2011.

PERROT, M. Os silêncios do corpo da mulher. In: **O corpo feminino em debate.** São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 13–28.

PINTO, L. W. et al. Violência Contra as Mulheres: antigas questões, novas configurações. In: **Novas e Velhas Faces da Violência no Século XXI: Visão da literatura brasileira do campo da saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017. p. 203–222.

PISCITELLI, A. Re-criando a categoria mulher? In: **A prática feminista e o conceito de gênero.** Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; CASA CIVIL. LEI Nº 13.641, DE 3 DE ABRIL DE 2018. **Altera a Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.**, 3 abr. 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; CASA CIVIL; SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei Nº 10.778, de 24 de Novembro de 2003.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.778.htm>. Acesso em: 25 jun. 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Termo de Referência - Casa Abrigo.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, , 15 mar. 2004. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/.arquivos/tr_cs_abrigo_2005_integra>. Acesso em: 9 Jul. 2017.

PRESSER, A. D.; MENEGHEL, S. N.; HENNINGTON, É. A. Women facing violence: the voice of social workers. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 126–137, set. 2008.

RAMÃO, S. R.; MENEGHEL, S. N.; OLIVEIRA, C. Nos Caminhos de Iansã: Cartografando a Subjetividade de Mulheres em Situação de Violência de Gênero. **Psicologia & Sociedade**, v. 2, n. 17, p. 79–87, ago. 2005.

RESENDE, V. DE M.; RAMALHO, V. **Análise do Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

REZENDE, G. C. V. **FATORES QUE INFLUENCIAM AS MULHERES À MATERNIDADE: CONSTRUTO BIOPSISSOCIAL OU ESCOLHA ÉTICA?** 80 anos de Serviço Social - Tendências e Desafios. **Anais...** In: 4º SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Belo Horizonte: 2016.

RIFIOTIS, T. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a «judicialização» dos conflitos conjugais. **Sociedade e Estado**, v. 19, n. 1, p. 85–119, jun. 2004.

RIFIOTIS, T. Violência, Justiça e Direitos Humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da “violência de gênero”. **Cadernos Pagu**, n. 45, p. 261–295, dez. 2015.

Rio é o primeiro estado a aderir ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/area-imprensa/ultimas_noticias/2007/11/not_primeiro_estado_rio>. Acesso em: 19 jun. 2018.

ROSA, A. A. **Do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.** Disponível em: <<http://draariana.jusbrasil.com.br/artigos/562754151/do-crime-de-descumprimento-de-medidas-protetivas-de-urgencia>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

ROSA, D. O. A. et al. A violência contra a mulher provocada por parceiro íntimo. **Femina**, v. 41, n. 2, p. 81–87, 2013.

SAFFIOTI, H. I. O estatuto teórico da violência de gênero. In: **Violência no tempo da globalização**. São Paulo: HUCITEC Editora, 1999. p. 145–163.

SAGOT, M. (ED.). **Ruta Crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: Estudios de caso de diez países**. San José: Organización Panamericana de la Salud, 2000.

SAGOT, M. A Rota Crítica da Violência Intrafamiliar em Países Latino-Americanos. In: **Rotas Críticas - Mulheres Enfrentando a Violência**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2007. p. 156.

SALZTMAN, L. E. et al. **Intimate Partner Violence Surveillance: Uniform definitions and recommended data elements, Version 1.0**. Atlanta (GA): National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention, 1999.

SANTOS, A. C. ‘Entre duas mulheres isso não acontece’ – Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 98, p. 3–24, 1 set. 2012.

SANTOS, C. A Construção Social do Conceito de Identidade Profissional. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, v. 5, n. 8, 30 abr. 2005.

SCHRAIBER, L. et al. Violência vivida: a dor que não tem nome. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 7, n. 12, p. 41–54, 2003.

SCHRAIBER, L. B. et al. Violence against women: spontaneous demands v. screening in healthcare centers. **Saúde e Sociedade**, v. 9, n. 1–2, p. 3–15, dez. 2000.

SCHRAIBER, L. B. et al. Gender-based violence in Public Health: challenges and achievements. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1019–1027, ago. 2009.

SCHRAIBER, L. B. et al. Assistência a mulheres em situação de violência – da trama de serviços à rede intersetorial. **Athenea Digital.**, v. 12, n. 3, p. 237–254, 6 nov. 2012.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. L. P. Violence against women: interfaces with Health care. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, v. 3, n. 5, p. 11–26, 1999.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Romper com a violência contra a mulher : como lidar desde a perspectiva do campo da saúde. **Athenea Digital.**, v. 0, n. 14, p. 229–236, 2008.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. jul./dez., p. 71–99, 1995.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS; SUPERINTENDÊNCIA DE DIREITOS DA MULHER. **Norma Técnica de Padronização para Abrigamento e Funcionamento das Casas-abrigo do Estado do Rio de Janeiro.** SUDIM, 2011. Disponível em: <[http://arquivos.proderj.rj.gov.br/cedim_imagens/SCSEditaImprensa/arquivos/uploads/norma_tecnica_padronizacao_abrigo_fundamento_casas_abrigo_2011\[1\]%20\(1\).pdf](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/cedim_imagens/SCSEditaImprensa/arquivos/uploads/norma_tecnica_padronizacao_abrigo_fundamento_casas_abrigo_2011[1]%20(1).pdf)>. Acesso em: 8 jul. 2017.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **VIVER sem violência é direito de toda mulher - Entenda a Lei Maria da Penha.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República, 2015.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, 2006. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/01/SPM-Norma-Tecnica-de-Uniformizacao-CRAMs-2006.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

SEFFNER, F. **O conceito de vulnerabilidade: uma ferramenta útil em seu consultório.** 7. ed. [s.l.] Aletheia (ULBRA), 1998.

SERNAM. **Análisis y Evaluación de la Ruta Crítica en Mujeres Afectadas por Violencia en la Relación de Pareja.** Santiago: Servicio Nacional de la Mujer - Gobierno de Chile, 2009.

Serviços Especializados de Atendimento à Mulher. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/acoes-contra-violencia/servicos-especializados-de-atendimento-a-mulher>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SILVA, L. A. M. DA; LEITE, M. P. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 3, p. 545–591, dez. 2007.

SILVA, M. C. M. V. DA. **Rota crítica: os (des) caminhos trilhados por mulheres em situação de violência doméstica na busca por ajuda**. Dissertação (Mestrado)—São Paulo: Universidade de São Paulo, 6 mar. 2009.

SILVA, R. DE A. et al. Facing violence by intimate partner: the experience of women in an urban area of Northeastern Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 46, n. 6, p. 1014–1022, dez. 2012.

SILVA, R. J.; CARNEIRO, S. **Violência racial: uma leitura sobre os dados de homicídios no Brasil**. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra; Global Rights Partners for Justice, 2009. v. Livro 1.

SILVEIRA, L. P. DA. Serviços de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência. In: **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005) – alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. p. 45–77.

SUÁREZ, M.; BANDEIRA, L. Introdução a Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal. In: **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15/ Editora Unb, 1999. p. 13-26.

TERRA, M. F.; D’OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. Medo e vergonha como barreiras para superar a violência doméstica de gênero. **Athenea Digital**, v. 15, n. 3, p. 109–125, 2015.

VARGAS, M. V. **Verbo e práticas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011.

VAZ-SERRA, A. Um estudo sobre coping: o Inventário de Resolução de Problemas. 1988.

VELOSO, M. M. X. et al. Notificação da violência como estratégia de vigilância em saúde: perfil de uma metrópole do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 5, p. 1263–1272, maio 2013.

VENTURA, M. C. A. A. **Violência no Namoro: Crenças e Autoconceito nas Relações Sociais de Gênero. Modelo de Intervenção em Enfermagem**. Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2014.

VENTURI, G.; RECAMÁN, M. INTRODUÇÃO - As mulheres brasileiras no início do século XXI. In: **A Mulher Brasileira nos espaços público e privado**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 15–30.

VÍCTORA, C. G.; KNAUTH, D. R.; HASSEN, M. DE N. A. **Pesquisa Qualitativa em Saúde: Uma Introdução ao Tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Brasília: Flacso Brasil, 2012.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015 - Homicídio de Mulheres no Brasil**. 1^a ed. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

WALKER, L. **The Battered Woman Syndrome**. New York: Harper and Row, 1999.

WAUTIER, A. M. O trabalho em perspectiva: identidade e subjetividade. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, v. 2, n. 2, p. 149–173, 2012.

ZUMA, C. E. et al. Violência de gênero na vida adulta. In: **Impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2013. p. 149–186.

9 Anexos

9.1 Roteiro para Entrevista - Mulheres

- 1) Me conte um pouco da sua história conjugal e de como você foi procurar ajuda (explorar: relacionamento conjugal e violências – motivações para procurar ajuda – itinerário de busca).
- 2) Quem te ajudou e quem não te ajudou (pessoas e instituições) nesse percurso? (explorar: percepções pessoais (e coletivas) que ela possa relatar – a importância desta ajuda durante a rota – os fatores (facilitadores e dificultadores) envolvidos na busca por ajuda).
- 3) Como você foi recebida nas instituições?

9.2 Roteiro de Entrevista - Profissionais

- 1) Como é para você trabalhar numa instituição prestando assistência às mulheres “vítimas” de violência por parceiros íntimos?
- 2) Como as mulheres que “sofreram” violência por parceiros íntimos chegam até esse serviço?
- 3) Que tipo de apoio e/ou orientação esse serviço presta às mulheres “vítimas” de violência por parceiros íntimos?
- 4) Na sua opinião, quais são os resultados obtidos pelas mulheres que sofrem violências por parceiros íntimos, após o apoio e/ ou orientação recebido?
- 5) Você acredita que este apoio e/ou orientação atende as expectativas das mulheres “vítimas” de violência por parceiros íntimos, que buscam a instituição?
- 6) Você acredita que esse serviço poderia oferecer algum outro tipo de apoio e/ou orientação? (Caso a resposta seja: “**sim**”: Qual apoio seria este?).
- 7) Gostaria de acrescentar alguma outra informação?

9.3 TCLE - Mulheres

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: “Rotas Críticas de Mulheres em Situação de Violência por Parceiro Íntimo, no Município do Rio de Janeiro”.

Pesquisadores Responsáveis: Tiago Ferreira de Assis.

E-mail: tiagofersis@yahoo.com.br

Suely Ferreira Deslandes.

E-mail: desland@iff.fiocruz.br

Instituição Responsável pela Pesquisa: Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/FIOCRUZ).

Endereço: Avenida Rui Barbosa 716 – Flamengo - Rio de Janeiro.

Nome da Participante: _____

Você esta sendo convidada a participar do projeto de pesquisa intitulado: “**Rotas Críticas de Mulheres em Situação de Violência por Parceiro Íntimo, no Município do Rio De Janeiro**”, pois você se apresenta dentro dos critérios de inclusão da pesquisa, sendo mulher, maior de 18 anos, em situação de violência por parceiro íntimo e tendo iniciado uma rota crítica (busca de ajuda contra a violência por parceiro íntimo).

Esta pesquisa tem como objetivo principal *analisar o caminho seguido por mulheres, maiores de 18 anos, em situação de violência por parceiro íntimo, no município do Rio de Janeiro.*

Vários são os benefícios que poderão decorrer desta pesquisa. As informações obtidas neste estudo poderão ser úteis para conhecermos os caminhos percorridos pelas mulheres na busca por ajuda; conhecer as dificuldades e possíveis apoios que encontraram no durante a busca por ajuda; identificar as instituições e os agentes que as mulheres procuram em busca de ajuda. Podem, ainda, ser úteis no fortalecimento da *Rede de Atendimento as Mulheres em Situação de Violência*, oferecendo aos agentes destas instituições a possibilidade de aprimoramento de suas atividades, buscando melhor atendimento às mulheres em situação de violência, no Município do Rio de Janeiro.

Você será submetida a uma entrevista, pelo método História de Vida. Esta entrevista consiste em uma técnica de pesquisa onde a entrevistada contará toda ou parte da experiência vivida ao pesquisador. A entrevista será realizada em local previamente acordado com a participante e será aplicada pelo primeiro pesquisador. O conteúdo da entrevista será em torno da experiência da mulher em situação de violência por parceiros íntimos em sua busca por ajuda. A entrevista será gravada mediante autorização da entrevistada.

Os riscos relacionados à realização da entrevista são de constrangimento e de reação emocional, mas o entrevistador está apto a conduzir a entrevista e, caso necessário, você será encaminhada para o atendimento em serviços de referência da rede, mesmo que você não queira participar da pesquisa.

A sua participação nesta pesquisa é voluntária e você poderá abandonar ou retirar-se do estudo a qualquer momento, sem que isto cause qualquer prejuízo às suas atividades nesta instituição. O investigador deste estudo também poderá retirá-la do estudo a qualquer momento, se ele julgar que seja necessário para o seu bem estar.

Não serão publicados dados ou informações que possibilitem sua identificação e você receberá uma cópia idêntica deste documento, assinada pelo pesquisador do estudo.

Os resultados obtidos com a pesquisa serão publicados em revistas científicas e apresentados em eventos científicos, sempre garantindo o sigilo.

Sua participação no estudo não implicará em custos adicionais, não terá qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação. É garantido o direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Fernandes Figueira se encontra à disposição, para eventuais esclarecimentos éticos e outras providências que se façam necessárias (e-mail: cepiff@iff.fiocruz.br / Telefones: 2554-1730/fax: 2552-8491).

Aprovação da Entrevistada:

Eu, _____
autorizo voluntariamente a minha participação nesta pesquisa. Declaro que li e entendi todo o conteúdo deste documento.

Assinatura _____

Data _____

Telefone _____

Testemunha:

Nome _____

Documento _____

Endereço/telefone _____

Assinatura _____

Data _____

Investigador que obteve o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

Nome _____

Assinatura _____.

9.4 TCLE - Agentes

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: “Rotas Críticas de Mulheres em Situação de Violência por Parceiro Íntimo, no Município do Rio de Janeiro”.

Pesquisadores Responsáveis: Tiago Ferreira de Assis.

E-mail: tiagofersis@yahoo.com.br

Suely Ferreira Deslandes.

E-mail: desland@iff.fiocruz.br

Instituição Responsável pela Pesquisa: Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/FIOCRUZ).

Endereço: Avenida Rui Barbosa 716 – Flamengo - Rio de Janeiro.

Nome da(o) Participante: _____.

Você esta sendo convidada(o) a participar do projeto de pesquisa intitulado: **“Rotas Críticas de Mulheres em Situação de Violência por Parceiro Íntimo, no Município do Rio De Janeiro”**, pois você se apresenta dentro dos critérios de inclusão da pesquisa, sendo profissional de instituição da Rede de Assistência às Mulheres em Situação de Violência.

Esta pesquisa tem como objetivo principal *analisar o caminho seguido por mulheres, maiores de 18 anos, em situação de violência por parceiro íntimo, no município do Rio de Janeiro.*

Vários são os benefícios que poderão decorrer desta pesquisa. As informações obtidas neste estudo poderão ser úteis para conhecermos os caminhos percorridos pelas mulheres na busca por ajuda; conhecer as dificuldades e possíveis apoios que encontraram no durante a busca por ajuda; identificar as instituições e os agentes que as mulheres procuram em busca de ajuda. Podem, ainda, ser úteis no fortalecimento da Rede de Atendimento as Mulheres em Situação de Violência, oferecendo aos agentes destas instituições a possibilidade de aprimoramento de suas atividades, buscando melhor atendimento às mulheres em situação de violência, no Município do Rio de Janeiro.

Você será submetida(o) a uma entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada é uma técnica de pesquisa onde a(o) entrevistada(o) responderá as perguntas realizadas pelo pesquisador, guiado por um roteiro pré-definido, onde o entrevistador poderá dirigir a discussão para o assunto que interessa, fazendo perguntas adicionais. A entrevista será realizada em local acordado previamente com a(o) participante e será aplicada pelo primeiro pesquisador. O conteúdo das entrevistas será em torno da percepção das(os) agentes sobre o apoio institucional oferecido, bem como, do(s) resultado(s) obtido(s) pelas mulheres em situação de violência por parceiros íntimos. A entrevista será gravada mediante autorização da(o) entrevistada(o).

Os riscos relacionados à realização da entrevista são de constrangimento e de reação emocional, mas o entrevistador está apto a conduzir a entrevista e, caso necessário, você será encaminhada(o) para o atendimento em serviços de referência da rede, mesmo que você não queira participar da pesquisa.

A sua participação nesta pesquisa é voluntária e você poderá abandonar ou retirar-se do estudo a qualquer momento, sem que isto cause qualquer prejuízo às suas atividades nesta instituição. O investigador deste estudo também poderá retirá-la(o) do estudo a qualquer momento, se ele julgar que seja necessário para o seu bem estar.

Não serão publicados dados ou informações que possibilitem sua identificação e você receberá uma cópia idêntica deste documento, assinada pelo pesquisador do estudo.

Os resultados obtidos com a pesquisa serão publicados em revistas científicas e apresentados em eventos científicos, sempre garantindo o sigilo.

Sua participação no estudo não implicará em custos adicionais, não terá qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação. É garantido o direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Fernandes Figueira se encontra à disposição, para eventuais esclarecimentos éticos e outras providências que se façam necessárias (e-mail: cepiff@iff.fiocruz.br / Telefones: 2554-1730/fax: 2552-8491).

Aprovação da(o) Entrevistada(o):

Eu, _____
autorizo voluntariamente a minha participação nesta pesquisa. Declaro que li e entendi todo o conteúdo deste documento.

Assinatura _____

Data _____

Telefone _____

Testemunha:

Nome _____

Documento _____

Endereço/telefone _____

Assinatura _____

Data _____

Investigador que obteve o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

Nome _____

Assinatura _____